

A Política Externa Americana: O papel dos Estados Unidos na transição democrática de Portugal entre 1974 e 1976

Dissertação de Mestrado

Pedro Gabriel Ferreira Gameiro

Mestrado em

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS: O
ESPAÇO EURO-ATLÂNTICO**



Ponta Delgada
2024

A Política Externa Americana: O papel dos Estados Unidos na transição democrática de Portugal entre 1974 e 1976

Dissertação de Mestrado

Pedro Gabriel Ferreira Gameiro

Orientador

Professor Doutor Miguel Estanqueiro de Oliveira Rocha

Dissertação de Mestrado submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais: o Espaço Euro-Atlântico

Resumo

A transição democrática de Portugal traduziu-se, como o próprio nome indica, na alteração de regimes, de uma autocracia para um regime democrático, porém a esta transição ocorre num período marcante da História Mundial, a Guerra Fria. Deste modo, pretende-se com esta investigação, explicar o papel de uma das superpotências envolvidas neste período, os Estados Unidos da América, nos momentos mais importantes da fundação da democracia portuguesa, explicando, assim, os vários posicionamentos da política externa americana nas administrações de Ford e Nixon, e que viriam a ter um impacto tão grande na vida política do país e na sua democratização, após os quase 50 anos de ditadura em Portugal.

Abstract

Portugal's democratic transition translated, as its name shows, from the change of regimes, from an autocracy to a democratic regime, but this transition occurs in a remarkable period of World History, the Cold War. Thus, it is intended with this research, to explain the role of one of the superpowers involved in this period, the United States of America, in the most important moments of the foundation of Portuguese democracy, thus explaining the various positions of American foreign policy in the administrations of Ford and Nixon, and which would have such a great impact on the political life of the country and its democratization, after almost 50 years of dictatorship in Portugal.

Palavras-chaves: Estados Unidos; Portugal; Política Externa; Richard Nixon; Gerald Ford; Democracia; Açores

Índice

Índice	6
Introdução	7
Capítulo I: Enquadramento Teórico e Revisão Histórica	11
1.1 - Retrospectiva Histórica	11
1.1.1 - 1ª Guerra Mundial	13
1.1.2 - 2ª Guerra Mundial	18
1.1.3 - Guerra Fria	25
1.2 - Enquadramento Teórico	30
Capítulo II: Contexto internacional.....	33
2.1 - As Eleições Presidenciais de 1968	33
2.2 - Política Externa Norte-americana na Administração Nixon.....	36
2.3 - A Détente Leste-Oeste.....	38
2.4 - Nixon e a aproximação à China.....	40
2.5 - Acordos de Paris e o fim da Guerra do Vietname	43
2.6 - O Escândalo do Watergate	44
2.7 - A Ascensão de Gerald Ford e a sua política externa	49
Capítulo III: A Presidência Imperial Americana.....	52
Capítulo IV - As Escolas de Política Externa Norte-americana.....	54
Capítulo V: As relações entre os Estados Unidos da América e Portugal (1974-1976).....	57
5.1 - A Admissão de Portugal na NATO	59
5.2 - Relações Bilaterais durante a década de 50 e de 60	60
5.3 - Os EUA e o 25 de abril	66
5.4 - Visita de Nixon aos Açores	71
5.5 – O 28 de setembro e a mudança de perspetiva	76
5.6 - Chegada de Carlucci a Portugal	79
5.7 – O 11 de Março de 1975 e a teoria da “Vacina” de Kissinger	80
5.8 - Conferência de Helsínquia e a vitória de Carlucci	85
5.9 - Apoio à instauração da democracia em Portugal	88
Capítulo VI: Estados Unidos e o apoio à putativa independência dos Açores ..	91
Considerações Finais	96
Referências Bibliográficas.....	99

Introdução

O tema a abordar tem como objetivo entender o papel dos Estados Unidos na transição democrática portuguesa no período entre o 25 de abril de 1974 e as eleições legislativas de 25 de abril de 1976.

A importância deste tema passa pela necessidade de perceber como é que num contexto de guerra fria e num contexto político interno complexo devido ao escândalo do Watergate e a posterior resignação do presidente Nixon, e consequentemente a ascensão à presidência de Gerald Ford, os EUA agiram perante os acontecimentos ocorridos em Portugal, no qual se incluem a revolução do 25 de abril e os seus posteriores desenvolvimentos que culminaram com as eleições de 1976.

Deste modo, não será impertinente referir o marco celebrado este ano com os 50 anos da Revolução de Abril na escolha do tema a investigar, ao que somado do interesse em entender de que modo é que uma das duas maiores potências mundiais, naquele momento, influenciou o curso dos momentos mais importantes e decisivos para a consolidação democrática portuguesa e que por esse motivo ajudou Portugal a seguir um caminho democrático, sendo de destacar que se pretende ainda conhecer também a causa pela qual os Estados Unidos tiveram particular interesse no desfecho político destes acontecimentos e as suas incertezas do processo de descolonização.

Nessa sequência, será pertinente começar por perceber que a revolução do 25 de abril, não só foi uma surpresa para o regime instituído em Portugal, como o foi igualmente para a administração Nixon, pois os EUA estavam pouco despertos para esta situação. Na verdade, poder-se-á dizer que é este o ponto inicial desta investigação, compreender o papel de Portugal nas prioridades da política externa norte americana, e consequentemente dos Açores, face à sua elevada importância geoestratégica, contudo decorrente desse exercício será seguramente necessário perceber o contexto político português e americano, elaborando um enquadramento das relações bilaterais entre os EUA e de Portugal no período que antecede o 25 de Abril de 1974, e que compreenderá, igualmente, as relações luso-americanas no período da transição democrática portuguesa até 1976, mais concretamente no período da administração Nixon e posteriormente na administração Ford.

O facto é que algumas publicações já efetuadas trouxeram algumas respostas às questões elaboradas por esta investigação, principalmente no que concerne às escolhas feitas pelas administrações Nixon e Ford quanto a este período tão determinante para institucionalização da democracia portuguesa, e, por outro lado, outras tantas, poderão responder às questões mais concretas do relacionamento entre os dois países e a sua evolução. Contudo esta investigação procura ir para além disso, pois pretende, por exemplo, perceber o modo de atuação dos Estados Unidos na política externa numa altura de instabilidade política marcados pelo caso do Watergate e que levou consequentemente à primeira resignação de um presidente norte-americano na história dos EUA, e o seu impacto neste período da História do país.

Tendo em conta o mencionado, pretende-se cumprir os seguintes objetivos:

- Perceber a importância geoestratégica dos Açores;
- Compreender as situações políticas dos dois países neste período;
- Compreender as relações entre os dois estados durante o fim do Estado Novo, tanto a nível bilateral como no âmbito da NATO;
- Elaborar um retrato político dos EUA e perceber como influenciaram os acontecimentos internos, mais concretamente o escândalo do Watergate na condução da política externa americana;
- Compreender a visão da política externa da administração Ford e principalmente do Secretário de Estado Henry Kissinger;
- Entender a posição da embaixada americana e do seu embaixador Frank Carlucci (embaixador dos EUA em Portugal a partir de dezembro de 1974);

De modo a cumprir os objetivos propostos, será necessário consultar as fontes primárias, nomeadamente memorandos, informações entre outros onde possam constar as decisões tomadas, as perceções obtidas pelas administrações Nixon e Ford em relação aos acontecimentos ocorridos em Portugal no período, anterior e posterior ao 25 de abril de 1974. Nesse sentido, será importante ter como base desta investigação, mais em concreto, os memorandos do Departamento de Estado dos EUA, incluindo missivas da embaixada norte-

americana, relatórios de informação da Central Intelligence Agency (CIA), memorandos da Casa Branca, da National Security Agency (NSA), bem como documentos disponíveis nas duas bibliotecas presidenciais (Nixon e Ford), que poderão deste modo fornecer essas respostas e atingir os objetivos propostos. Também será realizada uma breve pesquisa de alguns documentos nos arquivos portugueses, como o Arquivo de Defesa Nacional (ADN). Muitos dos principais protagonistas – nacionais e internacionais – deste período histórico legaram para a posteridade os seus testemunhos escritos e orais e esses documentos serão igualmente analisados.

Por outro lado, será também necessário fazer um enquadramento político dos dois países, que eram claramente diferentes, sendo que nesse sentido será pertinente recorrer a bibliografia portuguesa e americana para fazer esse retrato, destacando que, dado que, a questão do escândalo do Watergate tem nesta investigação uma importância acrescida, será do mesmo modo importante consultar bibliografia norte-americana mais específica sobre este assunto, assim como artigos de académicos norte-americanos.

No que concerne à organização dos capítulos, estes dividir-se-ão da seguinte forma:

Capítulo I: Enquadramento Teórico

Capítulo II: Contexto Internacional

Capítulo III: A Presidência Imperial Americana

Capítulo IV: As Escolas de Política Externa Norte-americana

Capítulo V: As relações entre os Estados Unidos da América e Portugal (1974-1976)

Capítulo VI: Estados Unidos e o apoio à putativa independência dos Açores

Assim, é de salientar que se optará numa primeira abordagem tendo em conta a importância geoestratégica dos Açores no Atlântico e o papel deste arquipélago nas relações luso-americanas, bem como a sua relevância no período histórico abordado nesta investigação dos quais se destaca a viagem de Nixon aos Açores em 1974 ou, os movimentos separatistas açorianos que aqui surgiram,

por fazer uma retrospectiva histórica dos Açores na política externa portuguesa. Posteriormente, será necessário compreender quais foram os principais pilares da política externa norte-americana no período anterior à revolução, bem como perceber de que forma o escândalo do Watergate influenciou a percepção do mundo dos Estados Unidos e de que maneira este acontecimento histórico pode ter influenciado a política externa americana e conseqüentemente o papel deste país na transição democrática portuguesa. Nesta sequência e antes de entrar na temática do apoio americano à instauração da democracia em Portugal, abordar-se-á as relações entre os Estados Unidos da América e Portugal (1974-1976), concluindo a investigação acerca dos Estados Unidos e o seu apoio à putativa independência dos Açores, tratando dos movimentos independentistas que surgiram neste período.

Deste modo, e de uma forma resumida pretende-se, com esta investigação, explicar o papel desta superpotência, os EUA, nos momentos mais importantes da fundação da democracia portuguesa, explicando, assim, os vários posicionamentos da política externa americana nas administrações de Ford e Nixon, e que viriam a ter um impacto tão grande na vida política do país e na sua democratização, após os quase 50 anos de ditadura em Portugal.

Capítulo I: Enquadramento Teórico e Revisão Histórica

1.1 - Retrospectiva Histórica

Tendo em conta a posição geoestratégica dos Açores no meio do Atlântico, a sua relevância, como veremos mais à frente, no período histórico abordado nesta investigação, em que se destacam a viagem de Nixon aos Açores em 1974 a escassos meses da sua resignação ou, por exemplo, os movimentos de independência que surgiram neste arquipélago, surge assim a necessidade de enquadrar o papel dos Açores na política externa portuguesa e elaborar uma retrospectiva histórica do papel deste arquipélago nas relações com outros países, principalmente entre os EUA e Portugal. Nesse sentido, Luís Andrade (2022) refere que a conduta externa portuguesa “*tem sido caracterizada, desde há muito tempo, por adotar uma matriz euro-atlântica. Isto é, o Atlântico sempre desempenhou uma função da maior importância na definição e concretização da política externa do nosso país, quer no Atlântico Norte quer no Atlântico Sul*”, destacando a importância dos Açores e do seu papel nas relações externas portuguesas.

Esta importância incidiu numa primeira fase, e segundo Telo (1993) relacionada com as redes de cabos submarinos, tendo estas sido desenvolvidas durante as nos últimos 30 anos do século XIX, assim o domínio dos cabos submarinos conduziria a uma supremacia das comunicações mundiais, e a Inglaterra compreendeu essa relevância para o seu poder global (Telo, 2008, p. 218 como citado em Miguel Rocha, 2022). O nosso país, desde o início do desenvolvimento dessas redes foi entendido como parte integrante desse sistema, porém, e apesar da sua posição estratégica, o arquipélago dos Açores não foi das primeiras escolhas, contudo será posteriormente utilizado para o estabelecimento de várias ligações (Telo, 2008, como citado em Miguel Rocha, 2022). Assim, será importante destacar em primeiro lugar o papel dos Açores na implementação dos cabos submarinos no século XIX, nesta altura mais concretamente de cabos telegráficos submarinos, como refere Telo (1993), estas sendo uma das “*mais importantes comunicações intercontinentais imediatas*”.

Assim consegue-se compreender que esta importância estratégica do arquipélago esteve, numa primeira fase, ligada às redes de cabos submarinos,

pois constata-se que o país que dominasse as ligações submarinas garantia a uma supremacia das comunicações mundiais, o que Inglaterra reconheceu ser importante para a sua liderança como potência (Miguel Rocha, 2022)

Verificou-se que entre 1870 e 1875 foram assinadas pelo menos 7 concessões para usar os Açores como ponto intermédio de um cabo da Europa/América, e neste caso para a Inglaterra seria muito mais exequível lançar um cabo direto da Irlanda ou da própria Inglaterra ao Canadá ou aos Estados Unidos ao invés do uso de os Açores, por isso e face à importância de deter a exclusividade das comunicações com a América, levou a que os ingleses tentassem evitar que outro país usasse qualquer destas nove ilhas para estabelecer ligações independentes das sua, o que se tornou numa das razões que resultaram no falhanço na concretização dos projetos de todas estas concessões, para além da falta de capital por partos dos concessionários, e de em alguns casos se observar a oposição dos Estados Unidos (António José Telo, 1993). Ora à exceção do território dos ingleses, os Açores são o melhor ponto intermédio para a amarração destas infraestruturas, observando-se apenas a preocupação de Inglaterra com os Açores, a partir da década de 90 do século XIX, para impedir a idealização da concessão destes sistemas por parte da Alemanha ou dos Estados Unidos, explicando assim o aparecimento tardio da região para implementação dos cabos submarinos, pois só nesta altura os alemães dominaram a tecnologia e os Americanos, sendo que no caso dos Americanos o grande motivo foi a exclusividade concedida a Inglaterra até 1884 do cabo instalado em 1866 (*ibidem*). A conclusão é clara, os Açores são a peça fundamental para “manter o domínio britânico nas comunicações do Atlântico” (*ibidem*, p. 172), assim é importante realçar que com este domínio inglês, em 1899 é assinado entre Portugal e uma companhia inglesa o direito exclusivo de “estabelecer e explorar cabos entre os Açores e os EUA, Inglaterra, Irlanda ou Alemanha”, (*ibidem*, p. 174) e permitindo a esta conceder subconcessões aos EUA e aos Alemães, o que segundo António José Telo (1993), através, por parte do nosso país da cedência do domínio estratégico da região nesta matéria, possibilitará o reconhecimento do império português em África e a reafirmação da aliança com Inglaterra através do Acordo de Windsor.

1.1.1 - 1ª Guerra Mundial

É importante mencionar de forma introdutória que se por um lado, como refere o próprio Álvaro Monjardino (1983), antigo presidente da Assembleia Legislativa dos Açores, na primeira metade do século XX houve, sobretudo, um interesse nas telecomunicações existentes no arquipélago, tendo em conta a existência de amarrações de cabos submarinos nos Açores, como já mencionado, das quais se destacava, por exemplo, amarração presente no Faial, foi também ao longo deste período, despertou na região o proveito pela aeronáutica comercial no período anterior e posterior à II Guerra Mundial. Por outro lado, o antigo membro da Junta Regional refere que “no século XX desenvolveu-se uma outra importância, agora inteiramente separada (ao contrário do que se dera trezentos anos antes) dos tráfegos e das escalas comerciais: a importância militar” (Álvaro Monjardino, 1983, p. 16).

Ora é relevante explicitar que os Açores, refere Sérgio Rezendes (2019), “em inícios da I Guerra Mundial encontravam-se desenquadrados ou renegados para segundo plano no que concerne aos conceitos de defesa militar do império e da I República”, contudo, e como o autor também refere isto seria alvo de mudança com o decorrer da guerra, pois este esclarece que “os Açores tinham pontos de interesse como o mar, as comunicações e os portos, ameaçados com o evoluir do conflito” (Ana Pires *et al*, 2019, p. 173), ponto já mencionado anteriormente, e que irá ser desenvolvido em seguida. Nesta sequência, e para se compreender o papel dos Açores nesta época, será importante primeiro perceber, ainda que de forma sucinta, como se desenhava a política externa portuguesa antes da Primeira Grande Guerra e com o evoluir da mesma, deste modo convém referir que Portugal no período anterior ao início da Grande Guerra, ainda no regime Monárquico, no reinado de D. Manuel II pautava-se por uma política externa com o objetivo primordial de salvaguardar os seus territórios ultramarinos, sobretudo em África (Ana Pires *et al*, 2019, p. 119), deste modo, e como é reforçado por Luís Andrade (1993), “verificamos que a embrionária política externa de D. Manuel II, se propunha manter as grandes coordenadas do reinado anterior [leia-se reinado de D. Carlos I] -conservação das posições ultramarinas com base nas potências que para tanto pudessem nos prestar apoio válido” e ainda acrescenta que política externa portuguesa era definida para garantir a paz com Espanha

“em situações de neutralidade comum ou de beligerância também comum” (Luís Andrade, 1993, p. 75), nesse sentido, clarifica-se que, “se entre a Monarquia e a República foi clara a mudança dos agentes políticos e diplomáticos, não foi menos clara a continuidade nos princípios e na prática da política externa portuguesa” (Jorge M. Pedreira *et al.*, 2023, p. 131) ora assim se observa que essa continuidade nas diretrizes da política externa, explica-se pelo facto que “só a aproximação progressiva do poder e a transformação da velha cultura política de posição em realismo político obrigará o partido republicano a abandonar o ideário iberista e a anglofobia.” (*ibidem*), assim apenas restará à embrionária República Portuguesa “manter uma mensagem realista, moderada e dentro dos pressupostos históricos das relações externas de Portugal” (*ibidem*).

Neste contexto a aliança com Inglaterra assume importância na política externa portuguesa, por isso é preciso lembrar que, conforme refere António José Telo (1993), a aliança anglo-portuguesa tinha sido reafirmada através do Tratado de Windsor em 1898, explicando Nuno Severiano Teixeira (2023) que esta reafirmação ocorre na sequência do *Ultimatum inglês de 1890* e das suas consequências, em que após a aliança portuguesa com este país atravessou um período de crise a atingir o seu expoente máximo com o acordo dos ingleses com os Alemães para a partilha das colónias portuguesas. Deste modo, Miguel Rocha (2022) indica que “depois deste ultimato, a preocupação da diplomacia portuguesa foi garantir o apoio inglês às suas possessões coloniais”, esclarecendo que houve lugar a “conversações entre a Alemanha e a Inglaterra sobre a partilha de Angola e Moçambique, mas as tradicionais rivalidades entre estas duas potências com interesses estratégicos antagónicos, mais a habilidade do embaixador português Marques de Soveral, conduziram ao fracasso desses arranjos”. Ora no início da Grande Guerra a situação internacional portuguesa estava, deste modo, “ameaçada no continente pela Espanha, nas colónias pela Alemanha e vulnerabilizada nos dois cenários pela política de transigência inglesa em relação à Espanha na questão peninsular e à Alemanha na questão colonial” (Jorge M. Pedreira *et al.*, 2023, p. 137), assim os objetivos do país com este conflito, onde seria importante o auxílio inglês, passavam por conter o vizinho ibérico, Espanha, salvaguardar as suas poses

ultramarinas dos alemães, e por fim, como refere Nuno Severiano Teixeira (2023), a consolidação da República.

Desse modo Portugal, entra na guerra em março de 1916 ao lado dos aliados (nos quais se incluía o Reino Unido), assumindo assim um papel beligerante, deixando o seu papel de nação neutral, tendo mantido uma presença em duas frentes distintas uma no teatro africano, onde possuía as suas colónias, outra na frente ocidental do teatro europeu (Jorge M. Pedreira *et al.*, 2023), pelo que assim é de destacar que, e pelas razões já enumeradas, a Primeira Guerra Mundial, segundo Luís Andrade (1993), vem tornar mais uma vez mais evidente a dependência da política externa portuguesa de Inglaterra.

Nesta sequência importa esclarecer que a Grã-Bretanha não pretendia a entrada de Portugal na Guerra, e que por consequência este assumisse um papel beligerante, o que segundo António José Telo (2014) justifica-se pelo facto de os ingleses terem noção que Portugal não tinha capacidade para a atuação em qualquer teatro de operações, face à sua fraca economia e fraco poder militar. Assim, se aquilo que o país poderia acrescentar ao poderio militar do Aliados era mínimo, então “o principal contributo de Portugal em tempo de guerra era o de não permitir que as suas posições estratégicas fossem usadas pelo inimigo, o que se conseguia através das obrigações políticas da Aliança, sem ser necessária a beligerância portuguesa.” (António José Telo *et al*, 2014, p. 14).

É neste contexto que será relevante destacar, então, o conceito de facilidades, conceito este onde os Açores assumem um papel deveras importante para o país devido à sua posição estratégica, e que remonta já, no caso português ao início do século XX, pois conforme cita Medeiros Ferreira (citado por Luís Andrade em Ana Pires *et al*, 2019, p. 120) “o conceito de facilidades foi elaborado aquando das conversações entre o rei Dom Carlos e o rei Eduardo VII de Inglaterra, no ano de 1903. Entre este ano e o início da Primeira Guerra Mundial, é evidente por parte das autoridades britânicas a necessidade de os responsáveis portugueses não concederem facilidades nos portos insulares, designadamente no arquipélago dos Açores, a terceiros países, em particular à Alemanha”. Especifica o mesmo autor que estas facilidades passavam por, entre outros, depósitos de carvão nos principais portos do Atlântico, óleos combustíveis e abastecimento de bens alimentares.

Assim, depreende-se que é na procura de concessão de facilidades e de posições militares, que se verifica na Primeira Guerra Mundial, como menciona o mesmo autor, José Medeiros Ferreira (2011), a influência exercida nas posições estratégicas por outros países mais concretamente nas ilhas, de onde se destacam, como já referido, os Açores, posição estratégica para Portugal. No caso muito específico do arquipélago açoriano foi possível observar a Alemanha a retirar a sua presença do Faial, dando assim lugar à Inglaterra, que toma posse das comunicações dos cabos que amarravam nesta ilha, verificando-se no caso da ilha de São Miguel a instalação por parte dos Estados Unidos de um depósito de carvão e uma base naval em Ponta Delgada. Relativamente a esta base naval é ainda relevante mencionar que é para esta que se observa a mobilização de cinco destroyers americanos após o ataque de um submarino alemão à ilha de São Miguel, em 4 de julho de 1917 que resultou na morte de uma pessoa, ataque este que “veio revolucionar o estatuto de policiamento no arquipélago” (José Medeiros Ferreira, 2011, p. 53).

É neste seguimento, que é, assim, também importante salientar, no âmbito desta investigação, que será através da instalação da Base Naval americana em Ponta Delgada, durante a 1.^a Guerra Mundial que, por um lado, se poderá explicar o papel determinante desta sobre a estratégia das grandes potências do Atlântico, bem como, poderá explicar o papel de Portugal no conflito (António José Telo, 1993). É esta base naval que irá permitir a primeira aproximação militar entre Portugal e os EUA, aproximação esta que ocorre, aquando da entrada norte-americana no conflito, em 1917, realçando-se que o objetivo da presidência de Woodrow Wilson através desta presença naval nos Açores seria garantir a liberdade de navegação no Atlântico (Ferreira, 2006). Este objetivo americano explica-se pelo facto de se ter verificado a retirada das patrulhas inglesas do Atlântico, do Mar dos Açores, para junto da sua costa, o que acabou por levar à desproteção naval da região face aos submarinos alemães, assim, os americanos para garantirem essa liberdade de navegação referida, optam por assumir esta responsabilidade, salvaguardando não só as rotas marítimas, mas também as costas açorianas (Ana Pires *et al*, 2019), pois, assim “com uma base americana em Ponta Delgada, não só se retiraria pressão sobre o mar e ilhas dos Açores, como sobre a I República, incapaz de as proteger” (*ibidem*, p. 176).

Ora, sendo a Inglaterra o tradicional aliado de Portugal, importa esclarecer como se enquadra esta presença americana nos Açores no seio desta aliança, assim, convém referir que a partir de 1898, através do Tratado de Windsor a Inglaterra exigiu ao país garantias e assim “sempre que um governo mudava, o ministro britânico em Lisboa pedia de imediato uma audiência com o novo Ministro dos Negócios Estrangeiros (MNE de futuro) e exigia a renovação das garantias secretas” (A José Telo *et al*, 2014 p. 14), neste sentido, em 1914, aquando de mais uma renovação dessas mesmas garantias, Portugal assegurou que “não faria qualquer concessão em qualquer porto, do continente, das ilhas ou em África, sem uma autorização prévia e por escrito da Grã-Bretanha” (António José Telo *et al*, 2014 p. 14), então compreende-se que esta presença militar americana nos Açores só foi possível devido ao consentimento dos ingleses, pelo que, só após a referida consulta em agosto de 1917, as autoridades portuguesas autorizaram, então, a instalação naval norte-americana em Ponta Delgada (José Medeiros Ferreira, 2006).

Assim pode-se concluir que as facilidades oferecidas durante a Primeira Guerra Mundial nos Açores, posição geoestratégica de grande relevância para o país, “foram de tipo logístico e estratégico, desde o fornecimento de dados muito meteorológicos aos aliados (e a sua sonegação aos alemães) até ao abastecimento de carvão e alimentos aos navios aliados. Também se procede aos estabelecimento estações de telegrafia sem fios, repartindo entre ingleses e norte-americanos essas facilidades” (José Medeiros Ferreira, 2011, p. 54), já no caso, mais concreto das posições militares no arquipélago, verifica-se, então, a instalação da base naval em Ponta Delgada, após obtida autorização inglesa, pelo que é de destacar que “a partir de então assiste-se ao estabelecimento de um triângulo diplomático entre Lisboa, Londres e Washington, que servirá de inspiração às futuras negociações para o uso de facilidades nos Açores pelos Aliados Anglo-saxónicos durante a 2.^a Guerra Mundial” (*ibidem*, p. 53).

1.1.2 - 2ª Guerra Mundial

Após o final da I Guerra Mundial, mais concretamente após a Conferência de Paris em 1919, os norte-americanos deixam a base naval em Ponta Delgada e retiram a sua presença militar dos Açores (Medeiros Ferreira, 2011) à luz daquilo que António José Telo (1993) refere ser a sua incerteza sobre o seu papel após o conflito, acrescentando ainda, que da mesma maneira que os assuntos sobre a instalação da base "*não foram tratados diretamente com Lisboa, também em relação à desmobilização o que está em jogo não é posição portuguesa mas sim inglesa, e, sobretudo, as diferentes sensibilidades em relação ao Atlântico na administração de Washington*".

Ora mais uma vez, observa-se a política externa portuguesa a ser pautada pela aliança com os ingleses, tal como foi ao longo do tempo (conforme se verificou, por exemplo, na Primeira Guerra Mundial), pelo que é de mencionar que no período da Segunda Guerra Mundial não será diferente (Luís Andrade, 1993). Esta opção política de subjugação aos interesses dos ingleses como conduta de política externa é particularmente importante, e acima de tudo inevitável, tendo em conta que, conforme explica o então embaixador português em Inglaterra Armindo Monteiro, "o princípio basilar da nossa política externa tem se mantido inalterável através da História e não podemos violá-lo sem risco de matar a Nação: estar de bem com os senhores do mar, estar do lado de quem comanda no Atlântico. A aliança com Inglaterra é apenas a tradução em factos deste objetivo" (citado por Luís Andrade, 1993, p.78-79). De facto, as pequenas nações como o caso de Portugal, não tinham forma, nem outra opção de conduzir a sua política externa, pois o país que dominasse o Atlântico, como o caso da Grã-Bretanha e posteriormente dos Estados Unidos da América, não consentiriam outras opções políticas ou militares que fossem contrárias aos seus interesses, e assim, mais uma vez, o interesse inglês foi assim um fator decisivo para o posicionamento de Portugal neste conflito, traduzindo-se este interesse na manutenção da neutralidade portuguesa (o que se veio a verificar), porque caso a Inglaterra tivesse idealizado a beligerância do país, e para que isso fosse possível apenas necessitava de invocar a aliança luso-inglesa, nesse caso Portugal não teria outra opção que respeitar o desejo da potência dominante do Atlântico (Luís Andrade, 1993).

Assim, assegura José Medeiros Ferreira (2011) que por um lado, numa fase mais inicial da Segunda Guerra Mundial os Açores foram tidos como uma “fronteira”, por outro foram idealizados como uma “ponte”, contudo, essa distinção em relação ao arquipélago só se verifica após os aliados se assegurarem efetivamente que neutralidade ibérica se mantinha e que a possibilidade de uma invasão alemã a estes dois países seria inexistente, particularmente influenciada pelo sucesso consequente ao avanço das tropas aliadas no Norte de África ao longo do ano de 1942, ao que acresceu a decisão que o uso do arquipélago não se poderá fazer contra a vontade de Portugal. Só assim se consegue justificar as condições e o *timing* em que permitiram que ocorressem os pedidos de facilidades nos Açores concretizados através das negociações diplomáticas ocorridas ao longo de 1943, tanto com a Grã-Bretanha como com os Estados Unidos da América, e durante o ano de 1944, só com esta segunda potência.

Neste sentido, vale a pena referir que a questão do avanço das tropas aliadas no norte de África será importantíssimo neste processo, dado que antes de avançarem com um pedido de concessão de facilidades, os Aliados (neste caso a Grã-Bretanha e os Estados Unidos) tiveram preparados planos de invasão dos Açores tendo em conta a potencial invasão da Península Ibérica por parte da Alemanha, e que segundo Tiago Moreira de Sá (2016) resultou daquilo a que Churchill tinha indicado ao seu homólogo americano serem as “linhas vermelhas”, isto é, a entrada da Espanha no Eixo ou porventura um ataque da Alemanha a este país, levariam os britânicos avançariam tanto para os Açores como para Cabo Verde. Assim, os Estados Unidos aceleraram, no entretanto, os planos de invasão no caso de alguma tentativa alemã, tendo preparada a 22 de maio de 1944 a Operação Gray, que previa a ocupação e defesa dos Açores pelos EUA, (*ibidem*), para “impedir o controlo ou ocupação de qualquer das ilhas do Atlântico pelas forças nazis” (1941, *ibidem*, p.366), naquilo que Roosevelt descreveu ser a salvaguarda da segurança dos Estados Unidos e dos seus domínios ultramarinos (*ibidem*).

Mais uma vez se verifica, num grande conflito, o papel geoestratégico dos Açores, que assim, após o abandono dos planos de invasão do arquipélago por parte dos Aliados, justifica a necessidade da garantia de facilidades em Portugal às potências marítimas nesta posição estratégica no meio do Atlântico com o

objetivo de assumirem uma posição de poder (Luís Andrade, 1993). Ora tendo em conta que, como já foi referido, o interesse de Inglaterra para o nosso país em relação ao conflito, era que este assumisse uma posição de neutralidade, papel que Portugal assumiu durante todo o conflito, e apesar de não ter um papel beligerante, convém explicar que para o acesso a essas facilidades, no caso britânico, bastou recorrer à aliança firmada pelos dois países em 1373, enquanto no caso dos Estados Unidos não havia sequer uma aliança estabelecida entre os dois países (*ibidem*).

Assim, tendo em conta as particularidades das duas potências marítimas na relação bilateral com o nosso país, importa diferenciar como decorreram os dois processos, sendo que no caso concreto da Grã-Bretanha, o que estava em causa neste pedido de concessão de facilidades nos Açores passava pela neutralização ou, no mínimo, pela redução da ameaça submarina alemã no Atlântico, possibilitando a segurança das rotas marítimas dos Aliados (*ibidem*). Importa esclarecer que, pese embora a existência da aliança histórica dos dois países e a dependência que Portugal tinha da Inglaterra, aquando do pedido de facilidades no arquipélago, António de Oliveira Salazar ainda olhava com desconfiança para os britânicos, sobretudo após o ultimato inglês de 1890 e das negociações com a Alemanha para a partilha das colónias portuguesas, ao que se somou a decisão inglesa de permitir a entrada da União Soviética no conflito ao lado dos aliados, porém para o Presidente do Conselho, não só era igualmente importante respeitar a aliança de 1373, como o seu governo verificou que o país não tinha qualquer outra opção a não ser aceder a esse pedido, levando assim Salazar a permitir aos britânicos a concessão de facilidades nos Açores em 1943 (*ibidem*). Deste modo, face às negociações diplomáticas ocorridas, e após a garantia de Inglaterra, a 16 de junho de 1943, que não só se retiraria dos Açores depois da Guerra, como também iria salvaguardar a soberania portuguesa em todas as colónias portuguesas, conforme transmitido pelo embaixador inglês a Salazar, é, então, assinado o Acordo de Londres a 17 de agosto de 1943, que “é celebrado apenas por uma troca de notas que marca o início da cedência de facilidades para 8 de outubro de 1943” (Ferreira, 2011, p. 65), data que marca igualmente o desembarque dos ingleses na ilha Terceira. Deste modo, o acordo entre os dois países prevê, segundo o mesmo autor, a

concessão de facilidades ao aliado britânico entre as quais a autorização de “utilização do aeródromo das Lajes, na ilha Terceira, o uso, em caso de emergência, do aeródromo de Santana, na ilha de São Miguel, bem como a liberdade de utilização dos portos de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta” (Ferreira, 2011, p. 68), em contrapartida é exigido que o início dessas facilidades dependesse “do compromisso da Inglaterra em manter todo o auxílio a Portugal caso haja retaliações por causa dessas facilidades”, salvaguardando assim o receio português de uma invasão alemã, “a obrigação inglesa de fornecer material de guerra e de proteção a navios mercantes portugueses” e “a cooperação para resolver problemas relacionados com abastecimento resultantes do bloqueio”, deixando claro neste acordo que a defesa dos Açores é responsabilidade portuguesa (citado em José Medeiros Ferreira, 2011, p. 65-66).

Assim a cedência portuguesa nos Açores, segundo o mesmo autor, permitiu aos britânicos, a partir das Lajes, aumentar o seu poder aéreo através do patrulhamento de uma área do Atlântico que até essa altura se encontrava sem proteção aliada, concluindo-se assim que a presença britânica no arquipélago “traduziu-se em 3115 voos, 24 798 horas de voo, 38 submarinos detectados e 19 ataques, sendo o primeiro submarino afundado logo 30 dias após o desembarque na Terceira.” (*ibidem*, p. 69).

Face ao acordo britânico com Portugal, os Estados Unidos não ficaram agradados por terem sido excluídos, o que levou a um pedido bilateral ao nosso país de concessão de facilidades no arquipélago (Miguel Rocha, 2022) referindo inclusive António José Telo (1993) que a 5 de agosto desse ano os americanos são informados pelos ingleses para não ficarem expectantes quanto à possibilidade de concessão de facilidades para a utilização das Lajes por parte de aviões americanos, afirmando os ingleses ser esta uma imposição portuguesa. Deste modo, Tiago Moreira de Sá (2016) explica com maior detalhe o porquê desta reação americana e qual seria então o objetivo desta potência, assim, o autor refere que a partir do Acordo de Londres observa-se, assim, a nova ambição americana em obter para si facilidades militares nos Açores, o que se traduziu, assim, numa conduta de política externa dos Estados Unidos relativamente a Portugal, independente do Reino Unido, tese reforçada por

António José Telo que indica que no entender dos americanos “as questões relativas às ilhas portuguesas devem ser conduzidas sem intermediários, com a exclusão de Inglaterra” (António José Telo, 1993, p. 402). Tiago Moreira de Sá (2016) acrescenta ainda que no que diz respeito às relações luso-americanas, no último trimestre de 1943, se consegue observar duas condutas de política diferentes, mas complementares, uma primeira, ainda, no âmbito do triângulo estabelecido entre Lisboa-Washington-Londres e a segunda conduta de forma bilateral exclusivamente com Portugal que, conforme explica, numa primeira fase evoluíram paralelamente, mas que a partir de uma fase mais avançada das negociações diplomáticas que culminaram no acordo de Santa Maria, a segunda tornou-se predominante.

Deste modo, e no caso dos Estados Unidos, entende-se assim que face à inexistência de uma “aliança formal” com Portugal equiparada à existente com Inglaterra, o acesso às facilidades na região, seguiu outros contornos, pois Portugal, no entender de António de Oliveira Salazar não poderia proceder da mesma forma com esta potência como procedeu com Inglaterra (Luís Andrade, 1993), pois como refere o próprio Salazar “a concessão de facilidades a outro país que não a nação aliada não pode deixar de ser considerada jurídica e politicamente como quebra de neutralidade e acto de positiva beligerância” (citado por Luís Nuno Rodrigues, 2004, p.57), isto é, no entender do Presidente do Conselho, Portugal ao ceder o mesmo acesso às facilidades nos Açores aos americanos como tinha feito com a Inglaterra poderia, aos olhos do governo português, estar a abdicar do seu papel neutral e assumir um papel de beligerante, o que contraria na sua totalidade a política seguida até então de afastar Portugal da guerra (*ibidem*), assim e conforme refere Kennan, encarregado de negócios norte-americano, “qualquer favor ou facilidades além daquelas que os Estados Unidos já logram em virtude do acordo com a Inglaterra só podem ser consideradas no quadro do mesmo acordo e não por fora dele ou por novo acordo com outra potência» (como citado em Luís Nuno Rodrigues, 2004, p.57).

No entanto, as dúvidas de Salazar quanto a aceitar o pedido dos americanos iam mais além, isto é, este estava preocupado com a “deslocação do centro de gravidade da política europeia para o Atlântico” (como citado em Luís Nuno

Rodrigues, 2004, p.58), o que, no seu entender, iria criar «um enfraquecimento natural da acção anglo-americana no Centro e Leste europeu, o que deve traduzir-se na existência de maiores facilidades à hegemonia russa” (*ibidem*). Assim, é pertinente referir que, segundo o mesmo autor as negociações diplomáticas entre os dois países levaram cerca de um ano a ficar concluídas, tendo estas tido início, num período posterior à “Cimeira de Moscovo, onde, no final de Outubro de 1943, os Estados Unidos, a Inglaterra e a União Soviética acordaram finalmente na abertura de uma segunda frente de guerra na Europa, decisão confirmada no mês seguinte, em Teerão” (Luís Nuno Rodrigues, 2004, p.53).

Assim, nas longas negociações diplomáticas entre os dois países é possível destacar que numa primeira fase, mais concretamente a 16 de outubro de 1943, os EUA fazem uma extensa lista de exigências, informando George Kennan que solicite a Portugal uma base naval em Ponta Delgada e outra na Horta, duas bases aéreas, uma na ilha Terceira e outra na ilha das Flores (Tiago Moreira de Sá, 2016, p. 377), bem como, segundo documentos oficiais, o acesso aos sistemas de comunicações por cabo existentes, que eram essenciais para a presença americana nos Açores, como também para o desenvolvimento dos combates no Norte de África e na Europa, tendo sido solicitadas, igualmente, “facilidades portuárias sem restrições e acomodações em terra para o pessoal necessário nos portos açorianos”, permissão para “estacionar um navio de guerra em cada um dos portos açorianos utilizados pelo seu pessoal” e a “pronta admissão do pessoal americano necessário para o melhoramento, construção e funcionamento” das infraestruturas para as quais se solicitavam “facilidades alfandegárias para todos os materiais necessários” (como citado em Luís Nuno Rodrigues, 2004, p.54). Salienta-se ainda, que este ponto de partida nas negociações acontece após os EUA terem comunicado ao Reino Unido, não só estas mesmas exigências, como a pretensão de contactar diretamente com o nosso país, ao qual Churchill anuiu, chegando inclusivamente a sugerir a invocação da aliança de 1373 para a concessão por parte de Portugal destas pretensões aos americanos (Tiago Moreira de Sá, 2016). Portanto, face a este início, revela-se importante e decisivo, o papel de George Kennan, encarregado de negócios norte-americano, para que fosse possível chegar a um acordo que

não só tranquilizasse os anseios do governo português e de Salazar mencionados anteriormente, como, por outro lado satisfizesse as pretensões americanas (Luís Nuno Rodrigues *et al*, 2008), como se pode observar a 23 de novembro quando este ao invés de apresentar a vasta lista desejada pelos americanos solicitou Salazar a extensão aos EUA das facilidades já concedidas aos britânicos, mencionando a eventual necessidade da ampliação da concessão destas facilidades referindo que a Terceira por si só não chegava, sendo possivelmente necessário a concessão de direitos noutra ilha açoriana, como as Flores (Tiago Moreira de Sá, 2016). Ora, pode-se de uma forma sucinta explicar que o acordo foi possível, atendendo que nas negociações decorridas para a concessão de facilidades, foi sempre salvaguarda a soberania portuguesa pelos americanos; o cumprimento da exigência portuguesa na impossibilidade da construção de uma base nas Flores e a decisão de implementar-se esta em Santa Maria, de ser uma companhia privada norte-americana a conceber as obras de construção do aeródromo e demais trabalhos nesta ilha, neste caso a *Pan American Airways*; a confirmação portuguesa do embargo total da exportação de Volfrâmio para Alemanha e, por fim, de uma forma destacada, a garantia do regresso de Timor-Leste ao espaço soberano português, dando os americanos a possibilidade a Portugal participar na expulsão dos Japoneses de Timor de uma forma indireta através da concessão de facilidades militares na ilha de Santa Maria, sem necessidade de utilização direta de forças (*ibidem*; Luís Andrade, 1993).

Assim verifica-se a assinatura, a 28 de Novembro de 1944, de um acordo entre Portugal e os Estados Unidos para a concessão aos americanos da “autorização para construir e utilizar uma base naval e aérea na ilha de Santa Maria, no arquipélago dos Açores. Formalizava-se, assim, a presença norte-americana nos Açores, antes mesmo da sua transferência para a base das Lajes, já depois da II Guerra Mundial” (Luís Nuno Rodrigues, 2004, p.53).

Assim, é de realçar que, segundo José Medeiros Ferreira (2011), verifica-se que o acordo alcançado entre norte-americanos e portugueses para a concessão de facilidade no Açores, designadamente o uso do aeroporto de Santa Maria, reside sobretudo na contrapartida do regresso de Timor-Leste ao espaço soberano português, tendo em conta que, e segundo Luís Andrade (1993), este território

se encontrava ocupado pelos Japoneses desde de fevereiro de 1942, já depois de se ter verificado a invasão deste país por tropas aliadas, que convém referir, segundo o mesmo autor, chegou mesmo a colocar em causa a posição neutral de Portugal no conflito.

Deste modo é igualmente de salientar no âmbito desta investigação, que relativamente às relações Luso-Americanas na década de 30-40, estas *“foram dominadas neste período pela Segunda Guerra Mundial. Em traços gerais, é possível destacar dois momentos distintos deste relacionamento nos anos 1939-1945: um, até ao início do processo negocial culminou no acordo de Santa Maria; outro, das negociações e assinatura do acordo. A linha horizontal que atravessa estas duas fases é a de uma crescente importância geopolítica dos arquipélagos portugueses no Atlântico para Washington (e também para Londres)* (Tiago Moreira de Sá, 2016, p.357).

Deste modo, Luís Andrade ajuda-nos a concluir que os Açores desempenharam na 2.^a Guerra Mundial, “uma das suas mais importantes funções em termos estritamente geopolíticos e geoestratégicos. A tal ponto que, por mais de uma vez, esteve iminente a sua ocupação militar tanto pelos Alemães como pelos Aliados” (Luís Nuno Rodrigues *et al*, 2008, p. 127). Naquilo que concerne mais concretamente à conduta de política externa portuguesa, o país manteve a sua posição de neutralidade que, segundo o mesmo autor, “foi denominada de colaborante, na medida em que o nosso país concedeu facilidades de natureza militar aos Aliados nos Açores, designadamente aos britânicos, em 1943, na ilha Terceira e aos norte-americanos, em 1944, na ilha de Santa Maria” (*ibidem*). Contudo, segundo o mesmo autor, Salazar observou que tendo o país concedido facilidades militares nos Açores aos Aliados, “em áreas perfeitamente definidas e delimitadas, como era o caso das Lajes na ilha Terceira, tal facto não implicava que no restante território nacional não se pudesse manter uma posição de estrita neutralidade”, impondo ao conceito de neutralidade uma delimitação geográfica (Luís Nuno Rodrigues *et al*, 2008).

1.1.3 - Guerra Fria

A Segunda Guerra Mundial levou “ao aparecimento de um sistema internacional de rivalidade bipolar, que durará entre 1945 em 1991. Este novo sistema é marcado, fundamentalmente, pela profunda alteração da relação de forças no

fim do conflito, porque assim se traduz surgimento duas superpotências” (António José Telo, 1993, p. 456)., os Estados Unidos e a União Soviética. Desse modo, o fim do conflito poderá ter criado a ideia de que a conciliação dos interesses das potências vencedoras fosse eventualmente alcançada, contudo o mesmo não se verificou, pelo que através da assinatura do Tratado que criou a Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) a 4 de Abril de 1949 e a criação do Plano Marshall, por exemplo, observa-se por parte dos EUA a necessidade, perante a ameaça do bloco soviético na Europa, de assumir o seu papel de garante da segurança europeia (Miguel Rocha, 2022).

Neste sentido, isto poderá ajudar a explicar a razão pela qual por um lado assistimos após a 1.^a Guerra Mundial a uma rápida retirada dos americanos dos Açores, mais concretamente da base naval temporariamente estabelecida em Ponta Delgada, e o mesmo não se ter observado no fim da 2.^a Guerra Mundial, pois apesar da sua saída da ilha de Santa Maria a 2 de junho de 1946, os americanos mantiveram-se nas Lajes, na ilha Terceira até 2 de dezembro de 1947, onde se posteriormente se verificou o prolongamento das facilidades no arquipélago numa primeira fase até 1951, através do Acordo Bilateral de 2 de Fevereiro de 1948, e de seguida até 1956, através do “Acordo de auxílio mútuo para a defesa entre Portugal e os Estados Unidos”, que se refere ao uso da Base Lajes pelos EUA após a fundação da NATO até esse ano (José Medeiros Ferreira, 2006).

Assim, é preciso explicar que as facilidades concedidas na Segunda Guerra Mundial, mantiveram-se no período pós conflito, para que fosse possível auxiliar as potências marítimas contra as potências que pudessem agitar o continente europeu (José Medeiros Ferreira, 2011), possível de se verificar através do relatório anual elaborado pelo embaixador inglês em Lisboa, em 1945, onde é referido que existiu nesta altura uma vontade americana para o estabelecimento de uma facilidade militar permanente na ilha Terceira (*ibidem*).

Assim, no pós-guerra, a importância dos Açores é demonstrada de forma mais significativa através desses sucessivos Acordos que permitiram aos americanos renovar a sua presença no arquipélago. Ora em 1957, após o acordo assinado entre os dois países que previa, segundo Luís Nuno Rodrigues (2000), a manutenção das tropas americanas nos Açores em tempo de paz até ao final do

ano de 1962, depois desta data iniciou-se um processo de negociações que nunca terá sido concluído, ora tendo em conta que à presença militar norte-americana foi-lhe dada a possibilidade de se manter durante o decurso destas negociações, a não conclusão destas negociações levou assim a uma presença permanente na base das Lajes, pelo menos até 1971. Neste caso, é importante fazer a referência breve que para esta situação muito contribuiu as conturbadas relações luso-americanas no início da década de 60, verificadas no fim da administração Eisenhower e que acentuaram com a chegada de John Kennedy à Casa Branca, devido sobretudo devido à questão colonial (Tiago Moreira de Sá, 2016), pois com a adoção pelos americanos de uma política externa anticolonialista e de apoio à independência dos novos países africanos, permitindo assim evitar o aumento da influência comunista no continente africano em oposição à política de Portugal de manter o império colonial, especialmente em África, que, na perspetiva do governo português garantia a sobrevivência do próprio regime (Luís Nuno Rodrigues, 2000). Assim, apenas o agravar da tensão vivida durante a guerra fria “vem lembrar à administração Kennedy, e sobretudo ao *establishment* militar, a importância estratégica da aliança com Portugal e da base dos Açores e, de certa maneira, sugerir alguma moderação aos políticos norte-americanos” (*ibidem*, p. 53-54), permitindo perceber que a melhor solução a adotar seria a de manter as negociações em aberto, permitindo assim a Portugal utilizar as facilidades militares concedidas aos americanos na ilha Terceira para condicionarem a sua conduta relativamente às possessões ultramarinas portuguesas, sendo apenas realizado um novo acordo em 1971 já com a administração Republicana de Richard Nixon (*ibidem*; Tiago Moreira de Sá, 2016).

Ora, voltando um pouco atrás, é necessário ressaltar que os acordos mencionados para a concessão de facilidades nos Açores e do seu prolongamento a esta potência, expuseram a aproximação de Portugal aos Estados Unidos ainda durante o último conflito mundial e após o mesmo, assim “o sistema Internacional bipolar que emergiu após o fim do conflito e o início da Guerra Fria levaram a esta dinâmica muito mais longe, acabando o país por optar por uma integração no bloco norte americano ainda que esta tenha sido reticente (Tiago Moreira de Sá, 2016, p. 415). Desta maneira, constata-se que no fim da

década 40, Portugal fazia, assim,” parte das dimensões militar, política económica do polo liderado pelos Estados Unidos havendo a destacar neste processo os acordos dos Açores de 1946 e 1948, o Plano Marshall e a adesão à Organização do Tratado do Atlântico Norte. O elemento decisivo desta equação foi a importância estratégica dos Açores.” (Tiago Moreira de Sá, 2016, p.415-416), sendo preciso efetivamente destacar, no caso da adesão à NATO, só devido à extrema importância do arquipélago é que se pode conceber ser endereçado a um país não democrático, como era o caso de Portugal, este convite para aderir como país fundador da NATO (Luís Andrade, 1993, p. 92).

É de explicitar ainda, no âmbito das relações com os EUA, e segundo António José Telo (1996), o porquê de Portugal olhar para este país com alguma desconfiança no final da Segunda Guerra Mundial, pois ainda que perceba a importância deste país para que a Europa Ocidental se defenda do poder soviético, do seu ponto de vista Portugal crê que “a Europa Ocidental deve renascer à volta dos impérios, com a ajuda de Inglaterra e o apoio distante dos EUA, em relação aos quais é necessário manter autonomia” (*ibidem*, p.122-123), pelo que dessa forma o país tenta uma aproximação a Inglaterra, contudo esta conduta na política externa altera-se subitamente, segundo o mesmo autor, devido a três fatores:

- A Europa encontra-se enfraquecida e com um rumo político, influenciado pelos soviéticos, a virar tendencialmente à esquerda, como são disso exemplo países como a França e a Itália, pelo que na perspectiva do governo autocrata português a Europa encontra-se em “profunda crise moral devidamente afastado dos valores tradicionais, sem o desejo de se vender e parece cair nos braços do comunismo”;
- Verifica-se um perigo para os impérios europeus, especialmente na Ásia, onde Portugal verifica a pouca resistência de vários países europeus ao observarem esta evolução e sem tomarem ações no sentido de se defender e proteger esses mesmos impérios;
- É claro o declínio do poder inglês e que desse modo torna claro que a única opção é o relacionamento bilateral com os Estados Unidos;

É nesta sequência, e na conjugação destes fatores mencionados que “levam a que o governo português perceba, a partir de 1947, que a sua visão inicial sobre

o mundo após-guerra não corresponde à realidade”. Assim, considerando estes fatores, aliados àquilo que António José Telo (1996) alui serem um inúmero de perigos iminentes em que destacam o reacender da guerra civil de espanhola, a evolução da Europa ocidental, passando pela possibilidade de um ataque frontal russo, ou pelas reais pressões que se começam a exercer sobre Timor, Macau e a Índia portuguesa, é evidente para qualquer destes perigos, que “a Inglaterra já não oferece as garantias a que o país está habituado que a única alternativa são os EUA, justamente o poder em relação ao qual Portugal procurou manter as distâncias e evitar relações bilaterais firmes desde 1939” (António José Telo, 1996, p. 123). Neste sentido, Nuno Severiano Teixeira (Luís Nuno Rodrigues *et al*, 2006), robustece esta mesma tese afirmando que apesar de ser complicado assumir o declínio inglês e, conseqüentemente, a ascensão de uma nova potência hegemónica no Atlântico, Salazar irá inevitavelmente fazê-lo através do acordo das Lajes em 1948 e da entrada na NATO em abril de 1949, que traduzem, assim, “o reconhecimento da nova potência marítima e a emergência da nova Aliança, que é, simultaneamente, a resposta da política externa portuguesa ao novo recorte da cena internacional do pós-guerra e o reencontro com sua tradição atlântica. (*ibidem*, p.150-151)”.

Por fim, é de constatar que na segunda metade do século XX, os Açores demonstraram mais uma vez a sua relevância estratégica para Portugal, desta vez com a concessão de facilidades aos franceses, aquando da assinatura de um acordo com a França, em abril de 1964, que permitiu uma base militar de rastreio de mísseis balísticos na ilha das Flores, tendo sido este renovado em 1977 e em 1983, esta infraestrutura militar tinha como objetivos detetar e estudar as trajetórias de mísseis balísticos de médio alcance (José Medeiros Ferreira, 2011).

Assim, é de concluir que, e conforme Álvaro Monjardino (1983), a importância militar dos Açores que se desenvolveu no século XX, traduziu-se, entre outras facilidades através de” uma base naval em Ponta Delgada durante a I Grande Guerra, duas bases aéreas [nas ilhas de Santa Maria e Terceira] durante a II Grande Guerra, os acordos de defesa entre Portugal e os Estados Unidos durante a Guerra Fria , um porto de reserva para a NATO, uma base francesa de rastreio de mísseis nas Flores, e a base das Lajes, com a ponte aérea para

Israel em 1973 (...)" (Álvaro Monjardino, 1983, p. 16), ao que se soma a concessão de outro tipo de facilidades, que tornaram inegável a importância geoestratégica e geopolítica do arquipélago e o seu papel decisivo para as relações bilaterais de Portugal com as “potências dominantes do Atlântico”, primeiramente com a Inglaterra e posteriormente com os Estados Unidos.

1.2 - Enquadramento Teórico

Após uma reconstrução histórica da importância geoestratégica dos Açores e, conseqüentemente, da conduta da política internacional portuguesa durante o século XX, especialmente durante as duas guerras mundiais e a guerra fria, será agora importante no âmbito desta investigação proceder a um enquadramento teórico de alguns conceitos em forma de complemento ao já abordado, que possam explicar a atuação portuguesa no âmbito da sua política externa, sendo disso exemplo os modelos de inserção internacional, o conceito de poder funcional e, como base para aquilo que será abordado, explicar, de forma breve o conceito de separatismo e independência.

Deste modo Nuno Severiano Teixeira (2010, pp. 51), refere que o nosso país “é um país europeu, Portugal é também um país atlântico. Pequena potência, semiperiférica e com uma só fronteira terrestre, Portugal viveu, sempre, um equilíbrio instável, entre a pressão continental e a procura de uma alternativa marítima”, e que são essas as condições geopolíticas impostas que condicionaram a nossa conduta ao nível da política externa e que permitiram definir “estruturas ou modelos de inserção internacional.”, que no caso de Portugal foram três (*ibidem*).

Deste modo, o primeiro modelo desenvolve-se até ao século XV, neste sentido “as relações externas de Portugal desenvolvem-se no quadro da Península Ibérica, entre cinco unidades políticas, todas elas mais ou menos da mesma dimensão e potencial: os reinos peninsulares – Castela, Leão, Navarra, Aragão e Portugal, durante a Idade Média” (Nuno Severiano Teixeira, 2010, pp. 51). O segundo modelo tem o seu início marcado pelo século XV, no início dos Descobrimentos, e compreende o período até à revolução de 1974 e até à entrada para a União Europeia em 1986. Ora face a um “desequilíbrio

geopolítico” este é um modelo que permitirá a Portugal, a “construção de um vector de compensação: o vector marítimo”, através da “costa atlântica e a capacidade de sustentação de relações extrapeninsulares” (*ibidem*). Assim, e na procura de contrabalançar esse “desequilíbrio” Portugal “passa a viver sob a tentativa constante de equilíbrio, entre a pressão continental da Espanha e a procura de uma compensação marítima do Atlântico” (*ibidem*)l, demonstrada claramente pela procura de alianças com as potências marítimas, onde se destaca a entrada para a NATO.

No caso do terceiro modelo, e tendo em conta que este se desenvolve a partir do 25 de abril de 1974, considera-se pertinente abordar no final desta investigação, após a menção feita a todo este período e que representa a grande questão deste trabalho.

Deste modo, e após se ter verificado no período pós II Guerra Mundial, no âmbito da bipolaridade internacional, que, como foi concluído anteriormente, “Portugal, e designadamente os Açores, continuou a desempenhar uma papel da maior relevância dos pontos de vista geopolítico geoestratégico” (Luís Rodrigues *et al*, 2008, p.138). Ora este argumento, no entender de Luís Rodrigues (2008) reforça o conceito de poder funcional de Portugal, tendo em conta a dimensão do mesmo “a única forma do nosso país se poder afirmar no plano internacional é, na realidade, através do poder que lhe advém do seu posicionamento internacional e que lhe é concedido através do elevado valor estratégico das suas posições no mundo, designadamente do arquipélago dos Açores”. (Luís Rodrigues *et al*, 2008, p.138).

Ora por poder funcional, Adriano Moreira define como sendo “a capacidade de submeter as grandes potências, usando a função mundial desempenhada pelos países interessados, a uma razoabilidade que a prática da ética não tem conseguido” (Adriano Moreira, 1979, pp. 18), isto é o poder funcional, torna-se numa ferramenta de poder das pequenas e médias potências na sua relação perante as grandes potências, e este poder surge na sequência da “necessidade de bases no exterior, a liberdade de acesso a portos e aeroportos, a urgência de disseminar os armamentos estratégicos, a indispensabilidade de centros de observação e vigilância instalados em território alheio, a segurança das fontes de abastecimento de energia e outras matérias-primas” (*ibidem*, pp. 18-19) por

parte das grandes potências, que podendo as nações de menor dimensão suprimir e colmatar estas carências, conseguem condicionar as relações com as grandes potências na salvaguarda dos seus interesses .Ora no caso de Portugal este foi até à Revolução de 25 de Abril de 1974, um caso de poder funcional (*ibidem*), em que, refira-se, os Açores, assumiram o papel importante, como se teve a oportunidade de mencionar anteriormente.

Por fim, e tendo em conta a referência que irá ser feita mais à frente ao separatismo açoriano, assume-se como necessário, ainda que de forma muito breve, explicar que o separatismo “é um grupo com identidade pretende separar-se de um Estado existente e assumir o lugar de independente e separado para o qual sente vocação e capacidade. Não se trata de reclamar a união a Estado diferente ou de um Estado que clama a território do outro” (Adriano Moreira, 2011, p. 257), pelo que tendo este conceito presente será possível debruçar de uma forma mais consciente sobre esta temática, que mais uma vez elevará a importância geopolítica dos Açores.

Capítulo II: Contexto internacional

O objetivo deste capítulo é tentar compreender quais foram os principais pilares da política externa norte-americana antes de 1974, mais concretamente, durante a administração Nixon, e compreender de que forma o escândalo do Watergate influenciou a perceção do mundo dos EUA e de que maneira este escândalo ocorrido no âmbito da política doméstica americana, pode ter influenciado a política externa americana e conseqüentemente a transição democrática portuguesa.

Nesse sentido, será necessário entender a base da política externa de Nixon, e mais concretamente de Henry Kissinger, primeiramente seu conselheiro para Segurança Nacional, e posteriormente o seu Secretário de Estado entre setembro de 1972 até à data da sua resignação e, igualmente Secretário de Estado do seu sucessor Gerald Ford, ou através mesmo da perspectiva de Kissinger por meio das obras que publicou sobre o seu tempo na administração Nixon ou tendo em conta os discursos presidenciais que o 37.º Presidente dos EUA efetuou, onde deixou claro a sua estratégia para os EUA neste período da Guerra Fria. Por fim, abordar-se-á a presidência de Gerald Ford, a sua ascensão, a política externa da sua administração, onde, por último, será igualmente importante abordar o conceito de “Imperial Presidency”, cujo a presidência do seu antecessor, Richard Nixon, refletiu o apogeu deste conceito.

2.1 - As Eleições Presidenciais de 1968

Em janeiro de 1968, Nixon decidiu mais uma vez procurar a nomeação do Partido Republicano para presidente. “Apresentando-se como uma figura de estabilidade num momento de convulsão nacional, Nixon prometeu um regresso aos valores tradicionais e à “lei e ordem”. Ele foi desafiado por outros candidatos, tais como o governador da Califórnia, Ronald Reagan (e futuro Presidente dos EUA), o governador de Nova York, Nelson Rockefeller, e o governador de Michigan, George Romney, para garantir a nomeação na convenção republicana em Miami. Nixon escolheu inesperadamente o governador Spiro Agnew de Maryland como seu companheiro de campanha (President Nixon | Richard Nixon Museum and Library, nd.)

A reconciliação foi a primeira meta estabelecida pelo presidente Richard M. Nixon, pois “a nação estava dolorosamente dividida, com a turbulência nas cidades e guerra no exterior. Durante sua presidência, Nixon conseguiu acabar com os combates americanos no Vietname e melhorar as relações com a URSS e a China. Mas o escândalo Watergate trouxe novas divisões ao país e acabou levando à sua renúncia” [a 8 de agosto de 1974] (The White House, 2022).

A campanha de Nixon foi ajudada pelo tumulto que existia na altura dentro do Partido Democrata nesse mesmo ano, consumido pela guerra no Vietname e ajudado pelo facto do presidente Lyndon Johnson anunciar que não tentaria a reeleição. Para além disso, o partido democrata é abalado quando a 5 de junho, imediatamente após vencer as primárias da Califórnia, o ex-procurador-geral e então senador norte-americano Robert F. Kennedy (irmão do falecido presidente John F. Kennedy) é assassinado em Los Angeles. É no decorrer deste tumulto que a campanha do vice-presidente Hubert Humphrey, candidato democrata à presidência, entra em colapso, particularmente depois da convenção nacional democrata em Chicago ter sido marcada por protestos em massa e violência. Em contraste, Nixon parecia representar uma sociedade mais calma, e sua campanha prometia paz dentro e fora do país. Nixon ganhou por quase 500.000 votos populares, tendo o candidato do terceiro partido, George Wallace, o antigo e futuro governador do Alabama, obtido quase dez milhões de votos populares e 46 votos eleitorais (figura 1), principalmente no chamado *deep south* (President Nixon | Richard Nixon Museum and Library, nd.).

De facto, pode-se dizer que Nixon, herda um país dividido, que somado ao tumulto existente na política externa norte-americana, principalmente com a presença no Vietname, explica assim a importância de assumir na sua campanha presidencial uma retórica de apelos de paz e de união entre o povo americano.

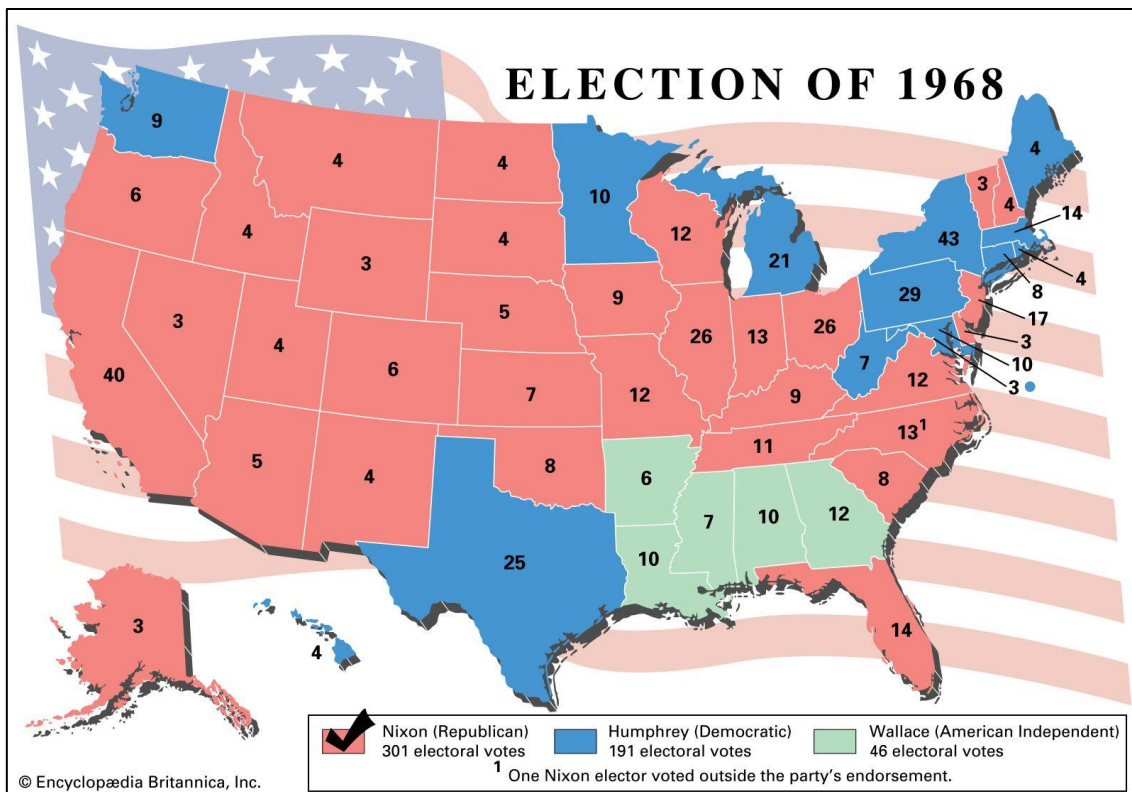


Figura 1: Mapa Eleitoral da eleição Presidencial Americana de 1968 (Fonte: Enciclopédia Britannica)

A sua eleição para presidência dos Estados Unidos em 1968 foi o culminar de uma carreira incomum em dois aspetos, por um lado o seu sucesso precoce e por outro lado o seu retorno após ser derrotado para a presidência quando se candidatou pela primeira vez em 1960 e após ser igualmente derrotado para o cargo de governador da Califórnia em 1962 (The White House, 2022).

Naquilo que concerne à dinâmica da política externa norte-americana a campanha presidencial de 1968 foi, na opinião de John Lewis Gaddis (2005), incomum, pois, ao contrário das eleições ocorridas em 1952 e 1960, que deram a vitória Eisenhower e a John Kennedy respetivamente, esta forneceu poucas indicações sobre a direção em que a nova administração se moveria uma vez que assumisse a Casa Branca cargo. Efetivamente, refere o autor, Richard Nixon chegou a abordar durante a campanha a incapacidade de Johnson para acabar com a Guerra do Vietname tendo prometido que iria acabar com esta, embora sem ter referido de que maneira. Na ótica do autor o candidato republicano também fez referências que pretendia entrar numa era de negociação ao invés de tempo de confronto, ou seja, uma continuação dos esforços da administração

anterior para um relaxamento das tensões com a União Soviética e de uma vontade de considerar uma nova relação com a China. Mas, em geral, “os eleitores que foram às urnas no dia das eleições de 1968 não tinham ideia de que estavam a introduzir as mudanças mais radicais na política externa dos Estados Unidos desde que a ideia de *containment* surgiu”. (*ibidem*, p. 209) ¹

2.2 - Política Externa Norte-americana na Administração Nixon

A 20 de janeiro de 1969, Richard Nixon toma posse como o 37.º presidente dos EUA, mencionando várias vezes no seu discurso de inauguração o seu objetivo já repetido durante a sua campanha, alcançar a paz, no país e no mundo. Na verdade, Nixon refere que “(...) *Ao alargar os horizontes do espaço, descobrimos novos horizontes na Terra. Pela primeira vez, os povos do mundo querem a paz, e os líderes do mundo têm medo da guerra, os tempos estão do lado da paz* (...)”. Nixon, acrescenta ainda que “(...) *A maior honra que a história pode conceder é o título de pacificador. Esta honra agora acena para a América - a chance de ajudar a conduzir o mundo finalmente para fora do vale da turbulência e para aquele terreno elevado de paz com o qual o homem sonha desde os primórdios da civilização. Se formos bem-sucedidos, as gerações vindouras dirão (...) que ajudámos a tornar o mundo seguro para a humanidade. Este é o nosso apelo à grandeza. Acredito que o povo americano está pronto para responder a este apelo* (...)”.

É neste sentido, nesta construção da paz que vemos a política externa de Nixon assente em três grandes pilares, ou como refere Tiago Moreira de Sá (2016), neste triângulo:

- Melhorar as relações EUA-URSS (Détente Leste-Oeste)
- Estabelecer relações com a República Popular da China
- Terminar com a participação direta dos EUA na Guerra do Vietname

De facto, 2 anos após o seu Discurso de Inauguração em Washington, Nixon no *Radio Address About Second Annual Foreign Policy Report to the Congress*,

¹ Gaddis, J. L. (2005) in *Strategies of Containment: A Critical Appraisal of American National Security Policy during the Cold War*

volta a frisar os seus esforços para encontrar a paz e assume efetivamente a importância de terminar com a presença norte americana no Vietname: *“Mantenho a minha promessa de acabar com o envolvimento da América nesta guerra. Mas o ponto principal que quero discutir convosco hoje – e o tema principal do meu relatório ao Congresso – é o futuro, não o passado. É muito importante a forma como acabamos com esta guerra. Acabar com uma guerra é simples”* (Richard Nixon, 1971).

Desse modo, é importante ainda referir a importância de Henry Kissinger para a estratégia geopolítica e para a condução da política externa norte-americana da administração Nixon, pois como menciona o professor inglês Thomas Robb (2013), no seu livro *“A strained partnership?: US-UK Relations in the Era of Détente, 1969-77”*, como conselheiro de segurança nacional, Kissinger funcionou efetivamente como o "principal" oficial de inteligência de Nixon. *“É com autoridade, então, que Richard H. Immerman [2008] observa: “Richard Nixon não tinha outras fontes de inteligência que não as suas, de Henry Kissinger”*, explicando assim, de igual forma, a importância de mencionar Kissinger quando se aborda a política externa de Nixon, tanto é que em Setembro de 1972, o presidente americano nomeia Kissinger para ser Secretário de Estado, pois como o professor inglês Thomas Robb (2013), menciona *“A opinião do novo presidente sobre o Departamento de Estado era um pouco melhor, pois como um jornalista proeminente lembrou [C. L. Sulzberger, 1987], Nixon “desconfiava do Departamento de Estado, que ele considerava tanto uma mente difusa quanto um ninho de liberais democratas”. O desprezo de Nixon pelo Departamento de Estado é bem entendido (...) Pior ainda, o presidente acreditava que a burocracia existente em Washington estava ativamente procurando minar suas políticas. Para superar isso, Nixon queria substituir todos os burocratas existentes pelos seus próprios nomeados.*

Nos assuntos relacionados com a política externa, Nixon estava assim determinado a centralizar sua criação e execução a partir de dentro da Casa Branca, tal como refere Thomas Robb (2013), Nixon acreditava que uma espécie de inércia tinha envolvido a política externa dos EUA, e só através da Casa Branca é que a política externa poderia ser devidamente debatida e reconceitualizada. Nos anos seguintes, as opiniões da CIA, do Pentágono e do

Departamento de Estado foram amplamente ignoradas, verificando-se assim (como Robb menciona na sua obra), tal como o jornalista Arthur Schlesinger (1973) observou o comportamento de Nixon realmente marcou o auge da "Presidência Imperial", conceito que irá ser abordado mais à frente nesta investigação.

2.3 - A Détente Leste-Oeste

Segundo Kissinger (1999), a política externa de uma nação reflete inevitavelmente uma “amalgama das convicções dos seus dirigentes e das pressões do ambiente”, por isso para compreender a abordagem da Administração Nixon às relações Leste-Oeste – e a controvérsia que Ford herdou é necessário entender em que situação é que Nixon se encontrava.

O Secretário de Estado refere que Richard Nixon assumiu o cargo no meio de uma das mais graves crises de política externa da história americana, em que mais de 540.000 soldados americanos estavam lutando no Vietname, “e o nosso país estava se despedaçando sobre o que o professor Walter A. McDougall da Universidade da Pensilvânia descreveu brilhantemente como a primeira “guerra da Grande Sociedade” dos Estados Unidos”.

De facto, Kissinger explica que “tratámos o trabalho da América sobre o Vietname como uma fraqueza temporária que, uma vez superada, nos permitiria prevalecer sobre o sistema soviético quando o isolamento geopolítico e uma economia estagnada tinham esgotado o seu zelo ideológico”. Podendo-se assim depreender que a *Détente*, é não só um reduzir de tensões, mas também um estratégia desta administração norte-americana em perceber que a condução de política externa soviética, iria levar sem grande esforço e com alguma paciência por parte dos americanos, a um enfraquecimento da sua influência política, como justifica Kissinger (1999):

“Num memorando informativo que enviei a Nixon antes da visita de Brejnev aos Estados Unidos em 1973 refletia esta análise:

- *É quase certo que Brejnev continue a defender as suas políticas de distensão nos debates do Politburo [comitê executivo do partido*

comunista], em relação a um conflito histórico conosco, como principal país capitalista, e das vantagens finais que advirão para a URSS neste conflito. A aposta de Brejnev é que, à medida que essas políticas ganham impulso e longevidade, seus efeitos não minarão o próprio sistema do qual Brezhnev tira seu poder e legitimidade. O nosso objetivo, por outro lado, é precisamente alcançar esses efeitos a longo prazo”.

Kissinger traça claramente o objetivo da política externa norte-americana no âmbito da Guerra Fria, e das suas relações com a União Soviética, afirmando mesmo que “ *julgámos a União Soviética, aparentemente tão monolítica e tão ansiosa por demonstrar o seu poder militar, como de facto a ser invadida por vastas convulsões sistémicas. Observadores astutos como Andrei Amalrik (cujo artigo dei a Nixon para ler) já chamavam a atenção para o fato de que o império soviético enfrentava vulnerabilidades profundas e congênicas. (...) E o crescimento do potencial militar soviético estava drenando a economia e levando-a à estagnação*”.

É decorrente desta análise que a administração Nixon adota esta estratégia que lhe permitirá igualmente não só alcançar uma distensão com a URSS, como também poupar esforços em busca de outros objetivos para a sua política externa, como é o caso do fim da Guerra do Vietname, podendo se esclarecer que se existissem dúvidas sobre a superioridade americana face ao sistema soviético, Kissinger (1999) dissipa-as afirmando que “*é por isso que, na Conferência Alastair Buchan, em junho de 1976, eu disse: "Não temos nada a temer da concorrência: ... se há uma competição económica, ganhámo-la há muito tempo... Em nenhuma parte do mundo e sob nenhum outro sistema os homens vivem tão bem e com tanta liberdade. Se o desempenho é um critério, a disputa entre a liberdade e o comunismo, de que tanto se falou há três décadas, foi ganha pelas democracias industriais*”.

Já Tiago Moreira de Sá (2016) dá uma outra perspetiva desta estratégia norte-americana, referindo que “*na viragem da década de 1960 para a de 1970 assistiu-se uma importante evolução no sistema internacional. (...) Por um lado assistiu-se a uma redução da capacidade de influência das superpotências e uma diminuição da sua flexibilidade estratégica por outro lado, verificou-se uma ascensão relativa de outras potências como a China, o Japão e a Alemanha,*

esta última também dentro de um quadro mais vasto de tentativa de afirmação externa da Comunidade Europeia”.

É dado uma maior ênfase pelo autor ao grande medo e receio que existia pela possibilidade de uma guerra entre as duas superpotências, não dando tanta importância à perspectiva de Kissinger, dado que menciona uma mudança das regras da competição, e não, como refere Kissinger, uma perspectiva da diminuição da competição em si, que por várias razões beneficiava os EUA:

- *“A resposta a estas transformações sistémicas, acrescidas de um medo de um Holocausto nuclear que quase deixou de ser uma mera hipótese teórica na crise dos mísseis de Cuba de 1962, foi a adoção de um novo modo de relacionamento entre as superpotências assente numa redução consciente equilibrada da tensão leste ou Oeste, que ficou conhecida por *Détente*” (idem).*

Para Tiago Moreira de Sá, a *Détente* nunca foi concebida então, na sua ótica, para acabar com a guerra fria, apenas pretendia redefinir regras para o que todos continuavam a entender como uma competição, sendo assim uma nova fase do conflito bipolar. De facto, este método de relacionamento foi também uma forma de conseguir a colaboração Soviética na resolução do seu problema imediato mais premente: a guerra do Vietname.

2.4 - Nixon e a aproximação à China

Um ano antes da sua eleição, Nixon tinha escrito no *Foreign Affairs of the Chinese* que "não há lugar neste pequeno planeta para mil milhões das suas pessoas potencialmente mais capazes viverem em isolamento furioso" (Ken Hughes, 2016).

As relações entre as duas grandes potências comunistas, a União Soviética e a China, vinham se deteriorando desde a década de 1950 e tinham entrado em conflito aberto com confrontos fronteiriços durante o primeiro ano de mandato de Nixon. O Presidente sentiu a oportunidade e começou a enviar mensagens diplomáticas provisórias para a China (*idem*).

Pois Kissinger (1999) reforça este ponto de vista, quando menciona que:

“no Comunicado de Xangai de 1972, Mao e Nixon se comprometeram a opor-se à hegemonia na Ásia (um ano depois alargada a todo o mundo), marcou um afastamento muito mais significativo do Wilsonianismo americano prevalecente do que das tradições chinesas. Mesmo quando não explicitada em pormenor, a resistência à hegemonia implica uma política de equilíbrio de poderes, de impedir que qualquer nação mobilize os recursos e a mão de obra conducentes à dominação mundial. A implicação tácita, mas inevitável, era que a China e os Estados Unidos estavam conjuntamente empenhados em contrabalançar o poder soviético”.

Na realidade, segundo Henry Kissinger (1999), o problema filosófico de Nixon era mais complexo, pois era o chefe do executivo de um país construído por povos que tinham virado as costas às instituições, práticas e valores das sociedades de onde tinham emigrado. Isso fez, na sua opinião, da crença na virtude superior da experiência política americana uma “espécie” de fé nacional, e que foi reforçada por uma geografia propícia. Refere ainda que “seguro entre dois grandes oceanos, os Estados Unidos foram durante duzentos anos o único grande país sem vizinhos poderosos e, portanto, sem a experiência de qualquer ameaça direta à sua segurança. O equilíbrio de poder, tal como praticado na Europa, foi denunciado como irrelevante ou perigoso; o equilíbrio foi considerado menos importante do que um consenso moral e jurídico” (*ibidem*).

Kissinger, afirma de forma concreta na sua obra “*Years of Renewal*” (1999), que o objetivo estratégico era ainda mais complicado: “era transformar o mundo das duas potências da Guerra Fria num triângulo e depois gerir o triângulo de tal forma que estivéssemos mais próximos de cada um dos contendores do que eles uns dos outros, maximizando assim as nossas opções”. Tal ênfase, refere, na geopolítica e no equilíbrio era sem precedentes para um presidente americano, pelo menos desde a presidência de Theodore Roosevelt.

Uma espécie de avanço ocorreu na primavera de 1971, quando Mao Tsé-Tung convidou uma equipa de ténis de mesa norte-americana para a China para alguns jogos de exibição, em pouco tempo, Nixon enviou Kissinger para reuniões secretas com as autoridades chinesas, pois como o principal político anticomunista americano da Guerra Fria, Nixon estava em uma posição única

para lançar uma abertura diplomática à China, levando ao nascimento de uma nova máxima política: "Só Nixon poderia ir para a China" (Ken Hughes,2016).

Kissinger, afirma que no processo de execução da estratégia norte-americana, "fomos expostos ao estilo chinês de governação". Este elucida o facto de inicialmente os americanos acharem que lidariam com os chineses da mesma maneira: "Antes da minha viagem secreta a Pequim, pensámos que poderíamos aplicar a nossa experiência com métodos soviéticos aos chineses", contudo este afirma que "rapidamente descobrimos o vasto fosso cultural entre Moscovo e Pequim". O diplomata faz assim a diferenciação entre os outros dois vértices do triângulo:

- Os diplomatas soviéticos representavam uma sociedade que historicamente tinha prevalecido através da força bruta em vez do consenso e tinha criado um império multinacional sustentado pelo poder militar. A União Soviética (e a Rússia Imperial antes desta) tinha muito poucos aliados fora do alcance de seus exércitos. O estilo de negociação russo espelhava estas realidades – sendo menos um esforço para persuadir do que para desgastar o interlocutor através da persistência e intimidação.
- Em contrapartida, os diplomatas chineses representam uma sociedade culturalmente dominante no mundo que conhece. A diplomacia chinesa insinua em vez de intimidar. O interlocutor sente-se lisonjeado por ter sido admitido no "clube" chinês, embora apenas como membro convidado. O discurso de boas-vindas padrão para os visitantes de Pequim saúda os "velhos amigos" como membros próximos do clube chinês e dá as boas-vindas aos "novos amigos" como se fossem candidatos à adesão. A proclamação da amizade torna muito mais difícil discordar sobre as questões que os chineses declaram – geralmente numa fase inicial de uma negociação – como questões de princípio e, portanto, além do compromisso.

Na relação sino-americana, refere ainda Kissinger, tais princípios sempre incluíram a unidade da China e seu corolário, a insistência de que Taiwan faz parte da China.

O anúncio do encontro de Pequim produziu assim uma melhoria imediata nas relações americanas com a URSS – ou seja, um convite para Nixon se encontrar com o primeiro-ministro soviético Leonid Brezhnev na Rússia, representava assim um sinal de que o esforço de Nixon na "triangulação" estava a funcionar. O medo da melhoria as relações entre a China e os Estados Unidos estava a levar os soviéticos a melhorar suas próprias relações com os Estados Unidos, assim como Nixon esperava. No encontro com o líder soviético, Nixon se tornou assim no primeiro presidente a visitar Moscovo (Ken Hughes, 2016).

2.5 - Acordos de Paris e o fim da Guerra do Vietname

Washington esperava deste modo que a melhoria das relações com Moscovo contribuísse para levar o Kremlin a cessar o seu apoio aos norte-vietnamitas e a pressioná-los no sentido de assinarem um acordo de paz que pusesse fim ao conflito em termos “honrosos” (Tiago Moreira de Sá, 2016)

Nesse sentido, e após algumas tentativas falhadas de acabar com o conflito, Nixon publicamente disse que sua estratégia era uma combinação de negociação e "*Vietnamization*", um programa para treinar e armar os sul-vietnamitas para assumir a responsabilidade por sua própria defesa, permitindo assim que as tropas americanas se retirassem, tendo iniciado retiradas parciais das tropas ao longo do seu primeiro mandato.

Segundo Kissinger (1999), o objetivo estratégico era não perder para dar ao Vietname do Sul tempo para criar instituições democráticas e programas sociais que ganhassem a guerra para os corações e mentes da população. Tal objetivo para um país dividido, independente por apenas uma década, e em uma sociedade governada pelo colonialismo por um século era um desafio prodigioso em si mesmo. *“O certo é que o processo exigiu um período de guerra estagnado para além da resistência psicológica do público americano”*.

Ele prossegue afirmando que:

“acabar com uma guerra destas teria sido amargo e difícil nas melhores circunstâncias. As forças americanas encontravam-se no meio de três quartos de um milhão de forças aliadas sul-vietnamitas e uma força comparável de divisões norte-vietnamitas infiltradas e guerrilheiros locais. Uma retirada unilateral repentina, pela qual nossos antecessores

– que nunca haviam cogitado a ideia enquanto estavam no cargo – e os manifestantes antiguerra clamavam, tinha o potencial de deixar as forças americanas presas entre aliados ressentidos com a traição e adversários determinados a prevalecer.”

No entanto, o desafio mais profundo da América não era o aspecto técnico da retirada; era uma questão moral, refere, mesmo quando apresentada sob disfarce realista, pois *“Nixon não abandonaria as dezenas de milhões que, confiando nas palavras dos seus dois antecessores democratas, tinham lançado a sua sorte com a nossa”*. Kissinger diz que os EUA argumentaram, com base no interesse nacional, que, como líder da Aliança Ocidental, a sua credibilidade perante amigos e inimigos estava em jogo. Mas, *“para além de considerações “realistas”, Nixon também tinha estabelecido um marcador moral que definia o limite de seu forte desejo de retirar os Estados Unidos da Indochina. Ele estava preparado para mostrar considerável flexibilidade nas negociações com Hanói – indo além do que jamais havia sido sugerido na presidência de Johnson”*.

Porém, Kissinger afirma que havia uma linha vermelha para administração Nixon, *“houve apenas uma concessão que nunca faríamos por motivos geopolíticos e, acima de tudo, morais – impor um governo comunista aos povos que se juntaram à causa anticomunista confiando na palavra da América. No entanto, essa era a exigência da qual Hanói não cederia e na qual o movimento pela paz passou a insistir cada vez mais”* (Kissinger, 1999)

Já durante o segundo mandato de Nixon, foram assinados em 23 de janeiro de 1973 os acordos de Paz de Paris, pondo fim à participação das forças terrestres dos EUA na Guerra do Vietname.

2.6 - O Escândalo do Watergate

Na noite de 16 de junho de 1972, 7 homens entraram na sala 214 do Complexo do Watergate em Washington, DC. No sexto piso de um dos 6 edifícios do Watergate estava instalado quartel-general do comitê nacional do Partido Democrata. Estes homens que tinham sido contratados, por pessoas ligadas ao presidente Nixon, tentaram ganhar vantagem para a sua eleição presidencial de

1972, através do roubo de telemóveis e fotografias de documentos (Dale Anderson, 2007).

Este acontecimento levou à renúncia, pela primeira vez, de um presidente dos EUA, a 8 de agosto de 1974 renunciava, assim, ao seu mandato Richard Nixon, sendo substituído pelo seu Vice-Presidente Gerald Ford uma renúncia consequente também daquilo que, na opinião Kissinger (1999) diria ser a decisão que mais contribuiu para a queda de Nixon, a instalação de um sistema de gravação na Sala Oval e noutros espaços como a Sala do Gabinete.

Kissinger (1999), menciona a sua preocupação relativamente ao impacto que este escândalo poderia ter na política externa norte-americana e na segurança nacional:

“no meu duplo papel de Conselheiro de Segurança Nacional e Secretário de Estado, o meu pesadelo constante à medida que Watergate acelerava era que, mais cedo ou mais tarde, algum adversário estrangeiro poderia ser tentado a testar o que restava da autoridade de Nixon e descobrir que o imperador não tinha roupa”. Este prossegue acrescentando que na sua opinião, “provavelmente, o maior serviço prestado pela Administração Nixon naqueles estranhos e turbulentos meses finais foi ter evitado qualquer desafio tão evidente. Pois mesmo quando se aproximava da dissolução, a Administração Nixon conseguiu navegar na Guerra Árabe-Israelita de 1973, diminuir a posição soviética no Médio Oriente patrocinando dois acordos de desvinculação e conduzir com sucesso uma complicada diplomacia triangular com Moscovo e Pequim”.

A desintegração da autoridade executiva na superpotência democrática não levou a um colapso da posição americana a nível internacional como “qualquer manual padrão sobre política mundial teria previsto”, em parte porque, segundo Kissinger, a magnitude da desintegração da autoridade presidencial era inimaginável tanto para aliados como para os países adversários. “Juntamente com o prestígio que Nixon acumulou ao longo de cinco anos de sucessos em matéria de política externa, fomos capazes de sustentar o que se aproximava de uma política de bluff. Em outubro de 1973, no final da Guerra do Médio Oriente,

chegou-nos mesmo a um alerta das nossas forças militares, incluindo do arsenal nuclear” (*ibidem*).

Na perspectiva de Tiago Moreira de Sá (2016), este escândalo ocorrido no âmbito da política doméstica norte-americana, influenciou a posição americana no mundo, influenciando a tão falada estratégia de *Détente* americana, referindo este autor que “(...) *Na segunda metade de 1974 esta fase de redução de tensão no relacionamento de Este-Oeste entrou em crise e começou a inverter-se em resultados essencialmente da crise presidencial nos Estados Unidos na sequência do caso Watergate.*”. Na verdade, o próprio General Francisco Costa Gomes (Presidente da República Portuguesa de setembro de 1974 a julho de 1976) partilha esta ideia de mudança, pois em entrevista a Paul Christopher Manuel (2024), refere que, após o Watergate, até o principal interveniente da política externa norte americana muda, pois deste modo Kissinger passa, assim, a determinar a política estrangeira daquele país, ao contrário do que sucedia até esse momento, na administração Nixon (Silva Ferreira *et al*, 2024)². Neste sentido e na opinião de Peter W. Rodman (2009) Kissinger teve a sorte de se mudar para o Departamento de Estado em 1973, tornando-se Secretário de Estado, o que lhe permitiu repousar na sua própria base institucional de poder enquanto a autoridade presidencial desmoronava por causa do Watergate, contudo, apesar disso o autor recusa a ideia de uma “*Kissinger Presidency*” ou “*Nixon-Kissinger Presidency*,” pois o próprio Kissinger apenas reconheceu a necessidade da sua gestão da política externa, com uma natureza sem precedentes face a uma presidência em colapso, e que, na ideia do autor, por causa deste escândalo lhe possibilitou alcançar um grau de estatura pessoal que lhe permitiu afirmar internacionalmente a autoridade americana que poderia compensar em parte, a perda da autoridade do presidente (Peter W. Rodman, 2009).

Nesse sentido, Raymond L. Garthoff (1985) considera igualmente que o caso do Watergate foi um grande retrocesso para a política de *détente*, por um lado, porque desde o final de 1973 até meados de 1974, a liderança da administração norte americana ficou praticamente paralisada naquilo que concerne à política

² in Vozes da Revolução, (2024)

externa, o autor cita ainda Alexey Arbatov (1980), especialista russo em Relações Internacionais, referindo que o Presidente Nixon estava cada vez mais incapaz de dar mais passos no campo da redução de tensões e da limitação das armas, e que nesse sentido o escândalo Watergate também consumiu cada vez mais da atenção e da energia dos “círculos liberais” [os democratas] nos Estados Unidos, distraíndo-os dos problemas da política externa e da corrida ao armamento.

A partir desse acontecimento, assistiu-se a nível internacional à substituição da estratégia norte americana de détente pela soviética, sendo esta última, na ótica do autor, uma linha ofensiva traduzida em 3 tipos de medidas: o início de novos programas de armamento estratégico nuclear; uma nova ofensiva no Terceiro Mundo; desestabilização do bloco norte-americano (idem).

Ainda acrescenta Tiago Moreira de Sá (2016) que “este escândalo teve reflexos na política externa norte-americana, muito em particular na sua estratégia soviética, o que se traduziu no colapso das negociações SALT II e na denúncia pelo Kremlin dos acordos de normalização das relações comerciais entre os dois países (...)”.

Exemplos:

- 1.^a Medida: Iniciação de uma nova geração de mísseis balísticos intercontinentais, de alcance intermédio e um novo bombardeiro;
- 2.^a Medida: Escalada no auxílio às forças comunistas no Vietname e o envolvimento a um nível sem precedentes o continente africano traduzido acima de tudo por um apoio maciço ao MPLA em Angola;
- 3.^a Medida: a ampla ajuda dada ao Partido Comunista Português, pelo menos até uma dada fase de revolução em Portugal.

Porém, após consulta do Office of Historian do Departamento de Estado, tendo em conta a referência feita por Raymond L. Garthoff (1985) deste comunicado, verifica-se que logo após a resignação de Nixon, qual a posição americana na perspectiva da sua política externa, que foi, deste modo, transmitida pelo Secretário de Estado Kissinger a 19 setembro de 1974 ao *Senate Committee on*

Foreign Relations durante as audições da comissão sobre as relações dos EUA com os países comunistas³:

“Não pode haver ordem internacional pacífica sem uma relação construtiva entre os Estados Unidos e a União Soviética. Não haverá estabilidade internacional se a União Soviética e os Estados Unidos não se comportarem com contenção e se não usarem o seu enorme poder em benefício da humanidade” (Kissinger, 1974).

Neste sentido, mesmo após o caso do Watergate, Kissinger clarifica que o rumo na política externa será de continuar no sentido de amenizar as relações com os soviéticos e evitar um cenário de confronto, assim refere também que:

“Assim, temos de ser claros desde o início sobre o que implica o termo “détente”. É a procura de uma relação mais construtiva com a União Soviética que reflete as realidades que delinee. É um processo contínuo, não uma condição final que foi ou pode ser realizada em qualquer momento específico. E tem sido perseguida por sucessivos líderes americanos, embora os meios tenham variado, assim como as condições mundiais”. (*ibidem*).

Ora na opinião da administração Ford, os Estados Unidos não poderiam basear a sua política apenas nas boas intenções de Moscovo, contudo também, segundo Kissinger, não se poderia aguardar que de alguma forma atingisse-se uma convergência entre americanos e soviéticos, nesse sentido, os EUA deveriam procurar, independentemente das intenções soviéticas, servir a paz através de uma postura moderada (*ibidem*). Porém, apesar dessa tomada de posição pela administração Ford, segundo John Lewis Gaddis (2005), quando o 38.º Presidente Americano e Kissinger deixaram o cargo, três anos depois, existiam razões para questionar o quanto o comportamento soviético haveria realmente mudado, como vimos anteriormente, pois até a essa data os soviéticos, segundo o autor, toleraram sem avisar Washington um ataque surpresa egípcio a Israel em 1973; ajudaram e apoiaram os comunistas em Portugal na sequência da revolução de 1974 no nosso país, como veremos mais

³ Statement by Secretary Kissinger, *Detente with the Soviet Union: The Reality of Competition and the Imperative of Cooperation*, September 19, State Bulletin, vol. 71 (October 14, 1974), pp. 505–519.

adiante; nada fizeram para impedir o Vietname do Norte de invadir o Vietname do Sul em 1975, entre outras posições que tomaram que ajudam a reforçar a tese de Tiago Moreira de Sá (2016) quando este menciona que se verificou a substituição da *détente* americana pela soviética. Deste modo, é neste momento assim possível clarificar que em primeiro lugar o escândalo do Watergate não só fragilizou a posição norte-americana no panorama internacional, como vimos anteriormente pelas palavras de Tiago Moreira de Sá (2016) e John Lewis Gaddis (2005), como segundo os mesmos autores permitiu a mudança no comportamento soviético que levou, por exemplo ao apoio dos Soviéticos ao Partido Comunista Português após a Revolução de 1974, como iremos ver adiante, assim, e tendo presente estes dados, poderemos perceber ambos os papéis das superpotências na transição democrática do nosso país, sobretudo, a americana.

2.7 - A Ascensão de Gerald Ford e a sua política externa

Richard Nixon resigna da presidência dos Estados Unidos ao meio-dia de 8 de agosto de 1974, mantendo-se até aos dias de hoje o único presidente a fazê-lo. Nesta sequência, a confiança na figura do presidente perdurava já há várias gerações de americanos, que, apesar de poderem eventualmente discordar com as suas políticas, o facto é que “poucos questionaram a sinceridade do propósito de Teddy Roosevelt durante sua quebra de confiança, ou a motivação de Franklin Roosevelt para colocar as pessoas de volta ao trabalho durante a Grande Depressão, ou as razões de Eisenhower para construir o Sistema de Rodovias Interestaduais, ou a empatia de Johnson pelos desfavorecidos quando ele estabeleceu seus programas da Grande Sociedade”.⁴

É um facto que com o Watergate, segundo o Ronal Gruner (2022), essa perceção da sociedade americana muda, pois, somando ao escândalo dos *Pentagon Papers* em 1971 já durante a administração Nixon acerca do papel da administração Johnson, que revelaram que a Casa Branca terá ludibriado o público americano acerca do aprofundamento da participação na guerra do

⁴ Gruner, Ronald. “We the Presidents: How American Presidents Shaped the Last Century” (p. 286). Libratum Press.

Vietname, verifica-se mais um escândalo a afetar diretamente o mais alto cargo político norte-americano, principalmente, neste caso em específico, com um papel tão direto do presidente em que “não apenas mentiu como também o encobriu” (*ibidem*).

É neste contexto, que o vice-presidente Gerald Rudolph Ford ascende à presidência norte-americana, “um homem descomplicado aproveitado pelo destino para algumas das tarefas mais complicadas da história do país” (Kissinger, 1999, p. 18). Tornou-se no primeiro presidente não eleito, tendo tido o papel de “curar as feridas da nação” depois de uma década em que a Guerra do Vietname e o escândalo do Watergate, que segundo o diplomata, teriam criado a maior divisão da sociedade americana desde a Guerra Civil. Tão diferente quanto possível das personalidades que normalmente se impulsionam para o mais alto cargo, Gerald Ford “restaurou a calma e a confiança de uma nação inundada de convulsões, superou uma série de crises internacionais e inaugurou um período de renovação para a sociedade americana”. (*ibidem*)

Gerald Ford lança “uma sombra modesta em contraste com a maioria de seus antecessores maiores do que a vida – as falhas shakespearianas de Nixon, a presença vulcânica de Johnson, o carisma e o martírio de Kennedy, a figura histórica mundial que foi Eisenhower mesmo antes de se tornar presidente, e Franklin Roosevelt”.

O 38.º Presidente dos EUA nomeou um gabinete que inclui “Kissinger no Departamento de Estado, James Schlesinger na Defesa e William E. Simon no Tesouro”, todos eles transitados da administração de Nixon. Para a pasta da Justiça, “uma instituição muito ensanguentada pelo Watergate”, ele nomeou Edward H. Levi, presidente da Universidade de Chicago, Alan Greenspan foi presidente do Conselho de Assessores Económicos, William T. Coleman tornou-se secretário dos transportes, John T. Dunlop para Secretário do Trabalho e Carla Hills secretária da Habitação e Desenvolvimento Urbano (Peter W. Rodman, 2009).

No que concerne à sua política externa, e sobretudo após a recondução de Kissinger, Ford deu primazia à continuidade na política de détente de Nixon com a União Soviética e as Conversações de Limitação de Armas Estratégicas

(SALT), chegando a um amplo acordo sobre o quadro SALT II em Vladivostok em novembro de 1974.

Nesse sentido, “ele continuou a desenvolver as relações dos EUA com a República Popular da China, conduzindo uma cúpula em Pequim em dezembro de 1975. Ele também trabalhou com Kissinger para garantir os Acordos de Helsínquia, que foram assinados em agosto de 1975, e um segundo Acordo de retirada Egito-Israel, que foi assinado em setembro de 1975”. A esse nível importa destacar ainda que no início da sua presidência observou-se “a invasão e conquista do Vietname do Sul pelo Vietname do Norte em março-abril de 1975, seguido rapidamente pelo incidente *de Mayaguez*”⁵.

Assim, e “insatisfeito com o desempenho da sua equipa de política externa, Ford reformulou-a em 3 de novembro de 1975. Nesse dia, nomeou o Tenente-General Brent Scowcroft seu Conselheiro de Segurança Nacional, com Kissinger a continuar nas suas responsabilidades como Secretário de Estado, e Donald R. Rumsfeld para substituir James Schlesinger como Secretário da Defesa. Colby foi destituído do cargo de Diretor da CIA, substituído por George H.W. Bush”.⁶

⁵ 1969–1976: The Presidencies of Richard M. Nixon and Gerald R. Ford, Office of Historian <https://history.state.gov/milestones/1969-1976/foreword>

⁶*ibidem*

Capítulo III: A Presidência Imperial Americana

Conforme foi referido no início deste Capítulo, a política externa de Richard Nixon, marcou o auge da “*Imperial Presidency*” ou numa tradução livre da “Presidência Imperial”. Neste sentido Arthur M. Schlesinger (1973) explica que este conceito surge devido ao facto dos EUA se terem tornado numa potência mundial no século XX, e que durante todo esse período da Guerra Fria, e perante a constante ameaça à unidade americana, no entender do autor, deu aos presidentes do país a possibilidade de exercerem os seus poderes como fossem prerrogativas reais. Assim, o autor refere que quanto mais grave a crise, mais poder converge para o Presidente norte-americano.

Na opinião de Thomas E. Cronin (1980), a “Presidência Imperial” surgiu, em especial, do abuso dos poderes presidenciais, tendo-se tornado em 1973, um termo aceite para descrever os desacertos presidenciais, as mentiras e as transgressões contra a noção de separação de poderes. Um ceticismo profundamente enraizado instalou-se quando um número crescente de americanos perdeu a confiança no Presidente Nixon (Thomas E. Cronin, 1980, p. 209). Ora para Arthur M. Schlesinger (1973) a “*Imperial Presidency*” exigia mais um instrumento, isto é, o controlo absoluto e seguro das forças armadas, ora o facto de a Constituição americana instituir a posição de Comandante-em-Chefe deu a cada Presidente o comando dos vários ramos das Forças Armadas, mas essa posição por si só “não garantia, como Johnson e posteriormente Nixon descobriram com a Guerra do Vietname, a lealdade dos soldados no terreno nem o apoio das suas famílias que ficavam nos EUA” (Arthur M. Schlesinger, 1973, pp. 198-199). Na opinião do autor, quando um cidadão armado é parte de uma guerra em que acredita, como o foi o caso da Segunda Guerra Mundial, este lutaria com uma coragem interminável, mas num cenário onde este é atirado para uma guerra sobre a qual não compreende torna-se num cidadão descontente (*ibidem*).

Segundo o autor, a teoria de Nixon da guerra presidencial efetivamente apagou a disposição constitucional de que o poder de autorizar a guerra pertencia ao Congresso. Refere também o mesmo autor que o presidente americano não tinha, à semelhança dos seus antecessores como Lincoln, cuja administração coincidiu com a Guerra Civil Americana, confessado o menor equívoco sobre a

legalidade de seu curso, nem, como Franklin Roosevelt, que se viu numa crise face à entrada do país na 2.^a Guerra Mundial, procurado envolver o Congresso, se não nas decisões da guerra, pelo menos nas decisões da paz, pelo contrário Nixon tinha como objetivo estabelecer como um poder presidencial normal o que os presidentes anteriores consideraram como um poder justificado apenas por emergências extremas e que tinham empregue apenas por sua própria conta e risco (*ibidem*).

Assim com Nixon, tal como tinha se verificado com Johnson, “o papel central do Congresso nos negócios estrangeiros era fornecer ajuda e conforto ao Comandante-em-Chefe”, nunca tendo procurado saber a opinião nem o seu conselho antes de grandes iniciativas que tomou. Ora, após o caso do Watergate e a Guerra do Vietname levou a uma reação por parte dos americanos, os críticos alegaram provas irrefutáveis de que a presidência era isolada, autocrática e imperial, acusando também que as ações realizadas durante o Vietname e o escândalo do Watergate ocorreram porque os controlos e eram inadequados levando assim a concluir que se tinha dado demasiado poder à Presidência (*ibidem*).

Capítulo IV - As Escolas de Política Externa Norte-americana

Considera-se pertinente no âmbito desta investigação, atendendo à temática tratada, fazer uma breve abordagem às escolas de política externa norte-americana e relacioná-las com a política externa de Nixon e Ford, sobretudo no âmbito da détente.

Desta forma, Walter Russell Mead, segundo Pat Paterson (2018), identifica no seu livro “Special Providence” (2001) quatro escolas de pensamento sobre política externa dos EUA: “Jeffersonism, Hamiltonism, Jacksonism e Wilsonism”. Das quatro escolas apresentadas, três delas advêm da perspectiva de presidentes dos Estados Unidos, designadamente Thomas Jefferson, Andrew Jackson e de Woodrow Wilson.

Assim, e segundo podemos distinguir as quatro linhas de pensamento da seguinte forma:

- “Thomas Jefferson, presidente de 1801 a 1809, defendeu a preservação da democracia e os direitos dos Estados sobre os do governo federal. Ele procurou evitar a guerra (particularmente na Europa propensa à guerra durante este período), alertou para os custos de manter uma força militar permanente grande e cara e procurou restringir a autoridade do poder executivo sobre as decisões militares.
- Alexander Hamilton, embora nunca tenha sido Presidente, foi um dos principais autores da Constituição e escreveu a maioria (51 de 85) dos Federalist Papers que promoviam a ideia de um governo federal forte. Defendia relações externas baseadas num poderoso comércio ultramarino nacional. A liberdade dos mares era importante, mas para garantir o comércio irrestrito, não se intrometer em aventuras políticas ultramarinas. Os defensores das ideias de Hamilton mais tarde proporiam organizações mundiais de comércio e uma economia globalizada.
- Andrew Jackson, herói da Guerra de 1812 e presidente de 1829-1837, foi considerado o mais populista dos quatro estadistas. Ele apoiou

vocalmente o "homem comum" (tipicamente americanos de classe baixa e média) sobre o que ele chamou de aristocracia corrupta em Washington. Ele expressou pouca consideração pelo direito internacional ou guerras que não ameaçavam diretamente a segurança nacional dos EUA, a prosperidade econômica ou o modo de vida dos EUA. Jackson defendia a manutenção de um exército forte para defender os interesses da América, mas, ao mesmo tempo, estava relutante em intervir em conflitos percebidos como desnecessários, invencíveis ou não vitais para o interesse americano.

- Woodrow Wilson, presidente de 1913 a 1921, insistiu que a política externa dos EUA deveria se concentrar na promoção da democracia e dos direitos humanos. Wilson afirmou que as democracias são melhores parceiros do que as tiranias e, portanto, era do interesse nacional do país defender a democracia e a estabilidade internacional. Enquanto Hamilton apoiava o comércio como uma fonte de força nacional e Jackson via o poderio militar como uma ferramenta importante, Wilson considerava a governança global – a estrutura moral e legal na arena internacional – como a chave para os benefícios dos Estados Unidos. Como tal, apoiou a criação de organizações internacionais e estruturas jurídicas baseadas no direito e na moralidade. Sua defesa da Sociedade das Nações, o primeiro esforço coletivo para estabelecer uma entidade governamental global para supervisionar as ações das nações, foi rejeitada por um Congresso dos EUA com a intenção de retornar ao seu isolacionismo geopolítico após a devastação da Primeira Guerra Mundial.”⁷

Relativamente ao caso em estudo, e após apresentadas as quatro escolas de pensamento sobre política externa dos EUA, salienta-se uma vez mais a política de détente num contexto bipolar, ora nesse sentido, a todo o custo foi tentado evitar uma guerra com o bloco do Leste, pelo que nesse sentido a escola de Andrew Jackson foi provavelmente a que inspirou as administrações Nixon e Ford, no sentido em que a escola de pensamento deste preconiza sobretudo a

⁷ Peterson, 2018, p.11

manutenção de um exército forte para defender os interesses da América, mas, ao mesmo tempo, a relutância em intervir em conflitos percebidos como desnecessários, invencíveis ou não vitais, e no contexto da Guerra Fria por diversas vezes uma guerra entre a duas potências seria sem sombra de dúvidas destrutivas pelo que considerando a constante corrida ao armamento, mas, contudo com a consciência de evitar o conflito ao máximo.

Capítulo V: As relações entre os Estados Unidos da América e Portugal (1974-1976)

Posteriormente a ter sido feita uma análise da política externa norte-americana, é necessário observar a dimensão bilateral entre os dois países em estudo, os EUA e Portugal. Ao olharmos para os dois países é possível afirmar que de um lado do Atlântico norte encontramos Portugal, “um pequeno país, de dez milhões de habitantes, com diminutos recursos económicos e modesta capacidade militar”, e no outro lado do Atlântico norte, a “única superpotência existente, depois do colapso da União Soviética os Estados Unidos” (Rui Machete, 2006, p. 9).

Efetivamente Portugal e os Estados Unidos situam-se em duas situações distintas, no que diz respeito, por exemplo às vertentes, políticas, económicas e militares. Por isso é necessário no que diz respeito especificamente ao relacionamento entre uma grande e uma pequena potência, entender que “as relações entre uma superpotência ou hiperpotência, (...) e uma pequena potência, tendem a beneficiar, na esmagadora maioria das vezes, a primeira. No âmbito das Relações Internacionais, são muitos os exemplos que consubstanciam esta afirmação” (*ibidem*).

No que diz respeito ao ponto de vista da análise das relações estabelecidas faz mais sentido fazê-lo sobre o ponto de vista entre Portugal e os EUA, e não numa perspetiva de Portugal como país-membro da União Europeia, pois na verdade, “*mesmo no estado atual da evolução da União Europeia, ela não abrange grande parte da política externa portuguesa, incluindo a das nossas relações com os Estados Unidos, reciprocamente o mesmo acontecendo do lado americano*” refere (Rui Machete, 2006, p. 9). Segundo o mesmo autor, a questão, dada a desproporção entre os dois países, anteriormente referida, reveste menos importância para os americanos, mas releva certamente muita relevância para Portugal.

É de referir ainda que se pode observar as relações entre os dois países em três vertentes, as relações euroatlânticas na qual Portugal se insere como membro da UE, as relações estabelecidas no quadro da NATO e as próprias relações bilaterais entre os dois países. Assim, é de salientar que, segundo Kenneth Maxwell (2005), as relações entre os Estados Unidos e Portugal tiveram sempre

um “matiz especial” devido à base dos Açores, como refere Luís Andrade (2002, p. 361), “é sabido que durante a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria, a nação norte-americana necessitou da colaboração de Portugal no que concerne sobretudo à utilização de facilidades militares nos Açores, mais concretamente na base das Lajes, a fim de poder implementar a sua política de defesa nacional”, e conforme foi possível verificar no Capítulo I. Assim, Luís Andrade (2002) comenta ainda que “ao contrário do que sucedia com a Grã-Bretanha, Portugal, até ao segundo conflito mundial do século XX, não tinha qualquer aliança formal com os Estados Unidos da América”, assim é de mencionar conforme o mesmo autor, que as relações de âmbito bilateral, entre estes dois países apenas se verificaram em setembro de 1951, onde se verificou o prolongamento das facilidades nos Açores através da celebração de um Acordo de Defesa, apesar da inserção de Portugal como membro da NATO, sendo este o ponto de partida. E o facto é que, nessa altura, e como já foi referido no Capítulo I, expõe Luís Andrade (2002, p. 363):

“Portugal não ter um regime democrático, não foi impedimento para aderir a uma Organização Internacional que era constituída apenas por democracias, o que parece demonstrar que aquilo que mais interessava aos Estados Unidos da América, nessa altura, era poder contar com o nosso país, designadamente com o arquipélago dos Açores, para poder implementar a sua política de segurança nacional face ao expansionismo soviético que punha em causa a estabilidade de toda a Europa nos anos difíceis que se seguiram a 1945”.

Ora aqui surge, na ótica de Luís Andrade (2002), o conceito de Poder Funcional atribuído ao Professor Adriano Moreira, e já mencionado no Capítulo I, onde o nosso país como pequeno estado que é e para se poder afirmar no panorama internacional recorre ao seu posicionamento geoestratégico, devido à posição geográfica dos Açores, contudo o “pequeno Estado, para poder levar por diante os seus interesses, necessita de um sistema internacional estável mesmo que, reconhecidamente, possua uma capacidade limitada para influenciar qualquer desenvolvimento significativo no âmbito desse sistema” (*ibidem*, p. 365), assim a posição geográfica do país condicionou a condução da sua política externa, pelo que “não é de estranhar, pois, que Estados localizados próximos ou

relativamente próximos de uma grande potência ou superpotência, venham, mais cedo ou mais tarde, a ser incluídos na sua área ou esfera de influência” (*ibidem*, p. 365). É nesse sentido, e tendo em conta a inserção de Portugal na esfera de influência americana, e em consciência do período em estudo (1974-1976), que se resume abaixo as relações americanas com o nosso país ao longo da segunda metade do século XX até à presidência americana de Nixon em 1969, permitindo assim contextualizar a abordagem feita em seguida às relações bilaterais dos dois países desse ano até 1976 e o papel dos norte americanos na transição democrática de Portugal.

5.1 - A Admissão de Portugal na NATO

Ora decorrente da 2.^a Guerra Mundial, verificou-se a evolução do sistema internacional levou à criação de múltiplas organizações de carácter multilateral com os Estados Unidos e a União Soviética a destacarem -se como as potências que as lideravam (Daniel Marcos, 2022), nesta sequência surgem duas organizações cada uma liderada por um dos lados do bloco, a leste o Pacto de Varsóvia liderada pelos soviéticos e a oeste a NATO liderada pelos americanos, assim, e como vimos anteriormente, é nesta última que Portugal se veio a inserir, tendo-se inserido igualmente noutras organizações como a ONU. Deste modo, observa-se que “a participação de Portugal nestas organizações era, em certa medida, indiscutível, ainda que dentro de certas condicionantes, nomeadamente, a defesa política da soberania portuguesa”. (*ibidem*, p. 48). No caso da NATO, é possível observar que “as razões do convite a Portugal para membro fundador da NATO se prendiam com a utilização da base das Lajes nos Açores por forças norte-americanas” (*ibidem*, p. 48) tendo o governo português feito questão de acautelar que a participação de Portugal na Aliança não implicava necessariamente a fixação de bases em tempo de paz, apenas se por via das negociações bilaterais entre o governo português e os aliados existisse esse entendimento. Desta maneira, segundo o mesmo autor, o nosso país entendeu que a estrutura intergovernamental que a NATO adotou ajudou, também, a distanciar os eventuais receios de Portugal relativamente à evolução política da organização, pois no entender dos políticos do regime, o acordo de Washington deveria assegurar a hegemonia política, que, na tentativa de atingir essa

pretensão, não distinguisse os aliados uns dos outros. Ora, para que isso fosse possível,” no campo das decisões políticas, nenhum aliado devia ver a «sua voz diminuída», ainda que, no campo militar, os EUA assumissem uma «eminência própria», situação que Salazar aceitava como «um facto da vida, uma realidade da política internacional» (*ibidem*, p. 48).

Assim, e na iminência de tornar a análise deste assunto ainda mais exaustiva, considera-se que relativamente a este tópico, das relações dos EUA com Portugal na década de 40 e a admissão do nosso país na NATO como país fundador, deverá ter-se em conta o já mencionado no Capítulo I, onde foi explicada a importância dos Açores neste período, deixando apenas a nota que é clara neste momento a inserção de Portugal na esfera de influência americana.

5.2 - Relações Bilaterais durante a década de 50 e de 60

É por volta dos anos 50 que se verifica o começo de uma nova fase nas relações entre os dois países. Assim, é descrito que (Luís Nuno Rodrigues, 2002, p. 2):

“Num contexto fortemente marcado pela emergência e pelo desenvolvimento do movimento da descolonização, vieram ao de cima as diferenças entre os dois países relativamente à questão colonial e ao império português. As primeiras dificuldades surgiram em 1954, após a ocupação dos pequenos enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli, no chamado “Estado Português da Índia”. Na sequência destes acontecimentos, Portugal procurou recolher o apoio e a solidariedade dos Estados Unidos, solicitando uma declaração oficial do governo americano condenando a atitude da União Indiana”.

A resposta dos americanos foi negativa, deparando-se assim o governo português com os primeiros sinais de hesitação por parte dos Estados Unidos, desde a Segunda Guerra Mundial, em relação à questão colonial portuguesa. É na sequência desta resposta negativa que a partir de 1954, “instala-se nas relações luso-americanas um clima de alguma frieza e sobretudo de muita desconfiança por parte do governo português para com os Estados Unidos” (*ibidem*).

Tudo isto se refletirá, de imediato, nas negociações entre os dois países para a renovação do acordo das Lajes, que, entretanto, chegava ao fim em 1956, conforme já mencionado. Apesar das discordâncias entre Portugal e os Estados Unidos sobre a questão colonial remontarem a 1954, assim poder-se-á considerar que “o ponto de viragem fundamental, neste contexto, foi o ano de 1961. A verdade é que, ainda em Dezembro de 1960, os Estados Unidos se tinham absterido na resolução 1542 sobre o colonialismo português aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas” (*ibidem*).

Na segunda metade da década de 1950, detalha Daniel Marcos (2022):

“a posição internacional portuguesa degradou -se devido à resistência à descolonização, ainda que, até ao fim da administração Eisenhower, Portugal contasse quase sempre com o apoio dos Estados Unidos. Um apoio proporcionado pela questão dos Açores, mas que acabou por ser fundamental para evitar o progressivo isolamento de Portugal. Mas um auxílio que, gradualmente, se tornou mais difícil de justificar pelos próprios Estados Unidos, não só perante a comunidade internacional, mas, principalmente, junto de alguns sectores da administração” (p. 2).

Quando se dá a erupção do Vulcão dos Capelinhos em 1957, na ilha do Faial, a pedido dos constituintes luso-americanos, os Senadores John Pastore, de Rhode Island, e John Kennedy, de Massachusetts, promoveram em conjunto uma proposta de lei no Verão de 1958, que veio a tornar-se no chamado *Azorean Refugee Act*, decisão que permitiu a emissão de mil e quinhentos vistos fora da quota regular a “chefes de família do Faial” (incluindo os seus dependentes), para serem usados até 30 de Junho de 1960. Uma emenda posterior em 1960 aumentou o número de vistos para dois mil, a serem usados até Junho de 1962. Devido a um desastre natural, 4811 portugueses foram para os EUA, além da quota regular de imigrantes (vários, 2002).

É nesta altura que como iremos ver posteriormente, emigram um número elevado de portugueses constituindo atualmente ainda hoje numa das maiores comunidades portuguesas além-fronteiras.

Desta forma é de mencionar que, as relações entre os dois países atravessaram um momento deveras complicado nos primeiros anos da década de 60,

sobretudo por causa da questão colonial, tendo em conta a adoção por parte da recém-empossada administração Kennedy de uma política anticolonialista que coincidiu com o início da guerra ultramarina em Angola (Luís Nuno Rodrigues, 2002). Assim, “o governo português investiu deliberadamente numa política de diversificação dos seus apoios externos, procurando assim fazer face à relutância dos seus tradicionais aliados anglo-saxónicos” (*ibidem*, p. 5).

Segundo Luís Nuno Rodrigues (2002), um relatório concebido pelo primeiro secretário da embaixada norte-americana em Lisboa, Frank J. Devine, em julho de 1964, dá conta precisamente desta situação. Em que Devine analisa detalhadamente a posição internacional de Portugal, afirmando existir agora um “consenso” entre a comunidade diplomática radicada em Lisboa de que a posição internacional de Portugal tinha “melhorado significativamente” nos últimos tempos. Esta melhoria na posição internacional de Portugal é explicável, segundo Devine, pela “infusão de uma nova energia na diplomacia deste país”.

No anos de 1961 e 1962, quando os dois países se encontravam a renegociar a presença americana na base das Lajes, era comum afirmar-se que “o controlo de Portugal sobre os direitos de utilização dos Açores era a única carta de trunfo possuída por Lisboa” (Luís Rodrigues, 2002, p. 5). Agora, de acordo com Frank Devine (citado por Luís Rodrigues, 2002), o país melhorou a sua vantagem diplomática, sendo que na tentativa justificar esta asserção, “o diplomata americano destaca cinco pontos essenciais:

- “A base da República Federal Alemã em Beja – Devine recorda que durante um período considerável as negociações entre Portugal e a Alemanha Ocidental foram conduzidas em segredo, mas que um acordo entre os dois países relativo à construção de uma base alemã em Beja foi finalmente tornado público “com o maior impacte possível” pelo Ministro da Defesa português a 14 de Outubro de 1963.
- Os “detalhes do acordo militar luso-germânico” – Devine evoca a recente visita à Alemanha do Ministro da Defesa Gomes de Araújo e o comunicado emitido em Lisboa, após o seu regresso, que, com “grande detalhe, dramatizou a dimensão da cooperação bilateral entre os dois

países, e publicou aspectos previamente desconhecidos do acordo militar RFA-Portugal”.

- A base francesa na Ilha das Flores, nos Açores, para rastreio de mísseis balísticos, anunciada publicamente por Franco Nogueira, numa conferência de imprensa de 1964. Considera Devine que este “surpreendente anúncio apanhou a audiência desprevenida, produziu o máximo impacto, e reforçou dramaticamente a imagem pública de um Portugal aproximando-se cada vez mais de aliados importantes”.
- Relações com a China Comunista: segundo Devine, o governo português apercebera-se que o possível estabelecimento de relações diplomáticas entre Portugal e a China constituía um ponto particularmente sensível para o mundo ocidental em geral e para os Estados Unidos em particular e, por conseguinte, agitava periodicamente essa possibilidade.
- Os convites regulares para viagens às colónias portuguesas em África: Devine destaca o facto de o governo português utilizar agora, como parte da sua ofensiva diplomática, os convites para visitas a Angola e Moçambique dirigidos grupos de estrangeiros, a jornalistas, ao secretário-geral das Nações Unidas e praticamente a todos os embaixadores residentes em Lisboa”. (*ibidem*, p.5-6)

De acordo com o mesmo autor (citado por Luís Rodrigues, 2002), “estas e outras ações” fazem parte de uma “ofensiva diplomática levada a cabo pelo governo português durante o último ano”, e que demonstra, não só a melhoria da vantagem diplomática como também a tentativa de novos apoios por parte de outros países.

Ora é nesta década que se verificam movimentações migratórias entres os dois países, pelo que se sente necessário, de uma forma muito breve, dada a importância do arquipélago dos Açores nesta investigação de explicar que o papel da emigração portuguesa para os EUA e como ela se insere na relação entre os dois países. Ora emigração esta está na base não só da ocupação colonial do território, numa primeira fase, mas também da construção do Estado-nação norte-americano e da sua rápida industrialização. O fluxo migratório

português acompanhou o ritmo mais global da grande emigração europeia para os EUA. (Inês Espírito- Santo e Rui Pires, 2014).

A verdade é que os EUA num passado recente representam um dos países com uma das maiores comunidades portuguesas, tendo a emigração portuguesa para os EUA ganho uma maior dimensão no século XX, em duas fases. Na primeira, que se estendeu até 1920, atingiu-se mais de 20 mil entradas neste último ano, com mais de 140 mil portugueses a obterem estatuto de residência permanente nos EUA (*ibidem*).

Na segunda, é nesta década de 1960 e posteriormente em 1970, onde se verificou um pico de mais de 12 mil entradas anuais, sendo que no período entre 1966-1969, mais de 175 mil portugueses obtiveram aquele estatuto, que como foi referido anteriormente acompanhou o mecanismo de solidariedade que os EUA ativaram com a erupção vulcânica dos Capelinhos em 1957 e 1960 (*ibidem*).

Neste âmbito das relações entre Portugal e os EUA, consegue-se assim denotar que mesmo num período mais conturbado entre os dois países, a solidariedade “falou mais alto” permitindo assim lançar a base, neste caso, para o crescimento da comunidade de portugueses nos EUA e conseqüentemente, nas relações luso-americanas.

Na perspetiva de Tiago Moreira de Sá (2016), e após se ter assistido uma grave crise nos primeiros tempos da administração Kennedy, face à posição anticolonialista desta administração, observa-se que a partir de 1962 existe um reaproximar entre Portugal e os Estados Unidos principalmente face ao acentuado interesse, sobretudo americano em renegociar permanência dos EUA nos Açores numa altura em que o Acordo das Lajes se encontrava perto de cessar. Esta tendência de considerável melhoria nas relações luso americanas, segundo o autor, acentuou-se ainda mais durante as presidências de Johnson e Nixon, com uma maior relevância para a presidência do Republicano.

É nesse sentido que, conforme refere Tiago Moreira de Sá (2016), a partir de certa altura observa-se a súbita inexistência de vozes discordantes do lado americano acerca da política colonialista seguida pelo regime português, tendo sido possível verificar, também, que “a política de venda de armas em Portugal

tornou-se bastante mais flexível, os contactos com os movimentos nacionalistas angolanos foram significativamente reduzidos e a política seguida pelos EUA na ONU inverteu-se totalmente com a delegação norte-americana abster-se ou mesmo a votar contra as resoluções sobre a política colonial portuguesa” (*ibidem*, p. 494). Assim, é necessário explicar que, já posteriormente à morte prematura de John F. Kennedy a 22 de novembro de 1963 e consequentemente a ascensão do seu vice-presidente à Casa Branca, Johnson anuncia em 1964 uma das suas grandes bandeiras o projeto “*Great Society*” com o objetivo de erradicar a pobreza, deste modo, o 36.º Presidente dos EUA avança com várias medidas das quais se destacam a assinatura do “The Food Stamp Act of 1964”, a criação do *Medicaid* e do *Medicare* estas duas últimas com o objetivo de assegurar o acesso de todos os americanos a cuidados de saúde (Ronald Gruner, 2022). Ora internamente a administração Johnson focou-se nesta luta contra a pobreza e, por outro lado, no âmbito externo, demonstrava sinais de preocupação com a Guerra do Vietname, como vimos anteriormente, assim justifica Tiago Moreira de Sá (2016) estes dois fatores resultaram na diminuição da importância dada pela administração norte-americana a outros assuntos do foro externo, das quais as políticas de Portugal face às colónias.

Assim, com a chegada ao poder em janeiro de 1969 de Richard Nixon “coincidiu com um dos momentos mais favoráveis do relacionamento luso-americano. Apenas três meses depois do início das suas funções, a nova Administração emitiu uma directiva que pôs termo a todos os contactos americanos com os nacionalistas que lutavam pela independência na África portuguesa” (*idem*, 2007, 73). Face às preocupações externas do país, e à pouca importância de África no contexto internacional a política americana face ao colonialismo português tornou-se assim mais benéfica para Portugal tendo Nixon referido ao ministro dos Negócios Estrangeiros que “Portugal não merecia ter sofrido a pressão dos Estados Unidos relativamente à questão africana e que essas políticas não iam ao encontro dos interesses da América” (*idem*, 2007, 73).

Deste modo, no ano de 1971 foi visível esta mudança de conduta na relação bilateral aquando das negociações a renovação das facilidades americanas na ilha Terceira, onde se verifica mais uma vez os Açores a serem assunto entre os dois países, o vice-presidente americano afirma posição norte americana é de

apoio ao nosso país mesmo apesar da existência de uma diminuição de verbas provenientes dos americanos para aplicar noutros países face à guerra no Vietname (*ibidem*). Contudo, e apesar de não ser uma posição tomada por parte do órgão executivo americano, verifica-se em outubro de 1972 que é aprovado no Congresso americano uma proposta que “tinha por finalidade proibir os Estados Unidos de concederem a Portugal assistência militar ou económica que pudesse servir para manter a presença portuguesa em África” (João Hall Temido, 1995, p. 99). Assim, considera o diplomata português, que por “capricho do destino” o ataque surpresa e do Egipto e da Síria a Israel pôs seriamente em causa a segurança do Estado judaico, bem como o equilíbrio de poder de todo o Médio Oriente, e logo, o controlo ocidental do petróleo da região o que levou a uma extrema urgência dos americanos para o uso da Base das Lajes pois só através deste facilidade seria possível o reabastecimento aeronaves que assim poderiam permitir apoiar as forças israelitas se encontravam numa situação dramática e desfavorável, nesse sentido os americanos concluíram que teriam que ceder em relação a Portugal através fornecimento de mísseis para o esforço de guerra português na Guiné e no enclave de Cabinda em Angola, face à extrema necessidade de usar os Açores como ponte aérea (*ibidem*).

Após este episódio, observa-se em janeiro de 1974 a substituição do embaixador americano em Lisboa, tornando-se chefe da missão diplomática em Portugal Stuart Nash Scott, que segundo refere o, à data, embaixador português em Washington João Hall Temido (1995), o diplomata americano chegou mesmo a referir naquela altura se verificavam desde um passado mais recente, com exceção de pequenos problemas, umas excelentes relações entre os dois países Assim, nas vésperas da revolução portuguesa de 1974, os EUA mudavam uma peça importante na relação bilateral dos dois países.

5.3 - Os EUA e o 25 de abril

Nas palavras de João Hall Temido, embaixador português em Washington em 1971 em 1981 “as notícias sobre a revolução de 25 de abril não suscitaram reacções especiais na opinião pública americana. O conhecimento muito limitado do que se passava em Portugal, caracterizado pela ignorância ou pela

indiferença, não foi alterado.” (Hall Temido, 1995, p. 167). Torna-se assim claro nas palavras do diplomata português que o nosso país era a data “um assunto menor no quadro das preocupações americanas” (*ibidem*). Na opinião do João Hall Temido (1995) considera-se excepcional que a revolução portuguesa de 1974 tenha apanhado desprevenido o Departamento de Estado norte-americano, contudo é claro que assim na administração Nixon, nesta fase, os EUA estavam pouco despertos para esta situação, como referem Bernardino Gomes e Tiago Moreira de Sá (2008, p. 27) “: *revela-se difícil de compreender o facto de o derrube do regime autoritário ter apanhado Washington de surpresa. A única explicação possível para este dado consensual entre os investigadores é a de que Portugal constituía à época uma prioridade muito baixa para a política externa dos EUA*, assim é de referir que quando ocorre o 25 de abril de 1974 os americanos a revolução e descrita pela CIA desta forma:

“O golpe de Estado praticamente sem sangue que derrubou o governo do Presidente Tomás e do Primeiro-Ministro Caetano foi desencadeado por causa das políticas africanas de Lisboa e pelas divisões dentro das forças armadas. Soberbamente organizadas e bem conduzidas, as insurreições derrubaram o governo de surpresa. As Forças leais [ao regime] ofereceram apenas uma leve resistência, e depois de fugir para o quartel-general da Guarda Nacional, Tomás, Caetano e vários outros ministros concordaram, após algumas horas de negociação, em ir para o exílio na Madeira. Até agora, o novo governo parece estar no controlo total”.⁸

Este memorando da CIA é produzido a 27 de abril de 1974, sendo intitulado de “*The Coup in Portugal*”, tendo sido replicada a sua informação por Kissinger ao Presidente Nixon dois dias depois, desta forma, são assim descritos os primeiros momentos da revolução portuguesa. Na sua sequência o presidente americano é informado que Spínola foi proclamado chefe da Junta de Salvação Nacional composta por sete homens, tendo esta sido criada para dirigir o novo governo sendo ainda referido que no discurso após sua nomeação, Spínola prometeu trabalhar para o restabelecimento da normalidade constitucional, assumindo a intenção de proceder à convocação de eleições livres para escolha dos

⁸ “The Coup in Portugal”, CIA, Intelligence Memorandum, 29 de abril, 1974, FOIA.

portugueses disse de uma assembleia constituinte e de um Presidente da República.

Apesar desta suposta surpresa, a realidade é que os americanos detinham na sua posse informações acerca do mal-estar nas forças armadas portuguesas, porém, segundo Bernardino Gomes e Tiago Moreira de Sá (2008) as informações foram recebidas na altura com indiferença pela Administração Nixon. Nesta sequência, é importante voltar um bocadinho atrás e destacar o gatilho da publicação pelo general António Spínola do seu livro “Portugal e o Futuro” a 22 de fevereiro de 1974, pois nesta obra o à data vice-chefe do Estado Maior refere que a solução para guerra colonial não é militar, pois menciona que “Nem tão-pouco pode aceitar-se que se encaminhe a solução do problema ultramarino para um desfecho militar, por maior que seja o heroísmo das Forças Armadas” (António Spínola, 1974, p.236). Nesta sequência “a contestação à política africana do regime iniciada na Guiné em torno do general tornou-se pública, passando a haver dois pólos de conspiração nas Forças Armadas portuguesas”, o que se traduziu num grupo formado pelos oficiais de patente intermédia e por outro, um grupo formado por Spínola e pelos seus defensores. Assim, Spínola vem validar a contestação cada vez mais crescente relativamente à Guerra Colonial, sobretudo pelo seu peso como vice-chefe do Estado Maior (Moreira de Sá, 2007).

Ora segundo João Hall Temido (1995), e na sequência do 25 de abril, o Departamento de Estado demonstrou satisfação pela relação entre os dois países não terem sido interrompidas, tendo o embaixador destacado que o nome de Spínola era agradável aos americanos devido ao seu alinhamento com os interesses de Washington, sobretudo no que concernia à sua ideia para o futuro do nosso país, onde, acima de tudo devido à imprevisibilidade do rumo de Portugal em sequência da revolução, haveria alguma expectativa tendo vindo de Lisboa sinais tranquilizadores, sobretudo através de Mário Soares, já como Ministro dos Negócios Estrangeiros, e pela manutenção no cargo do embaixador português em Washington, ainda que este tivesse sido escolhido pelo governo de Marcelo Caetano. Na verdade, através de um memorando a CIA foi pragmática a destacar o prestígio de António Spínola e o seu domínio sobre as forças armadas portuguesas:

“Como "chefe de governo", Spínola parece ter um início auspicioso. O seu prestígio é tal que, apesar das divisões no seio das forças armadas, poderá mantê-las totalmente sob controlo. O país, apesar da influência dos oligarcas no poder e do radicalismo de alguns elementos da oposição, pode estar pronto para algum movimento modesto de mudança dentro e fora do país”.⁹

Assim, numa análise muito a quente, isto é, poucos dias após a revolução, os americanos tiram ilações acerca dos acontecimentos mais recentes no país esperando que ocorresse de uma forma célere o início de funções de um novo governo, possibilitando aos americanos manter as relações bilaterais com “o regime de Spínola”. Mais acrescenta a CIA que “o golpe parece não ter colocado os interesses norte-americanos em perigo e poderá proporcionar alguns benefícios a curto prazo para os Estados Unidos, por exemplo, uma possível diminuição ou fim da pressão portuguesa para que as armas norte-americanas sejam utilizadas nos territórios africanos”.¹⁰

Ora, numa primeira abordagem pode-se concluir, por isso, que as primeiras conclusões acerca da revolução portuguesa do 25 de abril de 1974, “não eram preocupantes para Washington” como também “favorável aos interesses dos Estados Unidos” (Bernardino Gomes e Tiago Moreira de Sá, 2008, p. 28).

Desse modo, e conforme previsto pelos americanos, a instalação do novo governo ocorre efetivamente de uma forma rápida, mais concretamente duas semanas depois, com a formação do I Governo Provisório a 16 de maio de 1974 liderado por Adelino da Palma Carlos. Importa destacar que este governo incluiu vários socialistas, por exemplo Mário Soares que ocupou o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros, como já mencionado, bem como por dois comunistas, Álvaro Cunhal como ministro sem pasta e Avelino Pacheco Gonçalves como ministro do Trabalho, “um posto-chave considerando que o Partido Comunista estava a avançar rapidamente para conquistar posições-chave no movimento operário”. Ora, a inclusão dos dois comunistas não apresentou qualquer surpresa pois “Spínola tinha dito anteriormente que queria um governo de

⁹ *Ibidem*

¹⁰ *Ibidem*

coligação em que estivessem representados todos os principais partidos políticos emergentes da clandestinidade”, e na sua opinião “era o Partido Comunista Português, o movimento clandestino mais bem organizado em Portugal” (T. Szulc, 1975, p. 23-24).

Destaca-se que a presença do PCP no governo provisório “poderia garantir uma certa paz social”, o que não se materializou, mas ao mesmo tempo “ameaçava também a estabilidade desse mesmo governo pelas reacções que não deixaria de provocar e por aí punha constantemente em causa a natureza pluripartidária do governo provisório conseguida pelo Partido Socialista e estendida, por analogia, ao PPD” (José Medeiros Ferreira, 2023, p.78).

Kissinger torna claro que “o perigo da participação comunista no governo português era, de facto, grave”. Pois, admite que “não sabíamos quase nada sobre nenhuma das personalidades envolvidas, apenas que elas se concentraram inicialmente na descolonização do império africano de Portugal”.¹¹

Desde logo, a presença de comunistas no governo de um país membro da NATO constituiu o elemento estrutural da política dos Estados Unidos para a transição democrática portuguesa, ficou assim claro, “que a posição norte-americana relativamente ao processo de transição para a democracia em Portugal estaria de uma forma muito concreta interligada com o posicionamento português relativamente à questão do comunismo, pois acima de tudo o seu objetivo primordial passaria pela saída do PCP do governo e impedir o sucesso de uma eventual revolução de teor comunista” (Tiago Moreira de Sá, 2003).

Neste sentido, “não existe nenhum registo oficial que aponte para uma reacção imediata de Washington a notícia de participação de Álvaro Cunhal Avelino Gonçalves no executivo português” (Bernardino Gomes e Tiago Moreira de Sá 2008, p.43).

Contudo, realça-se a opinião de Kissinger acerca desta matéria:

“Nenhum país da NATO tinha enfrentado a perspectiva de uma tomada de poder comunista interna desde os primeiros dias da Guerra Fria. O perigo em Portugal foi ampliado pelo facto de, simultaneamente, os

¹¹ Henry Kissinger (1999), “Years of Renewal”.

democratas-cristãos italianos de Aldo Moro estarem a brincar com a ideia de formar uma coligação com o Partido Comunista Italiano – o chamado compromisso histórico referido anteriormente. Se os comunistas ganhassem um domínio sobre o governo em qualquer um dos países, isso criaria uma sensação de inevitabilidade, facilitando a inclusão dos comunistas em outros governos da OTAN. Com o mundo ocidental se recuperando da crise energética, a liderança americana sob uma nuvem por causa dos protestos de Watergate e do Vietname, e os líderes soviéticos enfatizando uma mudança na "correlação de forças", o fenômeno do eurocomunismo na Europa Ocidental pode se tornar uma tendência perigosa (Kissinger, 1999, p.630-631).

Ainda que Kissinger visasse e se preocupasse com o “Eurocommunism”, na verdade, no caso português, os sinais vindos da embaixada Americana em Lisboa sobre a formação do I Governo Provisório, com elementos ligados ao PCP, eram de algum otimismo, Scott “defendeu logo na ocasião que o seu país adotasse uma política de apoio a Portugal, devendo este ser não só político, como económico, de modo a caucionar o projeto de Spínola para a metrópole e para África e evitar assim a conquista do poder por parte do PCP” (Bernardino Gomes e Tiago Moreira de Sá, 2008, p.44).

Durante todo este período após o 25 de abril, os EUA assumiram uma posição passiva quanto aos desenvolvimentos da luta pelo poder em Portugal. E isto porque, para além do pouco interesse que Lisboa tinha para as equações globais da política externa de Washington e das consequências da participação do PCP no I Governo Provisório, a Administração Nixon não pretendia comprometer-se com um processo político de contornos incertos, quer quanto ao controlo do poder ao nível interno, quer relativamente à condução da questão africana.

5.4 - Visita de Nixon aos Açores

Contudo, “a política de «esperar para ver» teve a sua expressão máxima nos desenvolvimentos ocorridos no contexto do encontro entre Spínola e Nixon nos Açores” (Moreira de Sá, 2003, p.130).

A 19 de junho de 1974, ocorre o encontro nos Açores do general Spínola com o Presidente Nixon. A “iniciativa partiu de Lisboa e apanhou os americanos de

surpresa que, ao pedir a nossa concordância para uma escala técnica do avião presidencial na viagem de regresso de Nixon ao Médio Oriente, não previram que resposta portuguesa contivesse a sugestão deste encontro” (João Hall Temido, 1995, p.176). Ora a crise do Watergate já há algum tempo que desviava a atenção de Nixon, “discutir a situação portuguesa não estava obviamente nos seus planos” (*ibidem*)

Contudo, o facto é que “Spínola fez um forte apelo à ajuda urgente e substancial dos EUA. Esta assistência, de natureza técnica, económica e financeira, deve ser eficaz e, ao mesmo tempo, discreta, de modo a não comprometer politicamente nenhum dos países”. Segundo o mesmo, o objetivo desse financiamento seria contrariar qualquer movimentação por parte dos comunistas, que teriam sido fortemente apoiados pela União Soviética, para tomar conta do poder em Portugal e “implantar uma nova Cuba na Península Ibérica”, Nesse sentido Spínola vai ainda mais longe, argumentando que qualquer alteração no rumo dos acontecimentos poderia ter repercussões em Espanha e em última instância poderia afetar seriamente a NATO, sobretudo pela perda dos Açores e das ilhas de Cabo Verde. Face a esta retórica o Presidente Nixon comprometeu-se a averiguar as necessidades de Portugal, “tendo alertado importância de obter apoio financeiro dos bancos privados”.¹² Para além disso, Nixon considerou um Portugal independente, livre e próspero como vital para a NATO e para os interesses norte-americanos, bem como para os interesses comuns EUA/Portugal, tendo Spínola abordado ainda o seguinte:

- No plano político e diplomático, Portugal “precisava de um apoio claramente declarado dos EUA às suas políticas interna e externa, particularmente na ONU, tendo salientado que, há data, as políticas portuguesas seriam fáceis de apoiar à luz da evolução da política portuguesa em relação aos seus territórios ultramarinos”.
- Portugal pede ajuda aos EUA para resolver o problema da Guiné-Bissau na ONU, “estando disposto a aceitar um cessar-fogo, desde que sejam providenciadas salvaguardas adequadas para todos aqueles que estão

¹² Meeting between the President and President Antonio de Spínola of Portugal—June 19, 1974, The Azores, 24 junho de 1974

do lado de Portugal no presente conflito, incluindo as forças armadas africanas”.

Por fim, Nixon assegurou que Portugal poderia contar com o apoio dos americanos na ONU acerca das suas políticas em relação a África, designadamente a descolonização, tendo Spínola mencionado que “poderá ser oportuno analisar o estatuto da Base Aérea dos Açores no contexto da reavaliação da situação militar da NATO”.¹³

Para o embaixador Português em Washington este encontro mostrou “um Spínola angustiado com o que se passava em Portugal e compreendendo, finalmente, aqueles ideais estavam a ser traídos e que os seus poderes eram cada vez mais simbólicos, esteve um Nixon, aparentemente atento, mas que não deu a menor esperança de poder fazer fosse o que fosse para alterar o quadro dramático em que Spínola se deixara envolver”. Assim, conclui “foi um encontro inútil de dois Presidentes caídos em desgraça”.¹⁴

Desta forma, o posicionamento de cautela dos Estados Unidos no encontro de Nixon com Spínola nos Açores, derivou de consciência dos americanos da necessidade do apoio à ideia do presidente português relativa à autodeterminação dos territórios africanos, em oposição do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares. Para além disso, “fica patente que esta postura dos Estados Unidos relativamente à questão colonial portuguesa verificada nesta fase se devia não só a uma natural prudência diplomática, mas também a constatação da existência de contradições entre os mais altos responsáveis políticos portugueses é o facto de o Presidente norte-americano estar então paralisada pelo caso Watergate” (David Castaño, 2012, p.135).

A 5 de Julho, Palma Carlos, em consonância com Spínola, apresenta ao Conselho de Estado “uma proposta de profunda alteração da estrutura constitucional provisória com o reforço dos poderes do Primeiro-Ministro, a antecipação das eleições presidenciais para Outubro de 1974, a aprovação de

¹³ *Ibidem*

¹⁴ Hall Temido (1995). Dez anos em Washington: 1971-1981

uma Constituição Provisória por referendo popular (a realizar também em Outubro) e o adiamento das eleições legislativas para Novembro de 1976”¹⁵.

Ora uma das questões mais prementes que antecedeu a demissão de Palma Carlos prendeu-se sobretudo com essa intenção do Presidente e do primeiro-ministro para a alteração das eleições, neste caso com a antecipação da eleição do Presidente da República, realizando-se esta primeiro do que as eleições legislativas prometidas pelo MFA para 1975. Desta forma Mário Soares vê esta proposta para conter tanto o MFA, bem como o Partido Comunista, numa tentativa de firmar apenas uma retórica, a de Spínola. ¹⁶

Assim a 18 de julho Palma Carlos apresenta a sua demissão sendo substituído por Vasco Gonçalves, denotando-se um desconforto americano em relação à sua nomeação, pois “na realidade, a escolha de Vasco Gonçalves para chefiar o executivo português sobressaltou o Departamento de Estado pois, segundo as suas informações, este era um comunista.” assim torna-se visível o incómodo norte-americano face à presença de elementos destacadamente comunistas e a sua influência no II Governo Provisório. ¹⁷

Neste encadeamento a 27 de setembro de 1974, num memorando preparado para o *40 Committee*, foi proposta uma operação discreta em Portugal destinada “a manter um governo estável em Portugal, que permitirá a continuação do uso norte-americano da Base dos Açores e honrará a adesão de Portugal à NATO”. Esta desenvolver-se-ia em duas partes: uma fase exploratória a ser concluída antes de 31 de dezembro de 1974; uma fase principal de implementação que começaria no final de 1974 e seria sobretudo focada durante os primeiros três meses de 1975, antes das eleições para a Assembleia Constituinte de março desse ano. Nesse sentido, observando com mais detalhe este memorando, e pese embora algumas partes não desclassificadas, a proposta passava pelo seguinte:

- “A - Durante os próximos três meses da fase exploratória deste programa, a agência desenvolverá atividades tradicionais de informação dirigidas

¹⁵ Tiago Moreira de Sá (2003). As relações luso-americanas na transição democrática de Portugal

¹⁶ David Castaño, 2012, p.141

¹⁷ Bernardino Gomes e T.M. de Sá, 2008, p. 65

principalmente contra os quatro elementos-chave do poder político em Portugal – o Movimento das Forças Armadas (MFA), o Governo, os partidos políticos e o sector laboral”; (...)

- “D - Fase de implementação: Se, em resultado do nosso esforço exploratório, considerarmos que é necessário, seria eficaz um programa de ação política, este poderia incluir os seguintes tipos de atividades:

(1) Assumindo que uma coligação centrista parece ser a melhor perspectiva para assegurar o tipo de governo que o Governo norte-americano gostaria de ver em Portugal, poderia ser dado apoio a candidatos e/ou partidos políticos selecionados. Isso pode incluir assistência financeira e/ou treinamento de funcionários de organizações partidárias. Tal pode ser feito, direta ou indiretamente, através dos partidos políticos da Europa Ocidental “.

(2) Encorajamento e assistência poderiam ser dados aos oficiais do MFA que parecem favorecer um governo de centro (centro-direita ou centro-esquerda) em Portugal, e tentam influenciar esses oficiais a trabalhar em concertação com líderes ou grupos políticos centristas.

(3) (...) determinar e monitorizar o apoio a candidatos ou grupos adequados. (...) Existem também capacidades clandestinas para prestar aconselhamento profissional a partidos políticos e indivíduos em organizações e campanhas eleitorais eficazes”.

Em alternativa é referido que os EUA poderiam abdicar de qualquer ingerência na política portuguesa e deixar que os acontecimentos se desenrolassem, pelo que desse modo, *“a ação indicada na fase de implementação só seria empreendida se a avaliação durante a fase exploratória indicasse que os comunistas e/ou outros hostis ao Governo dos EUA são suscetíveis de dominar o próximo governo”*. A possibilidade de encorajar elementos de direita, de alguma forma, não era visto com uma hipotética alternativa, visto que no memorando era referido que *“se assume que o Governo dos EUA não é favorável a um regresso a um regime autoritário do país neste momento”*.¹⁸

¹⁸ “Plans for Political Operations in Portugal”. Office of Historian, National Security Decision Memorandum 40, 27 de setembro de 1974.

Ora, o memorando ainda sublinhava que a proposta, destinava-se a complementar um programa mais alargado do Governo norte-americano com o objetivo de impedir a formação de um governo de teor comunista, independentemente desse objetivo, era claro que se assumia que esta proposta, ser aceitável na posição pública americana. O fato de que os EUA estariam abertamente a lutar contra uma tentativa comunista de dominar o próximo governo iria gerar algumas críticas, no entanto, “tais críticas seriam aceitáveis em termos dos nossos objetivos”¹⁹.

Neste sentido, importa apenas explicar que o *40 Committee* foi criado por Nixon em fevereiro de 1970, avogando o presidente que “era essencial para a defesa e segurança dos Estados Unidos e seus esforços para a paz mundial que as atividades externas ostensivas do governo dos EUA continuem a ser complementadas por operações de ação secreta”. Assim, as ações secretas do Governo dos EUA no exterior estariam sujeitas à coordenação e controle do Diretor de Inteligência Central, todas estas operações “encobertas”, salvo atribuição expressa em contrário pelo Presidente, deveriam ser conduzidas pela CIA.²⁰

Ora em suma, a administração norte-americana começou a “preocupar-se com os desenvolvimentos em Portugal”, e a assumir que o nosso país poderia estar à beira de uma tomada do poder pelos comunistas, mantendo “em aberto a opção de ordenar operações secretas sérias”. Ao mesmo tempo, Kissinger decidiu ignorar o conselho do embaixador Scott, como referido anteriormente, para fornecer alguma ajuda económica a Lisboa, em grande parte para reforçar a posição dos socialistas na luta pelo poder emergente. Desse modo, “Scott, como Carlucci viria mais tarde, não via mérito em isolar Portugal, e os seus telegramas expressavam a sua confiança de que uma vitória comunista não era inevitável”. (T. Szulc, 1975, p.26).

5.5 – O 28 de setembro e a mudança de perspetiva

Destacadamente consegue-se perceber a opção escolhida pelos americanos, sobretudo por Kissinger, tendo-se optado pela não ingerência nos assuntos

¹⁹ *ibidem*

²⁰ “Responsibility for the Conduct, Supervision and Coordination of Covert Action Operations”. Office of Historian, National Security Decision Memorandum 40, 17 de fevereiro de 1970.

internos de Portugal e, conseqüentemente, assumir essa posição passiva e limitar a observar os rumos dos acontecimentos. Esta foi assim, a postura dos EUA mesmo após o suposto alarmismo, segundo Kissinger (1999), da presença de comunistas no governo português.

É neste contexto temporal que se sobressaem “os projetos antagônicos de Spínola por um lado e do MFA e do Partido Comunista Português, por outro”, que atingem o seu ponto mais alto a 28 de setembro, com a interdição da manifestação da “maioria silenciosa”, por parte de Álvaro Cunhal e pelo MFA (Luís Nuno Rodrigues *et al*, 2006, p. 122). Assim, importa realçar que “a emergência do movimento das forças armadas como agente político no período pré-constitucional está intimamente relacionada com o seu objetivo controlo político no plano nacional e com o rumo a dar à questão colonial portuguesa”, que desde logo instalou a sua Comissão Coordenadora no Palacete de São Bento, com o movimento “determinado a não perder a capacidade de decisão no que dizia respeito à execução do seu programa” (José Medeiros Ferreira, 2023, p.81).

Ora, “os desenvolvimentos quanto ao futuro do Ultramar foram também centrais para os novos choques entre Spínola e o MFA”. Tratava-se no fundo de garantir o controlo do processo político português, sendo certo que quem o dominasse estava em condições de determinar o curso da descolonização (*ibidem*).

É nesta sequência, através dos acontecimentos do 28 de setembro e derrotado mais uma vez pelo MFA, que a 30 de setembro, Spínola demite-se. É nomeado Presidente da República pelo movimento o General Costa Gomes tendo sido entregue o governo ao general Vasco Gonçalves, assumindo este o cargo de primeiro-ministro do III Governo Provisório e “que já era considerado um aliado do comunista (...)” (T. Szulc, 1975, p.27).

É neste momento que se dá uma viragem à esquerda segundo Bernardino Gomes e Tiago Moreira de Sá (2008), pois também, conforme refere Kissinger ao Presidente Ford, “a demissão do Presidente Spínola na manhã de segunda-feira foi o culminar de um grande teste de força política durante o fim de semana

que foi ganho pela esquerda”²¹. A viragem à esquerda, marca a mudança de perspectiva dos americanos, com Kissinger a alertar que “talvez a lição mais importante dos acontecimentos do fim de semana seja a estreita coordenação entre o Movimento e o Partido Comunista. Entre eles, o seu controlo da situação era tão completo que, para todos os efeitos práticos, o país estava nas suas mãos”. (*ibidem*).

A 18 de outubro, Costa Gomes traça um retrato da situação em Portugal a Ford, na presença de Kissinger, tendo sublinhado que “se manteria um sistema político pluralista e que as eleições para a Assembleia Constituinte seriam realizadas como previsto na primavera seguinte”. Além disso, “Costa Gomes disse a Ford que a demissão de Spínola não significava, de forma alguma, que Portugal se afastaria do Ocidente”. Tendo explicado a deterioração da situação económica de Portugal e solicitado a ajuda dos americanos. O presidente americano “limitou-se a uma declaração geral de que os Estados Unidos apoiariam a democracia em Portugal, não assumindo compromissos em matéria de ajuda” (*ibidem*).

Apesar da baixa intensidade do envolvimento americano na questão portuguesa neste período, previsivelmente até março de 1975, é nesta momento que, no sentido de influenciar a situação portuguesa face a um cenário de grande imprevisibilidade e tendo em conta “a acção das forças “moderadas” internas no plano internacional e, sobretudo, os esforços levados a cabo a partir do exterior, muito em especial por Edward Kennedy, tiveram desde logo uma consequência relevante: após vários adiamentos, o Governo dos EUA aprovou finalmente um programa de ajuda económica a Portugal” (Tiago Moreira de Sá, 2003, p. 190).

Deste modo, a 13 de dezembro, a administração Ford “anuncia a aprovação do programa de ajuda económica e cooperação para Portugal através de uma nota oficiosa divulgada pelo Departamento de Estado, justificando-a como «uma demonstração positiva de confiança dos EUA no futuro de Portugal” (*ibidem*).

²¹ Memorandum From the President’s Assistant for National Security Affairs (Kissinger) to President Ford. “Assessment of Events in Portugal”, 1974

Face a esta ação, importa salientar que é nesta altura que Kissinger “resolve mudar de embaixador dos EUA em Lisboa”, numa posição claramente mais ofensiva por parte dos americanos ao decurso dos acontecimentos em Portugal (Luís Nuno Rodrigues *et al*, 2006, p. 126).

5.6 - Chegada de Carlucci a Portugal

Carlucci chega a Portugal a 18 de janeiro de 1975, três meses após a conversa mantida a 18 de outubro de 1974 na Sala Oval entre o Presidente Ford e Kissinger acerca da embaixada americana em Lisboa, em que se salienta o motivo do desejo do Secretário de Estado de substituir Stuart Nasch Scott por Frank Carlucci, o que mereceu a aprovação de Ford:

“(…)

Kissinger: Não. Você pode viver com Colby. Ele não fará mal algum. A nossa Embaixada de Portugal é um desastre. Scott acabou de chegar lá. Ele era Consultor Jurídico pouco antes de eu vir para o Departamento de Estado, e eu queria outra pessoa. Seria injusto removê-lo, mas não temos escolha.

Frank Carlucci seria ótimo.

Presidente Ford: Eu estava pensando nele para a OMB. Mas se precisarmos dele lá, vamos fazê-lo. Podemos arranjar outra pessoa para a OMB.

Kissinger: Ok, vou falar com ele então.

Presidente Ford: Vamos em frente.”²²

Deste modo, importa realçar que “quando Kissinger teve o primeiro sobressalto em relação a Portugal, reparou que havia colocado em Lisboa um embaixador sem perfil adequado a um posto difícil”, ora para essa ideia contribuiu também a sua posição de aconselhar os Estados Unidos a “aguardar pacientemente a evolução do processo revolucionário português que, a seu ver, terminaria bem” João Hall Temido (1995, p.188).

²² Office of Historian, Memorandum of Conversation, 18 de outubro de 1975

Assim, realça-se, no sentido de também de procurar responder a uma das grandes questões desta dissertação, que a substituição de Scott por Carlucci na embaixada na americana em Lisboa, não alterou a perceção deste posto diplomático sobre o caso português, acreditando ainda Carlucci que a administração Ford deveria sobretudo apoiar de forma clara as forças democráticas, ainda que com alguma descrição, o que provocou algum desconforto a Kissinger. Assim, a perplexidade de Kissinger residia no facto de aquando da nomeação de Carlucci para Lisboa, de que “a Embaixada iria ter um papel mais activo na vida política portuguesa; e optou por se desinteressar do que viesse a ocorrer em Portugal, resignando-se a que o processo revolucionário terminasse da pior forma para o Ocidente” (*ibidem*).

As dúvidas que ainda existiam na capital norte-americana acerca da direcção da transição portuguesa começaram gradualmente a dissipar-se no início do ano de 1975 em consequência do clima de conflitualidade crescente que culminou no choque militar de março de 1975, altura em que Washington operou a primeira viragem substancial na sua política para Lisboa (Moreira de Sá, 2003).

5.7 – O 11 de Março de 1975 e a teoria da “Vacina” de Kissinger

A crescente ofensiva do PCP havia de conduzir ao choque do 11 de março, com a tentativa de golpe por parte de Spínola e dos seus apoiantes, e a uma nova fase da perspectiva americana relativamente aa perspectiva americana relativamente ao caso português. É neste momento que aos olhos do EUA, Portugal, após a viragem à esquerda em consequência do 28 de setembro, vira ainda mais à esquerda, temendo-se uma ditadura de esquerda, segundo o que reporta o Departamento de Estado através de Helmut Sonnenfeldt a Kissinger a 19 de março de 1975:

“(…) Como resultado da inepta e fracassada tentativa de golpe de Estado de 11 de março, Portugal **caminhou fortemente para uma ditadura militar de esquerda**. O efeito da tentativa abortada foi:

- Destruir o que tinha sido o travão moderado cada vez mais forte aos esquerdistas do Movimento das Forças Armadas e a colocar sérios, se

não intransponíveis, obstáculos no caminho de um ressurgimento da maioria moderada do MFA;

- Reforçar os elementos dirigentes do MFA, em especial o Primeiro-Ministro Gonçalves e o General Carvalho, que têm uma acentuada desconfiança em relação aos EUA; um forte preconceito em relação às causas do terceiro mundo; e uma acentuada inclinação esquerdista.

3. Os líderes da ala esquerda do MFA agiram rapidamente para consolidar a sua posição.

- Eles rapidamente aproveitaram a oportunidade para desacreditar líderes militares e civis moderados, envolvidos ou não na tentativa e alguns foram presos.
- Em uma reorganização governamental que ainda está em curso, eles aboliram uma série de principais instituições governamentais e criaram um novo, aparentemente todo-poderoso, Conselho Superior da Revolução (CSR) (...)

5. Consequentemente, o Conselho parece ter uma coloração decididamente de esquerda, com representação moderada limitada a Costa Gomes e a alguns outros militares seniores. A capacidade de Costa Gomes para reanimar e liderar os moderados é questionável.

6. O CSR reafirmou o compromisso do MFA com a realização de eleições para a Assembleia Constituinte a 12 de abril, mas os resultados, embora não sejam irrelevantes para desenvolvimentos futuros, serão menos significativos do que se esperava, porque os líderes do MFA deixaram ainda mais claro que pretendem governar o país seja qual for o resultado.

7. Além disso, o cenário dos partidos políticos está em desordem e os partidos moderados foram intimidados (...).²³

Face a este cenário os americanos começam a questionar os eventuais resultados das eleições, e constatar um possível aumento da votação no PCP precipitado pelos acontecimentos do 11 de março, que consequentemente levam a uma segundo Tiago Moreira de Sá (2003) que demonstra um profundo

²³ Office of Historian, "Telegram 61177/Tosec 726 From the Department of State to the Consulate in Jerusalem", Memorandum 147, 19 de março de 1975

pessimismo instalado em Washington. Assim, Sonnenfeldt traça os eventuais cenários:

“(…) Vemos a atual situação política a evoluir de uma de três formas possíveis:

- Os moderados recuperarão um contributo político significativo, mantendo com sucesso a atual orientação da política externa de Portugal, mas provavelmente tendo de concordar com uma política interna fortemente socialista.
- Os esquerdistas do MFA consolidarão completamente sua posição e estabelecerão um regime militar radical, nacionalista, não comunista, provavelmente com apoio comunista, semelhante aos do Peru ou da Líbia, com tendência a uma postura não alinhada.
- Portugal, sob crescente influência dos comunistas, caminhará para um regime comunista, orientado para o bloco soviético (…”.²⁴

Esta análise entregue a Kissinger coloca ainda em causa o papel de Portugal na NATO, sendo de denotar que nos vários cenários descritos, salienta-se por um lado, que no caso de permanência isso levaria a um constrangimento de um governo com um elemento comunista de um país membro no seio da NATO e, conseqüentemente a um “acesso a materiais cósmicos e nucleares da NATO”. Por outro lado, uma possível saída do nosso país da aliança Atlântica poderia, sem sombra de dúvida, trazer uma maior implicação militar para a Aliança “no que diz respeito à utilização contingencial dos Açores em apoio à NATO, tanto pelos EUA como por outros Aliados, o que está previsto nos acordos bilaterais EUA-Portugal sobre os Açores” (*ibidem*).

Tendo em consideração os cenários propostos, e sobretudo a viragem ainda mais à esquerda, Ford falou no mesmo sentido com o primeiro-ministro italiano, Aldo Moro, em Helsínquia, como veremos mais adiante, quando alertou com palavras fortes sobre o "compromisso histórico" proposto em Itália, sob o

²⁴ Office of Historian, “Telegram 61177/Tosec 726 From the Department of State to the Consulate in Jerusalem”, Memorandum 147, 19 de março de 1975v

pretexto de expressar a sua relutância em "tolerar" um governo marxista em Portugal ou em permitir amplas consultas da NATO com ele:

Não vemos como é possível tolerar um governo marxista na NATO. Com as inclinações liberais e esquerdistas destas pessoas, é certo que acabarão com um governo comunista, e tal situação seria completamente inaceitável para nós se estivessem na NATO. (Kissinger, 1999)

Assim salienta-se a perspetiva americana orientava-se neste momento pela chamada "teoria da vacina", mencionada por Kissinger, que se traduzia na perspetiva que Portugal deveria cair nas mãos do Comunismo e tornar-se um exemplo para os restantes países europeus, pois "sendo um país pequeno, e pouco desenvolvido, com reduzido potencial económico. Portugal caminharia para se transformar numa outra Albânia ou Cuba, ficando isolado no extremo ocidental da Europa". Pelo que desse modo, o nosso país tornar-se-ia um "exemplo a não ser repetido pelos restantes países europeus e um peso para a União Soviética", que na opinião de Kissinger, "o caso português não só não teria importância real como acabaria por se transformar num embaraço para a União Soviética e num obstáculo ao seu expansionismo" (João Hall Temido, 1995, p.200).

Neste sentido, existia a perceção de que "Portugal estava perdido para o Ocidente, ou porque se ia tornar num País comunista alinhado com o bloco soviético, ou numa ditadura militar, sob forte influência do PCP, com uma política externa não-alinhada", e que segundo Carlucci "acreditou-se que Lisboa devia ser isolada no seio da Aliança Atlântica; deste modo, evitava-se que constituísse um problema de segurança para a Organização de Defesa ocidental" e que "servia de «vacina» para o resto do flanco sul europeu, ou seja, um exemplo a não ser seguido por Itália, França, Espanha e mesmo Grécia" (Tiago Moreira de Sá, 2003, p.250).

Aproveita-se apenas, nesta sequência cronológica, e sem prejuízo de ser abordado com maior detalhe adiante, para mencionar que a 8 de abril de 1975 Henry Kissinger instruiu o National Security Council para reavaliar o significado político e militar da base açoriana das Lajes, bem como a sua importância para a segurança dos Estados Unidos e da NATO, deixando "todas as opções em aberto" solicitou que fossem considerados quatro cenários: a continuação dos

acordos de utilização da base, um pedido de revisão dos acordos, limitando o uso da base; um pedido de Portugal para a retirada americana; uma decisão dos Estados Unidos de retirarem dos Açores (Bernardino Gomes e T. Moreira de Sá, 2008).

Num novo passo para o processo português realizam-se a 25 de abril de 1975 as primeiras eleições livres para Assembleia Constituinte, onde os eleitos foram mandatados para elaborar uma nova constituição, assim relata a embaixada americana em Portugal os principais resultados obtidos naqueles dias particularmente a opção dos portugueses pela social-democracia, e os resultados abaixo das expectativas para o Partido Comunista Português.²⁵

Assim, é de frisar que “os interesses estratégicos e políticos dos EUA estavam significativamente envolvidos na crise portuguesa”, pois “não só uma viragem radical em Portugal poderia privar os Estados Unidos da sua base aérea e naval nos Açores, como, como se percebeu desde o início em Washington, uma acentuada viragem à esquerda em Lisboa perturbaria perigosamente o equilíbrio de poder na Europa” (T. Szulc, 1975, p.7).

Deste modo, os Estados Unidos e vários os países da NATO consideram, assim, que “é intolerável uma verdadeira mudança no status quo em Portugal”, e que mesmo para Moscovo, naturalmente, a situação colocava um dilema: por um lado, não pode de se demitir do seu dever de "solidariedade internacional" para com os comunistas portugueses; por outro, deveria ponderar cuidadosamente os riscos que acarretaria para a de détente com os Estados Unidos. (*ibidem*)

Face aos acontecimentos, Henry Kissinger “começou a insistir na necessidade de Portugal ser excluído da NATO”, tendo o Secretário de Estado inequivocamente referido a 30 de abril de 1975 que “Sobre Portugal. Devo dizer-lhes que estou num “comprimento de onda” totalmente diferente do de Carlucci. Não encontro nenhum conforto em qualquer governo dominado pelos comunistas na Aliança da NATO”. (Tiago Moreira de Sá, 2003, p.250).

²⁵ Telegram 2395 From the Embassy in Portugal to the Department of State, "Initial Assessment Portuguese elections: Two Cheers for Democracy", 1974

5.8 - Conferência de Helsínquia e a vitória de Carlucci

Neste contexto, a nível internacional, os acontecimentos portugueses deram origem a uma “nova teoria do dominó que foi usada para desencorajar os europeus ocidentais de serem brandos com o comunismo”, tendo sido os comunistas portugueses a ajudarem a formar a atitude americana em relação aos “eurocomunistas”.

Em relação à União Soviética, e conforme já observado, a política externa americana de prosseguir com uma détente, “que culminou na Conferência da CSCE em Helsínquia, em julho de 1975”, permitiu aos EUA de restringir a ajuda soviética aos comunistas portugueses. Contudo, a “revolução portuguesa abriu caminho a regimes revolucionários nas colónias africanas de Portugal”, em que os soviéticos e os seus aliados puderam intervir, tendo isto representado, “o primeiro golpe grave no interesse americano na détente com a União Soviética” (Ingmar Oldberg, 1982).

Assim, contextualizando, quando os líderes ocidentais se reuniram na cimeira da NATO em Bruxelas, em maio de 1975, e depois novamente na Conferência Europeia de Segurança, em Helsínquia, em julho, o Movimento das Forças Armadas, a esquerda radical e o Partido Comunista pareciam estar bem encaminhados para transformar Portugal numa “democracia popular” de estilo comunista (Kissinger, 1999).

Pelo que desta maneira, “a oportunidade oferecida pelo encontro na capital finlandesa foi aproveitada pelos membros da Aliança Atlântica para encetarem um conjunto de contactos bilaterais de molde a esbaterem as suas divergências e aproximarem as estratégias para Lisboa” (Tiago Moreira de Sá, 2003, p. 311).

Assim, a primeira confrontação, no âmbito da CSCE ocorre a 27 de julho, em Bona, onde a República Federal Alemã (RFA) se esforça “por contrariar o pessimismo ainda dominante em Washington”, reiterando que o caso português não era tão grave e ainda tudo seria possível de acontecer, pois “não só o Presidente da República português era um factor de esperança pois era o mais moderado e um bravo socialista, como o PCP dependia totalmente da URSS”. No caso dos britânicos, estes transmitem a 30 de julho em Helsínquia a Ford e a Kissinger a sua intenção de “influenciar a evolução do processo político

português e em convencer Washington a juntar-se a esse esforço”; sobretudo com o apoio às forças “democráticas”, especialmente o PS (*ibidem*).

Em seguida, os americanos reuniram-se com a Suécia, mais concretamente com Olof Palme “que se mostrou especialmente empenhado em apoiar os socialistas portugueses, bem como o Governo Provisório”, referindo que apenas os PPD e o PS poderiam dar estabilidade a Portugal. Relativamente a Itália, o presidente Ford abordou Aldo Moro tendo alertado que não toleraria qualquer acordo com os comunistas, conforme já mencionado anteriormente, tendo também o primeiro-ministro da Itália reiterado que o processo português poderia concluir-se de forma positiva, tendo elogiado Mário Soares e alertado para importância de os países se encontrarem com este (*ibidem*).

Neste sentido, apenas os espanhóis se alinharam com a perspetiva americana, transmitindo “uma visão pessimista acerca do futuro de Portugal”. Ora é desta forma que se verifica uma pressão sobre a União Soviética por parte dos países ocidentais europeus para que cessasse qualquer apoio ao PCPC em Portugal, tendo sido mesmo transmitido a Brejnev pela RFA que Portugal estava «dentro da esfera de influência alemã», era «um país membro da NATO» e a Aliança Atlântica «não toleraria» um regime comunista em Lisboa (*ibidem*).

A postura e otimismo transmitido pelos países da Europa Ocidental, sobretudo pela RFA, do Reino Unido, da Suécia e da Itália, não só contribuiu para moderar a perspetiva de Kissinger, como se constituiu num dos factores responsáveis pela mudança de política do Departamento de Estado a curto prazo”. (*ibidem*)

A 10 de agosto de 1975, Carlucci vai a Washington “com o intuito convencer o Secretário de Estado mudar a sua posição relativamente a Portugal”, tentando persuadir Kissinger libertar-se do seu pessimismo quanto à vitória dos Comunistas e a apoiar as forças moderadas político militares, como sempre tinha defendido desde a sua chegada a Lisboa.

Após a viagem do embaixador a Washington para se encontrar com Kissinger e na sequência da ação diplomática da Europa Ocidental em Helsínquia, o Secretário de Estado norte-americano decidiu finalmente apoiar de forma pública as forças moderadas portuguesas, sendo possível identificar primeiro sinal desta alteração fundamental no discurso proferido pelo Secretário de Estado em

Birmingham no estado Alabama a 14 de agosto de 1975. É nessa sequência, que Kissinger avisa a União Soviética sobre a ingerência nos assuntos portugueses, avisando o bloco oriental que deverá ser o povo português a determinar o seu próprio futuro, é assim dado o passo para um otimismo relativamente ao caso português, levando a opinião e a visão de Carlucci a prevalecer. Conforme salienta “o povo português, tendo podido exprimir livremente a sua vontade política, viria a dar razão aos Embaixadores Scott e Carlucci, ficando a Revolução portuguesa como a situação mais conhecida entre aquelas em que Kissinger errou na sua análise (João Hall Temido, 1995, p.200). Em suma, o próprio Kissinger (1999) explica, usando as palavras de Carlucci, a disputa no seio do governo americano sobre como lidar com o caso português:

É certo que tivemos divergências de pontos de vista, mas elas foram exageradas. Ele [Kissinger] tinha uma perspectiva mundial; Eu tinha um problema particular para lidar. Tivemos algumas trocas de pontos de vista, mas acabámos por chegar a um acordo de que seria dada uma oportunidade à política que eu recomendava. Quando chegamos a esse acordo, ele não poderia ter sido mais solidário. Assim, fomos capazes de reunir uma política eficaz em coisas como o separatismo açoriano (uma questão-chave que estava a ser empurrada pela direita), o contexto dos nossos programas de ajuda e como iríamos abordar o que era uma questão de segurança muito séria para a NATO. Não tive qualquer problema em dizer aos portugueses que não poderiam ser acomodados na NATO se fossem um risco de segurança, desde que ao mesmo tempo pudéssemos manter alguma esperança de apoio e conseguíssemos lidar com os elementos certos na sociedade portuguesa.²⁶

Assim, e para se correlacionar a condução da política externa pela administração Ford com a perspectiva da sociedade americana, será de salientar o episódio ocorrido em outubro de 1975, aquando da deslocação de Kissinger à China em que este admite ao ministro dos Negócios Estrangeiros Chinês que a fim de prosseguir esta política, após as reações internas que tinham tido na América

²⁶ Kissinger (1999). *Years of Renewal*, p. 631-632

como resultado do Vietname e do Watergate, era extremamente importante que se assumisse uma postura doméstica de que “estamos a ser provocados em vez de causar a tensão”. Deste modo, Kissinger dirige-se a Deng fazendo uma leitura global das relações entre os dois países:

A necessidade estratégica que ambos enfrentamos é a da ameaça soviética. Penso que é importante compreender que aqui enfrentamos três problemas: um, a estratégia global; em segundo lugar, as táticas que temos de prosseguir; e, em terceiro lugar, a nossa relação no que se refere à situação internacional global. A União Soviética, continuei, estava a tornar-se mais forte militarmente, mas como resultado da evolução da tecnologia, não das nossas políticas de détente. (...)

Portanto, no Médio Oriente, em Angola, em Portugal e noutros sítios, temos estado bastante ativos para impedir a expansão soviética, mesmo quando tínhamos de o fazer sozinhos e mesmo quando éramos criticados por o fazer” (Kissinger, 1999, p.877-878).

5.9 - Apoio à instauração da democracia em Portugal

“Mas em 1975-76, fiquei alarmado com a falta de estratégia dos políticos democráticos para deter a tendência comunista. No final, foram os oficiais moderados dentro do Movimento das Forças Armadas, não os políticos, que viraram a maré e depois devolveram o poder aos políticos democráticos” (Kissinger, 1999, p. 630).

Assim, com os acontecimentos ocorridos a 25 de novembro de 1975, deu-se por terminada a revolução portuguesa, assim, “tinha início o processo de edificação da estrutura político-institucional do sistema democrático ficaria completo com a tomada de posse do I Governo constitucional, a 23 de julho” (Tiago Moreira de Sá, 2006, p. 142). Desta maneira, o processo político interno foi dominado por três dinâmicas primordiais: a reestruturação das Forças Armadas; a tentativa de resolução da crise económica nacional; a aprovação do ambiente constitucional e a eleição dos órgãos de soberania.

Relativamente às Forças Armadas portuguesas, “a alteração mais importante consistiu na sua transformação de umas Forças Armadas organizadas para uma guerra de guerrilha em África para umas Forças Armadas orientadas para a

defesa do Atlântico”. Para esse processo contribuiu a liderança dos Estados Unidos conjuntamente com a RFA, “quer agindo diplomaticamente no sentido de favorecer o estreitar das relações entre os militares portugueses e a NATO, quer financiando a sua modernização e formação técnica”. O objetivo segundo Carlucci seria, “profissionalizar os militares, chamando-os a desempenhar um novo papel no âmbito de um regime democrático e civil, condição indispensável ao objetivo de os retirar da política e devolvê-los aos quartéis”, tendo sido, neste âmbito, autorizado pela Câmara dos Representantes dos EUA uma assistência militar suplementar a Portugal no valor de 30 milhões de dólares tendo igualmente sido estabelecida uma brigada aerotransportada da NATO (Tiago Moreira de Sá, 2003, p.405).

No âmbito económico, foi priorizada o combate “à grave situação económica de Portugal”, assim entre novembro de 1975 e julho de 1976, e como parte essencial da estratégia americana de apoio à democracia portuguesa, os EUA concederam um empréstimo no valor de 240 milhões de dólares, sobretudo para o apoio nas áreas da habitação e agricultura. Para além disso, os EUA ainda encabeçaram um consórcio internacional integrado por países aliados para a concessão de um empréstimo de 1,5 biliões de dólares e apoiaram Portugal na tentativa de angariar crédito junto do Banco Mundial e do FMI (Luís Nuno Rodrigues *et al*, 2006, p. 126). É de denotar que o “grande empréstimo” só chega em 1978, “envolta num longo processo negocial” (Bernardino Gomes e Tiago Moreira de Sá, 2008, p.389)

Assim a Administração Ford demonstrava a sua determinação” em contribuir para o sucesso da transição democrática em Portugal, o que era especialmente revelado pelo facto de Mário Soares e Sá Carneiro terem sido os primeiros dirigentes recebidos na capital norte-americana após o fim do processo revolucionário”, mesmo sem estarem presentes no governo. Tiago Moreira de Sá, 2003, p.407).

Mesmo assim, o embaixador Português em Washington considerou que “a ajuda americana às forças democráticas portuguesas foi menos importante do que aquela prestada pela Alemanha e, possivelmente, por outros países, como a Suécia e até a Venezuela”. Referindo que os Estados Unidos, “promovidos a inimigo número um por Vasco Gonçalves e pelo Partido Comunista português,

ocuparam a posição mais visível entre os países apoiantes das forças democráticas, claro fica a aproximação de Carlucci e de Mário Soares” (João Hall Temido, 1995, p.200).

Nesta sequência o ano de 1976 marca, portanto, o início do período constitucional português, com a realização das eleições legislativas, presidenciais, autárquicas e também das eleições regionais nos Açores e na Madeira. Nesse mesmo ano, o General Ramalho Eanes toma posse como Presidente da República Portuguesa – o primeiro eleito por sufrágio direto e universal, e é empossado o primeiro Governo Constitucional, liderado por Mário Soares, resultante das eleições legislativas de 1976.

Capítulo VI: Estados Unidos e o apoio à putativa independência dos Açores

No decorrer de todo o período conturbado que foi o PREC, importa igualmente destacar no âmbito desta investigação, o surgimento no Verão de 1975 nos Açores e na Madeira, de dois movimentos que publicamente afirmavam lutar pela independência dos respetivos arquipélagos, a Frente de Libertação dos Açores (FLA) e a Frente de Libertação do Arquipélago da Madeira (Flama) (Medeiros Ferreira, 2011, p. 109). Neste caso, importa abordar o caso específico dos movimentos independentistas nos Açores e o papel assumido pelos Estados Unidos neste âmbito.

Nesse aspeto importa salientar que o diretor da CIA (Central Intelligence Agency) remete, a 31 de maio de 1975, um memorando a Henry Kissinger a referir a possibilidade de um golpe nos Açores a favor da FLA referindo que algumas unidades militares portuguesas nos Açores preparavam, em concertação com a Frente de Libertação dos Açores (FLA), uma tentativa de golpe de Estado para afastar a região do controlo português, ora o mesmo ainda refere que tal medida até poderia de alguma forma ter sucesso no início, mas destaca-se que o governo português rapidamente iria terminar com a insurreição. Desse modo, os EUA viriam a culpar de Lisboa, independentemente do desfecho, mas alertava-se o Secretário de Estado que se falhar, os esforços dos EUA para renegociar as instalações da base nas Lajes seriam complicados, talvez fatalmente.

Também Frank Carlucci avisou o seu governo de que estava iminente uma revolta nos Açores liderada pela FLA e, tal como havia feito o diretor da CIA, alertou para as possíveis acusações de envolvimento dos Estados Unidos. Para ele, um golpe no arquipélago ia ter como resultado imediato ataques contra instalações americanas em Portugal e recomendou se elaborassem planos contingência para proteger os cidadãos norte americanos nas ilhas, em Lisboa e no Porto (Gomes e De Sá, 2011).

Os alertas da CIA e do embaixador em Lisboa acabaram por traduzir numa ação de Kissinger relativamente à questão açoriana, em concreto, sendo que este “defendia que os Estados Unidos não deviam rejeitar automaticamente uma declaração de autonomia ou Independência dos Açores”, pelo que desta maneira

instruiu o consulado em Ponta Delgada para “a posição de estrita neutralidade dos Estados Unidos na questão açoriana para deixar bem claro que a FLA não devia esperar qualquer ajuda do governo dos Estados Unidos” (Bernardino Gomes e Tiago Moreira de Sá, 2008, p. 239).

Deste modo é importante destacar o papel da manifestação ocorrida em São Miguel no célebre dia 6 de junho de 1975, que manifestamente ocupa um lugar de destaque no caminho para a autonomia açoriana.

A manifestação ocorrida a 6 de junho de 1975, que na opinião de Berta Tavares (2013, p. 10) na “complexidade dos seus objetivos e diversidade de origem social, ideológica e política dos seus protagonistas “visíveis”, acabou por integrar uma forte componente reivindicativa no sentido da independência dos Açores. Assim, os EUA acompanharam o evoluir da situação “através dos telegramas que lhe eram enviados pelo consulado em Ponta Delgada”.

Assim, a CIA destaca que:

“Os líderes partidários disseram ao cônsul dos EUA em Ponta Delgada que, se os comunistas e a esquerda radical forem expulsos do governo de Lisboa, o movimento pela independência será abrandado, mas não interrompido.

O exemplo dos Açores está a incentivar um movimento paralelo na ilha da Madeira, onde existe uma insatisfação generalizada com o fracasso de Lisboa em lidar com os crescentes problemas económicos das ilhas. A inação governamental levou à formação da Frente de Libertação do Arquipélago da Madeira, cujo objetivo é a obtenção pacífica da independência total de Portugal. O grupo tem acesso a armas, no entanto, e assumiu o crédito pelo bombardeio de uma emissora de rádio nacional na Madeira.

Na manhã de 28 de julho de 1975, o Presidente Gerald Ford, o Secretário de Estado Henry Kissinger e o Chanceler alemão Helmut Schmidt discutiram a situação portuguesa, tendo Ford questionado como poderiam os americanos ajudar, ao qual o Chanceler alemão ripostou com a necessidade de prevenção da interferência soviética, detalhando que vários partidos comunistas estariam a

desenvolver-se com base na versão do PCP. É nesta sequência que Ford informa o seu homólogo alemão que se verifica a existência de um grupo de índole separatista com o objetivo de afastar os Açores de Portugal, permitindo igualmente esta breve conversa perceber, através das palavras de Schmidt, quais as hipotéticas reações dos países europeus, pois no seu entender a ocorrer uma independência açoriana, que por um lado na Europa do Leste passaria a ideia que os Soviéticos teriam interferido, enquanto no ocidente europeu a separação dos Açores não seria algo aceitável, mas que para isso teria sido resultado de que “as coisas tiveram que piorar primeiro”.

Ora, através do Arquivo de Defesa Nacional (ADN), mais concretamente dos documentos que compõe os volumes das Informações Operacionais dos Açores permitem a compreensão em primeira mão de alguns acontecimentos menos perceptíveis aos olhos do público e que permaneceram como secretos ou, no mínimo, confidenciais. Assim, é disso exemplo a conversa entre o Comandante Chefe dos Açores o General Alino Amadeus Pinto de Magalhães e o Bispo Auxiliar de Angra do Heroísmo comunicada ao Presidente da República a 8 de agosto de 1975, em que se percebe, pelas palavras do clérigo, que a população açoriana teme da instauração de um regime comunista do país:

“A situação nos Açores alterou-se enormemente neste último mês. A população voltou-se maciçamente para a ideia de independência como forma de se fertar a um regime comunista no país. Penso, porém, que esta situação pode mudar, rapidamente, se forem praticados actos de governo que tranquilizem as populações, garantindo-lhes que um regime comunista não será implantado, que será respeitada a vontade do povo demonstrada nas últimas eleições e que muitos problemas de ordem económica serão resolvidos.” (Arquivo de Defesa Nacional, 1975) ²⁷.

Acrescenta-se que, como referido, a 8 de abril de 1975 Kissinger tinha solicitado a reavaliação do significado político e militar da base açoriana das Lajes, bem como a sua importância para a segurança dos Estados Unidos e da NATO, pelo que a resposta é clara:

²⁷ Informações operacionais dos Açores. 1º vol. Arquivo de Defesa Nacional, 1975. <https://arquivo-adn.defesa.gov.pt/viewer?id=3119&FileID=147056>

“Os interesses de segurança dos EUA nos Açores centram-se na utilização de duas instalações fundamentais – a Base Aérea das Lajes e uma estação de *High Frequency/Direction Finding* (HF/DF), ambas localizadas na Ilha Terceira. De menor importância são as instalações de armazenamento de combustível naval financiadas pela NATO, localizadas em Ponta Delgada, na ilha de São Miguel, e dois locais de navegação aérea LORAN operados por Portugal nas ilhas das Flores e de Santa Maria.

As forças norte-americanas encontram-se nos Açores ao abrigo do atual acordo de bases com Portugal, que expirou em fevereiro de 1974. Espera-se que os portugueses apelem a negociações formais sobre o acordo de bases dos Açores ainda este ano. Em declarações públicas, o primeiro-ministro português afirmou que a continuação da utilização dos Açores pelos EUA será no contexto da NATO e que operações como a ponte aérea durante o conflito israelo-árabe de 1973 não serão permitidas no futuro. Entretanto, os Açores continuam firmemente sob o controle de Lisboa.

Os recentes movimentos independentistas dos Açores têm sido mal-organizados e não têm tido o apoio nem da população civil nem da guarnição militar nos Açores.”

Ora, o memorando conclui que as alternativas às Lajes para apoio às operações de contingência no Médio Oriente ou Norte de África “encontravam-se em Portugal continental, nas ilhas da Madeira, nas Ilhas Canárias, em Marrocos e no Senegal. Todavia, nenhuma delas, poderia duplicar as capacidades das Lajes ou das bases espanholas sem um extenso aumento e/ou desenvolvimento de bases”. Para além disso, menciona-se que as funções de armazenamento de combustível da NATO e de comando e controlo SSBN agora apoiadas a partir dos Açores poderiam “ser transferidas para outro local sem qualquer impacto adverso na capacidade militar”.

Assim, o estudo forneceu uma boa resposta servindo de “documento de referência útil para lidar com situações de contingência relativas aos Açores”.

Já no dia 15 de agosto Kissinger instruiu a missão diplomática em Lisboa neste mesmo sentido de amenizar uma hipotética independência açoriana, numa tentativa de esperar para ver o desenrolar dos acontecimentos em Lisboa, que eventualmente poderiam seguir um rumo favorável aos interesses da FLA, tendo Carlucci contribuído largamente aquando da sua visita a Washington uns dias antes, como já mencionado, onde apelou a Kissinger uma não intervenção dos EUA nos assuntos açorianos, sobretudo com qualquer apoio a uma independência do arquipélago o que poderia levar a Portugal sair da NATO (Bernardino Gomes e Tiago Moreira de Sá, 2008, p. 244-245).

Considerações Finais

Assim, é de concluir que a revolução portuguesa foi numa primeira fase bem recebida em Washington, tendo em conta que Portugal era o único membro da NATO em que não vigorava uma democracia sendo de igual forma a única nação europeia que se recusava a descolonizar os seus territórios africanos, e se numa primeira fase os EUA assumiram uma posição de desinteresse face às várias preocupações que tinham e, por consequência verem Portugal como um caso de baixa prioridade, numa fase posterior o mesmo não se verificou porque, após a inclusão de membros do Partido Comunista Português nos governos provisórios do país, enquanto membro da NATO, levou à reação americana que, numa fase mais pessimista acerca da situação portuguesa leva Kissinger adotar a sua tese de Portugal serviria como uma a “vacina” para os restantes países da Europa. A presença de ministros comunistas num governo de um país membro da NATO não pode ser tolerada por Kissinger. Assim, assiste-se à substituição do embaixador Scott, que aconselhava prudência a Washington, por Frank Carlucci. Esta substituição, demonstrou ser dos acontecimentos mais relevantes do processo revolucionário português (1974-1975), pois o novo embaixador americano não hesitará em discordar da previsão pessimista de Kissinger, considerando que nada estava perdido para os interesses do bloco ocidental e defendendo que Washington deveria sobretudo apoiar as forças democráticas lideradas pelo PS (Partido Socialista) de Mário Soares.

Também foi possível verificar a influência que os países europeus tiveram no desfecho do processo revolucionário português, com destaque para os desenvolvimentos ocorridos na conferência de Helsínquia em agosto de 1975. Clarificou-se que foram as nações europeias as que demonstraram um maior otimismo na análise do dossier português: os governos europeus, sobretudo o alemão e o britânico, apostaram todas as suas fichas no apoio a Mário Soares e ao grupo militar dos Nove e, tendo advertido Brezhnev de que todo o processo de *détente* seria colocado em causa caso o PCP ascendesse ao poder, assim a opinião e a visão de Carlucci prevalecem levando a uma clara vitória da sua retórica sobre o pessimismo de Kissinger, onde não é de menosprezar o papel da aproximação do embaixador português em Washington a Mário Soares. A persistência de Carlucci é inequívoca, e que só assim permitiu que Kissinger não

levasse avante a sua teoria da vacina, deixando cair Portugal numa eventual ditadura comunista.

Depois do triunfo das forças democráticas portuguesas, em 25 de novembro de 1975, dissipados os receios da presença de um país comunista na Europa Ocidental, a administração Ford envidaria todos os esforços financeiros, políticos e militares para consolidar a democracia portuguesa, e esse apoio continuaria durante a administração do Presidente democrata Jimmy Carter (1977-1981). O ano de 1976 marca, portanto, o início do período constitucional português, com a realização das eleições legislativas, presidenciais, autárquicas e também das eleições regionais nos Açores e na Madeira.

O General Ramalho Eanes toma posse como Presidente da República Portuguesa – o primeiro eleito por sufrágio direto e universal, e foi empossado o primeiro Governo Constitucional, liderado por Mário Soares.

Importa, ainda destacar que se assumiu como importante nesta investigação destacar o papel no âmbito das relações luso-americanas do arquipélago dos Açores, e assim mencionar todo o histórico deste arquipélago na política externa portuguesa e, conseqüentemente nas relações com o outro lado do Atlântico Norte. Assim, pela pormenorização feita, considera-se que o presente trabalho, pode de igual forma adicionar uma perspectiva dos Açores à transição democrática portuguesa, onde este arquipélago assumiu sem sombras de dúvidas um papel de relevo, e sobre o qual os americanos adotaram uma vigilância atenta aos desenvolvimentos de uma putativo independência do arquipélago.

Mais se acrescenta que se poderá concluir que, e como refere Kenneth Maxwell (2006) no caso específico da base das Lajes na ilha Terceira, no âmbito do papel dos Estados Unidos em Portugal esta foi um fator chave, porque por um lado foi fulcral para durabilidade do Império português em África. Tendo sido por outro, “face às conseqüências económicas dos americanos da utilização base para abastecer Israel em 1973, se ter tornado numa das causas imediatas mais importantes da revolução do 25 de abril de 1974, que provocou a sua derrocada” (Luís Nuno Rodrigues *et al*, 2006, p. 195).

Em suma, e em resposta à grande questão imposta por esta investigação denota-se que os Estados Unidos desempenharam um papel deveras importante na transição e consolidação democrática de Portugal, através de um apoio ao novo regime político através de um apoio financeiro e político que forma um garante da estabilidade, contribuindo assim também para a inserção do país nas várias organizações multilaterais. Face a este acontecimento histórico, o 25 de abril de 1974 e do qual celebramos este ano o 50.º aniversário, assume-se segundo Nuno Severiano Teixeira (2010), uma alteração na conduta externa do país assente em dois grandes pilares, democratizar e descolonizar, desta forma o período de 1974-1976 caracterizou-se “pela luta em torno das opções externas do País, pelo exercício de diplomacias paralelas e, conseqüentemente, pela indefinição da política externa” permitindo ao país num período posterior adotar, “inteiramente, a sua condição de país ocidental, simultaneamente, europeu e atlântico. Serão estes, pois, os dois vetores fundamentais e as verdadeiras opções estratégicas do Portugal democrático (Nuno Severiano Teixeira, 2010, p. 54). Não menos importante foi a análise aprofundada que se efetuou do papel dos Açores nas relações bilaterais entre Portugal e os EUA, e a perspetiva açoriana do papel norte-americano na transição democrática do nosso país, que por diversas vezes é realçada através deste trabalho, pelo que será, inequívoca a abordagem utilizada acerca desta temática.

Referências Bibliográficas

Amaral, Diogo Freitas do (1995), *O Antigo Regime e a Revolução: Memórias Políticas (1941-1975)*. Venda Nova: Bertrand.

Amaral, Freitas do (1994), *A Tentativa Falhada de um Acordo Portugal-EUA sobre o Futuro do Ultramar 1963*. Coimbra: Coimbra Editora.

Anderson, D. (2007). *Watergate: Scandal in the White House*. Capstone. C. L. Sulzberger, *The World and Richard Nixon* (New York: Prentice Hall Press, 1987).

Andrade, L. (1993). *Neutralidade Colaborante: O Caso de Portugal na Segunda Guerra Mundial*. Ponta Delgada: (s.e.).

Andrade, Luís (2002). *Uma Perspetiva Açoriana das relações entre Portugal e os Estados Unidos da América*.

Antunes, Garcia; Matias, Anacleto e Helena, Maria (2002). *Os Azorean Refugee Acts de 1958 e 1960*.

Antunes, José Freire (1991). *Kennedy e Salazar: o leão e a raposa*. Lisboa: Difusão.

Antunes, José Freire (1992). *Nixon e Caetano: promessas e abandono*. Lisboa: Difusão.

Arquivo de Defesa Nacional (ADN). *Informações operacionais dos Açores. 1º vol.*
<https://arquivo-adn.defesa.gov.pt/>

Avillez, Maria João (1996). *Soares: democracia*. Lisboa: Ed. Público.

Avillez, Maria João (1996). *Soares: ditadura e revolução*. Lisboa: Ed. Público.

Avillez, Maria João (1997), *Soares: o Presidente*. Lisboa: Ed. Público

Ball, George, *The Past has another Pattern: memoirs*. New York. London: W. W. Norton & Company, 1982.

Brandt, Willy (1992): *My Life in Politics*. London: Hamish Hamilton.

Callaghan, James (1987). *Time and Chance*. London: William Collins Sons & Co Ltd.

Castaño, David (2018). *Eanes e a Democracia*. Carnaxide: Editora Objectiva.

Central Intelligence Agency (CIA). *Freedom of Information Act*. <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP85T00353R000100040012-9.pdf>.

Cronin, T. E. (1980). *A resurgent Congress and the imperial presidency*. *Political Science Quarterly*. <https://doi.org/10.2307/2149365>

David Robarge, *Leadership in an Intelligence Organization: The Directors of Central Intelligence and the CIA*, in Loch Johnson (ed.), *The Oxford Handbook of National Security Intelligence* (New York: Oxford University Press, 2010), p. 495

De Gaulle, Charles (1970). *Memórias de Esperança*, vol. I, A renovação (1958-1962). Lisboa: Publicações Europa-América.

De Sá, T. M. (2007). *Os Estados Unidos da América e a Democracia Portuguesa: As relações luso-americanas na transição para a democracia em Portugal (1974-1976)*. [Tese de Doutoramento]. RUN (Repositório Universidade Nova) Universidade Nova de Lisboa. <https://run.unl.pt/bitstream/10362/3761/1/tiagomoreirasadoutoramento.pdf>

De Sá, T. M. (2016). *História das Relações Portugal-EUA (1776-2015)*. Leya.

Espírito- Santo, Inês e Pires, Rui (2014). *Estados Unidos da América*”. *Observatório da Emigração*.

Ferreira, J. M. (2006). *Portugal e os Estados Unidos nas duas Guerras Mundiais: a procura do plano bilateral*. In Luís Nuno Rodrigues (coord.), *Regimes e Império: as Relações Luso-Americanas no Século XX*. Lisboa: Fundação Luso-Americana

Ferreira, J. M. (2011). *Os Açores na Política Internacional* (1.ª ed.). Edições Tinta da China.

Ferreira, José Medeiros (1999) (coord.), *Política Externa e Política de Defesa do Portugal Democrático*. Lisboa: Fundação Mário Soares/Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=015985#!7>

Ferreira, Medeiros (2011), *Os Açores e a Política Internacional*. Lisboa: Tinta da China.

Fonseca, Ana Mónica (2007). *A Força das Armas: o Apoio da República Federal da Alemanha ao Estado Novo (1958-1968)*. Lisboa: Instituto Diplomático.

for Hemispheric Defense Studies, National Defense University

Gaddis, J. L. (2005). *Strategies of Containment: A Critical Appraisal of American National Security Policy during the Cold War*. Oxford University Press. Edição do Kindle.

Garthoff, L. Raymond, (1985). *Détente and Confrontation. American-Soviet Relations from Nixon to Reagan*. Brookings Institution.

Gomes, Bernardino e Tiago Moreira de Sá (2008), *Carlucci vs Kissinger, os EUA e a Revolução Portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote.

Gruner, Ronald, (2022). *We the Presidents: How American Presidents Shaped the Last Century*. (2^a ed.). Libratum Press.

https://run.unl.pt/bitstream/10362/143412/1/DanielMarcos_EntreImperioNato.pdf

Hughes, K. (2016). Richard Nixon: Foreign Affairs | Miller Center. Miller Center. <https://millercenter.org/president/nixon/foreign-affairs>

Kennedy (1969). Robert, *Thirteen Days, A Memoir of The Cuban Missiles Crises, With Introduction by Robert S Macnmara and Harold Macmillan*. New York: W.W. Norton & Company.

Kissinger, H. (1999). *Years of renewal: The Concluding Volume of His Classic Memoirs*. Simon and Schuster.

Kissinger, Henry (2000). *Years of Upheaval*. London: Phoenix Press.

Leandro, Garcia (1999). *Portugal e os 50 anos da Aliança Atlântica, 1949- 1999*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.

Machete, Rui (2006). *A Relação entre Portugal e os Estados Unidos*. Revista Nação e Defesa (IDN), n.º 113 – 3.^a Série. pp. 7-19.

Mahoney, Richard D. (1983). *JFK: Ordeal in Africa*. New York, Oxford: Orxford University Press.

Marcos, Daniel (2022). *Entre O Império e a NATO*. (1^a ed.). Imprensa de História Contemporânea

Marcos, Daniel da Silva Costa (2007). *Salazar e De Gaulle: a França e a questão colonial portuguesa*. Lisboa: Instituto Diplomático.

Maxwell, Kenneth (2005). *Os Estados Unidos e a Descolonização Portuguesa (1974-1976)*

Mesquita, Mário (2014) (org.). *Mário Soares na Construção da Democracia: seis entrevistas históricas (1972-1993) e um epílogo (2014)*. Lisboa: Tintas da China.

Monjardino, A. (1983). *Os Açores e o Atlântico: uma Perspectiva para a Política Externa Portuguesa*. Revista Nação e Defesa (IDN), n.º 27. https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/3470/1/NeD27_AlvaroMonjardino.pdf

Moreira de Sá, T. (2016). *História das Relações Portugal- EUA (1776-2015)*.

Moreira, A. (1979). Poder funcional - poder errático. *Nação E Defesa*. https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/3530/1/NeD012_AdrianoMoreira.pdf

Moreira, A. (2011). *Teoria das Relações Internacionais*. (7ª ed.).

Nixon, R. (1969). *First Inaugural Adress* [Comunicação Oral], Washington DC, EUA.

Nixon, R. (1971). *Radio Address About Second Annual Foreign Policy Report to the Congress* [Comunicação Oral], Washington DC, EUA.

Nixon, Richard (1990). *The Memoirs of Richard Nixon, With a New Introduction by the Former President*. New York: Touchstone Book.

Office of Historian, "Meeting between the President and President Antonio deSpinola of Portugal—June 19, 1974, The Azores", Memorandum 133, 24 junho de 1974. <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve15p2/d133>

Office of Historian, "Memorandum From the President's Assistant for National Security Affairs (Kissinger) to President Ford. "Assessment of Events in Portugal", 1974. <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve15p2/d137>

Office of Historian, "Plans for Political Operations in Portugal". Office of Historian, National Security Decision Memorandum 40, 27 de setembro de 1974. <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve15p2/d136>

Office of Historian, “Responsibility for the Conduct, Supervision and Coordination of Covert Action Operations”. Office of Historian, National Security Decision Memorandum 40, 17 de fevereiro de 1970.
<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v02/d203>

Office of Historian, “Telegram 2395 From the Embassy in Portugal to the Department of State, 26 de abril de 1975.
<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve15p2/d152>

Office of Historian, Memorandum of Conversation, 18 de outubro de 1975.
<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve15p2/d139>

Office of Historian, Oldberg, I. (1982). The Portuguese Revolution of 1974-75 and U.S. Foreign Policy. *Cooperation and Conflict*, 17(2), 179–189.
<http://www.jstor.org/stable/45083521>

Office of Historian, “Telegram 61177/Tosec 726 From the Department of State to the Consulate in Jerusalem”, Memorandum 147, 19 de março de 1975.
<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve15p2/d147>

Oliveira, Pedro Aires De (2007). Os Despojos da Aliança, A Grã-Bretanha e a Questão Colonial Portuguesa 1945-1975. Lisboa: Tintas da China.

Paterson, Pat (2018). *Origins of US Foreign Policy*. William J. Perry Center
Pedreira, J. M., Jerónimo, M. B., Severiano Teixeira, N., Oliveira, P. A. *História das Relações Internacionais Contemporâneas: Portugal 1808 – 2000*. (1ª ed.). Penguin Random House Group Editorial

Pires, A. P., Nunes, R., & Rezendes, S. (2019). *A Grande Guerra e os Açores.: Da Estratégia Naval à Pneumónica*.
<https://novaresearch.unl.pt/en/publications/a-grande-guerra-e-os-a%C3%A7ores-da-estrat%C3%A9gia-naval-%C3%A0-pneum%C3%B3nica>

President Nixon | Richard Nixon Museum and Library. (n.d.-b).
<https://www.nixonlibrary.gov/index.php/president-nixon>

Richard H. Immerman (2008), *Intelligence and Strategy: Historicizing Psychology, Politics, and Policy*, *Diplomatic History*.

- Robb, T. (2013). *A strained partnership?: US-UK Relations in the Era of Détente, 1969-77*.
- Rocha, M. (2022). *O vector açoriano na Política Externa Portuguesa*. Revista Portuguesa de Ciência Política, n.º 18. pp. 53-67.
- Rodman, Peter W. (2009). *Presidential Command: Power, Leadership, and the Making of Foreign Policy from Richard Nixon to George W. Bush*. Knopf Doubleday Publishing Group. Edição do Kindle.
- Rodrigues, Luís N. (2000). *As Negociações que nunca acabaram: A renovação do acordo das Lajes em 1962*. Revista Penélope, n.º 22. pp 53-70.
- Rodrigues, Luís N. (2004). *George Kennan e as negociações luso-americanas sobre os Açores*. Relações Internacionais (R:I), n.º 4. https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/r4/RI4_LNR.pdf
- Rodrigues, Luís N. (coord.) (2008). *Franklin Roosevelt e os Açores nas duas Guerras Mundiais*. Lisboa: Fundação Luso-Americana.
- RODRIGUES, Luís Nuno (2006) (coord.), *Regimes e Império: as Relações Luso-Americanas no Século XX*. Lisboa: Fundação Luso-Americana.
- Rodrigues, Luís. N. (2002). *Portugal e os Estados Unidos depois da Segunda Guerra Mundial*. https://www.janusonline.pt/arquivo/2002/2002_3_2_24.html
- Sá, Tiago Moreira de (2011). *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*. Lisboa: D. Quixote.
- Sá, Tiago Moreira de (2016), *História das Relações Portugal – EUA (1776-2015)*. Lisboa: D. Quixote.
- Salazar, Oliveira (1967), *Entrevistas, 1960-1966*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Salazar, Oliveira (1967). *Discursos e Notas Políticas, VI, 1959-1966*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Schlesinger, A. M. (1973). *The Imperial Presidency*. Boston: Houghton Mifflin.
- Schlesinger, Artur M. (1965), *A Thousand Days: John F. Kennedy in the White House*. London: Andre Deutsch.
- Schlesinger, Artur M. (1978), *Robert Kennedy and his Times*. London: Andre Deutsch.

- Schlesinger, Artur M. (2005), *A Thousand Days: John F. Kennedy in the White House*. New York: Black Dog & Levanthal Publishers.
- Schmidt, Helmut (1989). *Men and Powers: A Political Perspective*. London: Jonathan Café.
- Soares (2011), *Um Político Assume-se*. Lisboa: Temas e Debates.
- Soares, Mário (1974). *Portugal Amordaçado, depoimento sobre os anos do fascismo*. Lisboa: Arcádia.
- Soares, Mário (1975). *Democratização e Descolonização: dez meses no Governo Provisório*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Soares, Mário (2003). *Memória Viva. Famalicão: Quasi Edições*.
- Spínola, António (1974). *Portugal e o futuro: análise da conjuntura nacional* (4.^a ed.). Arcádia
- Spínola, António de (1978). *País Sem Rumor. Contributo para a História de uma Revolução*. Lisboa. Scire.
- Statement by Secretary Kissinger, *Detente with the Soviet Union: The Reality of Competition and the Imperative of Cooperation*, September 19, State Bulletin, vol. 71 (October 14, 1974), pp. 505–519. <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v38p1/d45>
- Szulc, T. (1975). *Lisbon & Washington: Behind the Portuguese Revolution*. *Foreign Policy*, 21, 3–62. <https://doi.org/10.2307/1148052>
- Tavares, Berta (2013) *A Diplomacia Norte-Americana e as Movimentações Independentistas nos Açores em 1975: Uma neutralidade atenta*. Ponta Delgada. Universidade dos Açores
- Teixeira, Nuno Severiano (2010). *Breve ensaio sobre a política externa portuguesa*. *Relações Internacionais (R:I)*, n.º 28. pp. 51-60. https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri28/n28a04.pdf
- Telo, A. (1996). *As estratégias para o Atlântico nos anos cinquenta*. *Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa. Nova Série*, vol. 1: 117-147. <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/39672/1/8->

[%20As%20Estrat%3%a9gias%20para%20o%20Atl%3%a2ntico%20nos%20Anos%20Cinquenta%20-%20Ant%3%b3nio%20Jos%3%a9%20Telo.pdf](#)

Telo, A. J. (1993). *Os Açores e o controlo do Atlântico (1894/1948)* (1ª ed.). Edições ASA.

Telo, A. J., Alves de Fraga, I., Afonso, A., Rodrigues, P. M., Araújo, F. M., Duarte, A. P., Cardoso, B., Ventura Cruz, J. (2014). *Portugal na Grande Guerra*. Revista Nação e Defesa (IDN), n.º 139 – 3.ª Série. pp. 7-19.

The White House. (2022, December 23). Richard M. Nixon | The White House. <https://www.whitehouse.gov/about-the-white-house/presidents/richard-m-nixon/>

Themido, João Hall (1995), *Dez Anos em Washington 1971-1981*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Wilson, Harold (1979). *The Labour Government, 1974-1976*. London: Weidenfeld & Nicholson, Michael Joseph Ltd

UNIVERSIDADE DOS AÇORES

**Faculdade de Ciências Sociais e
Humanas**

Rua da Mãe de Deus

9500-321 Ponta Delgada

Açores, Portugal